



Notas de um Diarista

1.^a série

Impresso na Gráfica Editôra Brasileira Ltda., à rua
Luís Gama, 185 — São Paulo, Brasil, em 1962.

Humberto de Campos

(Da Academia Brasileira de Letras)

Notas
de
um Diarista

1.^a SÉRIE

Obra póstuma

EDITORA MÉRITO S. A.

SÃO PAULO
PORTO ALEGRE

RIO DE JANEIRO
RECIFE

Esta edição das Obras Completas de Humberto de Campos foi impressa, segundo os desejos dos herdeiros do autor, na ortografia do acôrdo do ano de 1931 entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa, do qual o autor foi um dos signatários e cujo vocabulário foi publicado em 1933.

O PATRONO DA IMPRENSA

EM 1921 ou 1922 os jornalistas resolveram eleger um padroeiro. E, segundo noticiou a imprensa do tempo, escolheram S. Francisco de Sales, piedoso bispo de Genebra, conspícuo autor da *Introdução à vida devota* e do *Tratado do amor de Deus*, cuja festa se celebra, cada ano, a 29 de janeiro. Escritores mais eminentes eram, talvez, S. Agostinho, S. Tomaz de Aquino, S. Jerônimo e S. Eusébio, bispo de Cesaréia. E mais famosos ainda os quatro evangelistas, que, se não escreveram êles mesmos as páginas que lhes são atribuídas, são os responsáveis oficiais pela reportagem mais sensacional e brilhante de todos os tempos. Qual, pois, a razão da preferência dada a S. Francisco de Sales?

Um estudo ligeiro da vida dêsse chefe de bispado e amável homem de letras arrancou o espinho de uma dúvida que há nove anos me atormentava o espírito. Por ocasião da sua escolha para padroeiro da

classe, eu tive, com êle, uma longa entrevista, em que tratámos de cousas temporais, que êle havia abordado nos seus conselhos a Filotéia. Mas, não ficava bem, no momento, perguntar ao homenageado a razão da homenagem que recebia. Conta o *Flos Sanctorum* que, certa vez, em París, uma formosa dama teve a audácia de visitar o futuro santo, encontrando-o junto ao fogão. A dama sorriu para êle, piscando o beijo. E a resposta que recebeu foi immediata. "Francisco — diz o livro piedoso, — não só lhe escarrou na cara, como lhe deu ainda na cabeça com um tição.

Diante dessa informação, autorizada, quem tem a coragem de fazer uma pergunta menos gentil, e menos hábil, ao nosso desabusoado padroeiro, varão tão santo, quanto desconfiado?

A história eclesiástica oferece-nos, porém, as informações que o homem difficilmente daria a quem lh'as pedisse. E por êsses esclarecimentos vê-se que, na realidade, a sua indicação para advogado dos trabalhadores da imprensa foi intelligente e feliz.

A primeira virtude a recomendá-lo para uma tal investidura, é a sua abstinência.

“Sua mesa, — diz o *Flos Sanctorum*, — era de uma extrema frugalidade; e cada refeição sua uma lição de sobriedade. Os seus jejuns eram longos e, quando se alimentava, era de modo a ficar sempre com fome”. Acresce que, para dar maior exemplo de humildade, andava, S. Francisco de Sales, quasi sempre, a pé. Ia de Genebra a París, e de París a Roma, apenas com o seu sacco e o seu bordão. Com a circunstância, ainda, de escapar frequentemente dos mais terríveis perigos. “Um dia, em Ancona, ao tomar um navio, ouviu uma voz interior que lhe recomendava não fizesse aquella viagem. O navio partiu sem êle, e naufragou. Outra vez, em Roma, ao entrar em uma casa, e deteve-se fora, como preso por uma grande mão misteriosa. Momentos depois a casa desabava, morrendo todos os seus moradores”. Deus lhe dera, como se vê, o dom da adivinhação inconciente, que é, em nossos tempos, a virtude mestra do jornalista.

“Verificada a sua morte, — conta, ainda, o *Flos Sanctorum*, — Francisco de Sales foi aberto para ser embalsamado; e foi que se verificou a razão da sua grande do-

cura, qualidade que lhe era natural, e que lhe ornou o caráter a vida inteira: os embalsamadores encontraram o seu fel endurecido e partido em numerosas pedras pequeninas, fato atribuído aos esforços que êle fazia sôbre si mesmo pelos milagres da vontade, afim de dominar as cóleras a que era naturalmente sujeito”.

A imprensa atravessa neste momento, no mundo inteiro, e especialmente no Brasil, a mais terrível das crises. As emprêsas jornalísticas mais poderosas estão como pequenos navios no alto mar em dia de tempestade, vencendo ondas que parecem montanhas. Do norte, do sul, do interior, e mesmo do estrangeiro, chegam os gritos dos naufragos. E os barcos que ainda se acham galhardamente à superfície só se mantêm assim graças à perícia heróica dos capitães. Muitos se encontram, porém, de bandeira no mastro, pedindo socorro.

Apelemos, pois, homens de imprensa de todos os países, para o nosso advogado no céu, perante o Senhor. Supliquemos o seu auxílio para os companheiros desamparados. Êle andou a pé, guardou castidade, passou fome, e esmagou as pedras do fígado

com o martelo da vontade nas horas de surda e secreta indignação. Deve saber, pois, o que é, em qualquer parte do mundo, um jornalista sem trabalho, a suspensão de um jornal com os seus auxiliares atirados à rua, a crise, enfim, no seio de uma classe cuja atividade se desenrola num círculo estreito e fechado.

Corre, pois, ó Francisco, em socorro dos teus servos! Mas não venhas a pé, como ias de Genebra a Roma, e de Roma a París.

Toma um automóvel, meu santo!

RICOS E POBRES

ABRO o Evangelho segundo Mateus, e leio atentamente, no capítulo 28:

“16 — E eis que, aproximando-se de Jesús um mancebo, disse-lhe: “Bom Mestre, que boas obras devo praticar para conseguir a vida eterna?”

17 — E Êle disse-lhe: “Por que me chamas bom? Não há bom senão um só, que é Deus. Se quiseres, porém, entrar na vida eterna, guarda os mandamentos.

18 — Disse-lhe êle: “Quais?” E Jesús disse: “Não matarás; não cometerás adultério; não furtarás; não dirás falso testemunho.

— “Honra teu pai e tua mãe; e amarás a teu próximo como a ti mesmo”.

20 — Disse-lhe o mancebo: “Tudo isso tenho eu guardado desde a mocidade; que me falta ainda?”

21 — Disse-lhe Jesús: “Se queres ser perfeito, vai, vende tudo o que tens, dá aos

pobres, e terás um tesouro no céu; e vem, e segue-me”.

22 — E o mancebo, ouvindo esta palavra, retirou-se triste, porque possuía muitos haveres.

23 — Disse então Jesús aos seus discípulos: “Em verdade vos digo que difficilmente entrará um rico no reino dos céus”.

24 — E outra vez vos digo que é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus”.

E' a essa leitura santa e consoladora que recorro, ao terminar a da notícia, que os jornais vespertinos estampam, das várias transações de que tem sido objeto um dos morros do coração da cidade. Vendido ao govêrno do Império, negociado com dois ou três particulares, acabou êle por ser oferecido, de novo, por 33 mil contos, ao seu próprio dono. E êste ia adquirir, ingênuamente, o que era seu, quando o sr. ministro da Viação, que é míope, e vê mais do que os outros porque olha tudo de perto, soltou o grito de alarma, impedindo que se consu-

masse a operação, cujo histórico vem envolvendo uma dezena de nomes ilustres nas finanças nacionais, desde o ano de 1846.

— Na origem de todas as grandes fortunas, — gritou, um dia, do seu púlpito, o trágico e implacável Bordaloue; — há cousas que fazem tremer!

E essa dúzia de palavras encerra, talvez, uma das maiores verdades que se poderiam repetir no Brasil. Examine-se, por exemplo, a proveniência dos vastos patrimônios individuais aquí existentes. Consulte-se um homem de negócios, dêsse que são hoje milionários e sabem os caminhos por onde os outros, seus companheiros, transitaram, e ficar-se-á escandalizado com o que se proclama ou segreda. Êste, enriqueceu aproveitando-se da confiança alheia, e das liberalidades da legislação antiga, deixando nas carteiras dos Bancos letras no valor de milhares de contos, até o prazo da procrição. Aquele associou-se a um político desonesto, comprando títulos desvalorizados que o govêrno devia valorizar no dia seguinte. Aqueloutro adquiriu por uma ninharia, de sociedade com homens poderosos no momento, a massa falida de emprêsas aparen-

tenente pobres mas que possuíam fortuna imobiliária escondida. O avô de um passou moeda falsa. O de outro, foi contrabandista. Os mais honestos, herdaram do pai, que negociou com escravos, ou especulou com os víveres em tempo de fome, ou com os armamentos, em tempo de guerra. E as fortunas modernas, de onde vieram? Quantos, dos nababos recentes não enriqueceram com o jôgo do "bicho", não exploraram o govêrno, como fornecedores, associados a funcionários inescrupulosos, ou não se apoderaram do que hoje lhes sobra arrancando aos outros o necessário? Qual é a garrafa de "champagne" dos novos ricos que não custa aos pobres milhares de pães? Qual o retalho de sêda usado pelos que de nada precisam, que não é adquirido com milhares de retalhos de algodão, que Deus destinara aos que precisam de tudo?

Essa é, porém, a lei humana. E' sôbre essa base desigual que a sociedade se equilibra, e o mundo rola para o esplendor ou para a podridão. Aquí, na América do Norte, na China, nos gelos da Groenlândia ou no tumulto da Rússia Soviética, é assim que as fortunas efetivas ou relativas se fazem, à

face inquieta dos homens ou à face tranqui-
la de Deus. Rockefeller, Rothschild, No-
bel, Pierpont Morgan; Krupp, Boucicaut,
Leverhulmme, nababos de hoje e de ontem,
quantos segredos guardará a história des-
sas fortunas espantosas?

Alguns dêles espalham benefícios, exer-
cem a caridade humana, atiram ao mundo
os restos da sua cozinha, o trôco da sua al-
gibeira, as moedas que sobram e mais não
cabem nos seus imensos cofres de aço. Fa-
zem como aquele arrecadador de impostos
a que se referia Luiz XI, o qual, depois de
rico e velho, construiu um hospital para re-
ceber os pobres que havia feito. Ou como
a cigarra, da descrição de Fabre, que, far-
ta do líquido que suga das plantas, deixa o
resto às formigas...

E os pobres erguem as mãos, agradeci-
dos, porque êles não ficaram com tudo!

O trabalho é penoso demais para que
um homem, trabalhando honestamente, no
sentido humano da palavra, realize com êle,
fácilmente, grande fortuna. Mesmo um
Ford, ou um Edison, deve ter a lágrima de
um pobre comprometendo o ouro acumula-
do nos Bancos ou multiplicado nos negócios

honrados e legítimos. Quanto maior é a coluna, e maior o seu pêso, mais profundamente assenta na lama.

Não combatamos, todavia, os ricos, unicamente porque sejam ricos; mas fiscalizemo-los, indagando por que é que êles o são.

Porque, no dia em que êles, policiados pela crítica e pelos governos, se tornarem menos ricos, nós, os pobres, seremos menos pobres.

E consolemo-nos com a certeza de que, consoante a palavra do Cristo, através de Mateus, não os iremos encontrar, de novo, no reino dos Céus...

AS GRANDES HERANÇAS

AS idéias aquí expendidas há dias sôbre os ricos, deram oportunidade a duas cartas, que me vieram aos dedos e aos olhos, e em que os signatários me perguntam se eu já aderí, de fato, ao comunismo. As opiniões por mim emitidas contra as grandes fortunas, a antipatia que me despertam as montanhas de ouro alheio, são, dizem-me, sentimentos caracteristicamente comunistas. Pelo que eu disse, ou escreví, estou, já, a poucos passos da Rússia Soviética. E aí está como um homem, sem pensar na viagem, dorme no Rio de Janeiro e acorda em Moscou.

O assunto merece considerações novas e eu, dando volta ao leme do navio, volto de Leninegrado e ancoreo ao largo, em frente a Cronstadt, para novas explicações.

Há 28 anos, mais ou menos, em 1903, eu conheci um homem que exerceu sôbre o meu espírito, em relação a esta matéria, uma influência considerável e silenciosa. Esse ho-

mem foi Carlos de Vasconcelos, que subia, então, para o Acre, com seu irmão Artur, em companhia de Plácido de Castro. Seis anos depois, em 1909, essas relações se estreitavam, e eu, abusando da confiança do amigo ilustre, me apossava de um cabedal de idéias novas que êle comprara em inglês e trazia de Nova York.

— Dentro de uma dúzia de anos, — dizia-me êle — toda a estrutura social há de mudar. Para resolver o problema econômico, o problema das fortunas afrontosas, teremos de submeter a exame, em primeiro lugar, o problema da família. O instituto da herança é uma consequência do reconhecimento da paternidade. A sociedade futura desconhecerá a paternidade e a herança. Nascida a criança, os pais entregá-la-ão ao Estado, que lhe dará um número, e não um nome, desconhecido dos que a levaram à *crèche*. Não haverá mais Zezinhos, nem Totinhos, nem Manducas. Nem mesmo Josés ou Fredericos. Um número, e nada mais. A sentimentalidade, o apêgo paterno ou filial que inutilizam tantas energias virís desaparecerão. O indivíduo terá o direito de fazer fortuna, e gozá-la. Trabalhou,

ganhou, desfrutou. Não haverá mais, porém, o usufruto da economia e do trabalho alheios. Quem ganhou e economizou, pode tirar do seu dinheiro todas as vantagens pessoais. Mas não poderá fazer donativos em vida e, ao morrer, todos os seus bens passarão para o Estado. Esses bens formarão o patrimônio enorme destinado à manutenção dos estabelecimentos em que serão educadas as crianças do país inteiro. Acabarão as vaidades idiotas, os filhos de fulano e de sicrano, as veleidades aristocráticas. Em suma, a fortuna, a importância social, as vantagens que alguns sujeitos hoje desfrutam por uma hereditariedade injusta, serão conquistas pessoais, patrimônios pessoais como a higiene e a saúde.

Pouco a pouco as idéias que o jovem engenheiro e escritor brasileiro havia adquirido em primeira mão se foram universalizando. O Estado comunista ainda não numera os meninos, mas já os recebe. O próprio comunismo, porém, ainda não atingiu o grau de perfeição a que se referia Carlos de Vasconcelos. O Código Civil soviético de 1922 limitava a herança a 10.000 rublos, excluídas as dívidas, e qualquer que fosse o nú-

mero dos herdeiros. O excedente passava para o Estado. Mas vem capitulando, progressivamente. A limitação foi substituída pelo imposto progressivo, que pode atingir até a 90.%, pelos decretos ainda hoje vigentes, de 29 de janeiro e de 15 de fevereiro de 1926. Os países capitalistas, especialmente a Inglaterra, estão recorrendo ao mesmo regime, isto é, ao imposto progressivo, de modo a evitar a manutenção de grandes fortunas por indivíduos que não as produziram. As transmissões por herança constituem, mesmo, uma das grandes fontes de renda do Tesouro inglês.

O Brasil está reformando, neste momento, toda a sua legislação. Ao lado da nação pobre e do Estado miserável, levantam-se algumas fortunas hereditárias cujos portadores não se lembram, jamais, da miséria circunjacente. Raro é o milionário que, ao morrer, lega uma dezena de contos a um hospital, para que recolha alguns dos mendigos que a sua usura fez em vida. Por que, pois, não tornar obrigatório aquilo que se tem considerado facultativo?

O imposto progressivo sôbre heranças é uma necessidade no Brasil. Eleve-se até

50 ou 60 % a taxa sôbre fortunas acima de 100 mil contos. E aplique-se o produto dê-se imposto em hospitais, em escolas, em obras de assistência pública, instituindo-se para isso uma caixa, ou utilizando a Caixa de Subvenções, criada há dois dias. E' uma satisfação que se dá ao povo, e um serviço que se presta a Deus.

E' preciso aliviar os ricos, para salvá-los. Assim como Simônide de Céus só não pereceu no naufrágio porque era pobre, e não tinha ouro amarrado à cintura, o Estado deve prestar aos milionários dêste mundo a obra de misericórdia sugerida pelo evangelista Mateus. O céu é alto, e êles não chegarão lá em cima com o peso do seu dinheiro...

UM LIVRO DE HENRY ROLIN
SÔBRE O COMUNISMO

O jornalista que vem escrevendo nesta fôlha uma série de artigos contra o comunismo, documentando-os não raro com a palavra mesmo dos próceres do partido bolchevista, referiu-se, há dias, ao comandante Henry Rolin, que publicou, já êste ano, dois volumes interessantes sôbre a Revolução Russa e as suas relações com o passado. Analista consciencioso, êsse antigo oficial da Marinha Francesa tranquiliza, mais ou menos, o mundo ocidental, mostrando-lhe que o comunismo nada tem de extraordinário e de novo. É uma aventura de idealistas como as tem havido trinta ou quarenta vezes depois que se esereve a história do mundo, e cujo inconveniente único está na sua maior ou menor duração. Contrariando as leis naturais que regem a sociedade humana, o nivelamento das classes não foi nem será, jamais, obtido. Estabelecido artificialmente, não será êle mantido por muito tem-

po. *O chassez le naturel, il revient au galop*, do verso de Destouches, nunca encontrou, na sua opinião, melhor emprêgo nem maior justificação.

“As revoluções não são senão a eterna luta dos pobres contra os ricos”, diz Henry Rolin, citando Barrère; por isso mesmo são elas tão velhas como a humanidade. E mostra, com o auxílio de Moret, que no Egito, 2.000 anos antes de Cristo, já havia movimentos revolucionários cujo objetivo era a socialização da riqueza e, com isso, o nivelamento das classes. Um papiro datado da XVIII dinastia, que Moret traduziu, diz o seguinte: “Há sangue por toda parte. A morte não descansa. Os nobres estão de luto; os plebeus exultam. A cidade toda diz: Vamos, suprimamos os poderosos entre nós. Os ladrões tornam-se proprietários, e os ricos são roubados. Os poderosos estão presos nos celeiros. As searas desaparecem por toda parte: faltam as vestimentas, as espigas e o óleo. As leis da sala da justiça foram lançadas no vestíbulo; são pisadas na praça pública e os pobres as dilaceram nas ruas. Os grandes têm fome e estão na miséria. Os que serviam estão agora sendo servidos.

Aquele que nunca havia fabricado uma barca possui agora um navio; e o antigo proprietário dêste, olha, e nada diz. "Aquele que não possuía um pão, é agora dono de uma granja e o seu celeiro está cheio com grão alheio. O que nunca possuía sapatos hoje tem cousas preciosas. E o que dormia sem mulher, por pobreza, hoje tem no seu leito nobres damas".

"Quatre mille ans avant Lénine — comenta o comandante Rolin — les Egyptiens avaient donc traversé une de ces crises révolutionnaires que marquent la famine, les epidémies, la terreur, le chômage, l'asservissement des anciennes classes dirigeantes, les luttes intestines et les invasions étrangères". E adianta: "Presque tous les pays ont, d'ailleurs, traversé des crises semblables. En Grèce, aux III, IV, V et VI siècles avant Jesus-Christ, on retrouve les mêmes phénomènes de confiscation, de réquisition, de nationalisation, au bénéfice du prolétariat ou des ilotes".

E mostra, ainda, que na antiga Roma dos Gracos, no Japão e na Pérsia se repetiram êsses mesmos distúrbios sociais, que o

tempo toma, entretanto, o encargo de corrigir.

A parte mais interessante é, todavia, aquela em que o autor procura demonstrar que o comunismo russo não é mais do que a revivescência, por hereditariedade inconsciente, de um movimento do mesmo gênero tentado na China no XI século da nossa era, e que foi estudado pelo padre Huc há mais de 80 anos, de regresso das suas expedições à Tartária e ao Thibet.

Mandarin da côrte de Chen-Tsung, era Wang-ngan-Tché dotado de poderosa vontade, e, ao mesmo tempo, de estudos incomuns, quando teve a idéia de, utilizando o seu prestígio incontrastável junto ao Imperador, levar a efeito uma grande reforma social visando a socialização das fortunas. “Afim de impedir a exploração do homem pelo homem, — informa o Padre Huc, — devia o Estado se apossar de todos os recursos do país e fazer a sua exploração, tornando-se assim comerciante, industrial e agricultor em benefício dos pobres, dos sem-trabalho e dos velhos sem arrimo. Wang-ngan-Tché sustenta o seu sistema com uma teimosia inflexível, considerando como es-

sencial destruir as antigas instituições para inaugurar aquelas que, na sua opinião, deviam assegurar a ventura das massas populares.”

O resultado da experiência foi, porém, o mais funesto para os que a tentaram. “Vers l’an 1067, — resume o comandante Rolin, — Wang-ngan-Tché put commencer à appliquer ses théories. Il en poursuivit la réalisation pendant tout le règne de Chen-Tsung qu’elles avaient séduit, mais les résultats en furent désastreux au dire des chroniqueurs. Le peuple se trouva plongé dans une misère plus profonde encore que celle à laquelle Wang-ngan-Tché avait voulu remédier. A la mort de Chen-Tsung, en 1086, Wang fut renversé. Il mourut peu après, tandis que son adversaire Ssse-ma-Kouang effaçait jusq’au dernières traces de son organisation.”

Os “comunistas” de Wang estavam, porém, viciados. Promoveram uma conspiração, e foram expulsos do país. E refugiaram-se, em bandos, nos desertos da Tartária, até que Gengis-Khan os reuniu, integrando-os no grande império mongol.

Lenine não foi, pois, senão um imitador por hereditariedade, do mandarim Wang-ngan-Tché. As suas teorias são as mesmas, com uma diferença de onze séculos. Quem sabe, mesmo, se êle não foi uma reencarnação do mandarim?

A ÚLTIMA PROEZA DE
"LAMPIÃO"

UM telegrama da Baía, publicado ontem no Rio de Janeiro, descreve mais um feito sanguinário do maior e mais terrível facínora que tem imperado nos sertões do Brasil: à frente de 60 apaniguados ferozes e bestiais, "Lampião" invadiu a vila de Curuçá, estuprou, roubou, depredou, matou, afixou, enfim, em cada rua e em cada casa, o sêlo fatídico e vermelho que assinala sempre a sua passagem. Quinze homens válidos e pacíficos tombaram sangrados pela sua mão. E o coração de um dêles, arrancado pela garganta, foi levado em troféu entre gritos de animação, de entusiasmo e de vitória.

A princípio, ao ler a comunicação de uma destas façanhas, o país se comovia e indignava, reclamando dos poderes públicos o ponto final para o feio poema de sangue e lama. As vozes que se erguiam, foram, porém, caladas nos peitos que as emitiam. E hoje é com indiferença quasi criminosa que

se tem conhecimento dessas selvajarias do bandoleiro. Parece que os fatos noticiados estão ocorrendo na China, na Armênia, na Berbéria ou no Turquestão. Ninguém os comenta. Ninguém protesta. Ninguém se move.

E "Lampião", de pavio aceso, continua desafiando o Brasil.

O Govêrno da República tem, sem dúvida, uma infinidade de problemas a resolver e que reclamam os seus cuidados immediatôs. Mas há, no organismo nacional, energias ociosas, fôrças disponíveis, reservas materiais e morais que podem ser empregadas no combate a essa calamidade sertaneja. Será possível, acaso, que os Estados nordestinos não possam reunir um contingente de 200 homens, escolhidos entre os melhores elementos das suas milícias policiais? Os seus governos, que mobilizam sem custo algumas dezenas de soldados quando se trata de hostilizar no sertão um chefe político adversário, não poderão fazer esforço idêntico para destruir um flagelo social cuja sobrevivência é a maior vergonha do Brasil? A sofreguidão com que se organizam fôrças para a politicagem dos go-

vernos, e a impossibilidade, que se encontra, em mobilizá-las para defesa do povo e da dignidade nacional, não constituem um índice triste e amargo da capacidade ou da incapacidade dos homens públicos do nosso tempo?

O cangaço penetrou, parece, já, no rol dos nossos males crônicos e inextirpáveis. "Lampião", que há doze anos parecia uma fatalidade imprevista e inadmissível, tornou-se uma calamidade comum, ordinária, como a lepra, como a tuberculose, como as epidemias que, pela persistência e continuidade, se tornaram familiares. Refere o velho historiador paraense Inácio Moura que, no Alto Araguaia, há quarenta anos, o bôcio era tão vulgar, e se achava tão generalizado, que as pessoas sem papo eram olhadas, quasi, como defeituosas. Os Estados que "Lampião" percorre já se habituaram, mais ou menos, com êle. E quem nos dirá que dentro de alguns anos, Alagoas, Baía e Sergipe não venham a olhar com superioridade os Estados do Sul, cujos sertões não se achem assolados por bandoleiros?

Já é tempo, entretanto, dos homens que têm uma pena apelarem para os homens que

têm uma espada, em lugar de se dirigirem, apenas, àqueles que têm o mando. Há no Exército, e nas milícias dos Estados do Sul, numerosos oficiais briosos e valentes, nascidos nas regiões que "Lampião" castiga com a sua ferocidade e humilha com a sua depravação. São baianos, alagoanos, sergipnanos, pernambucanos, cearenses, rio-grandenses-do-norte. A sua dignidade, a sua bravura, o seu patriotismo, não podem consentir que um general degrade a terra em que nasceram. Essas moças que êle estupra, essas mães que êle macula, essas famílias que êle atira à miséria, êsses varões que êle degola, são do mesmo sangue de centenas de oficiais cuja cultura e cujo civismo são, hoje, orgulho civil e patrimônio militar da nação. Está nesses soldados, agora, toda a esperança do nordeste desolado. Unam-se êles, associem o prestígio e a energia, e peçam fôrças ao Governo da República e, por intermédio dêle, aos Estados, e ponham termo a essa vergonha.

É tempo, já, de extirpar êsse cancro.

A lembrança aí fica, para ser aproveitada pelos homens que têm uma espada e um coração. A êsses brasileiros do nordeste que

a civilização salvou do punhal de um sicário, cabe a missão de proteger os homens da mesma terra que não tiveram o mesmo destino feliz. Se êles se não condoerem e moverem, a quem pedir, então, no Brasil, êsse gesto de misericórdia?

Bato, neste momento, pela primeira vez, com a minha mão de paisano, à porta dos quartéis. E tenho quasi certeza de que meus olhos não verão em nenhuma delas, o dístico da porta do Inferno, o qual ordenava aos que entravam, que deixassem, alí, toda a esperança...

A EXPEDIÇÃO CONTRA
"LAMPIÃO"

FOI anunciada há dias a organização de uma coluna militar, de mil e poucos homens, para dar combate ao bandido "Lampião", o famoso e sanguinário bandido que domina há doze anos os sertões do nordeste brasileiro. Comandadas pelo capitão Carlos Chevalier, essas fôrças levam canhões, metralhadoras, aviões, automóveis, o material indispensável, em suma, para uma batalha com tropas regulares. É assim constituído, armado, municiado, e petrechado, que o pequeno exército vai entrar pelas terras adustas do Brasil nordestino, entre toques de corneta, rufos de tambor e a trepidação bárbara dos motores, na terra e no céu.

Para justificar êsse aparato bélico, informa-se que a quadrilha chefiada pelo saltador se compõe de 150 homens. E há nisso, evidentemente, um exagêro. O cangaço profissional, para ser exercido com eficiên-

cia, prescinde dos grandes grupos, que lhe comprometeriam a finalidade. A sua tática reside na mobilização rápida, na facilidade da dispersão no momento do perigo, e esta não seria possível se os cangaceiros dispusessem de contingentes consideráveis. Antônio Silvino jamais admitiu mais de uma dúzia de "cabras", e "Lampião" nunca reuniu mais de 40, e isso mesmo para entrar em Joazeiro, temendo uma surpresa do padre Cícero. É sabido, mesmo, que o seu processo consiste em reduzir os seus contingentes à medida que é perseguido, de modo a desorientar os perseguidores, eclipsando-se em pleno sertão.

O jovem oficial revolucionário vai prestar, todavia, um relevantíssimo serviço à sua terra, com essa expedição. É possível que esta não corresponda à sua expectativa, pelo modo por que se acha organizada. Ela podia ser menos faustosa, e mais eficiente. A massa de homens que vai comandar, prejudicará, possivelmente, a sua missão, como inutilizou a ação de outras, desde que se caracterizou êsse flagelo naquelas regiões. Para combater cangaceiros, faz-se mister mais a habilidade individual do que a bravura, e

mais perfídia vulpina do que, pròpriamente, arte militar. Um official do Exército brasileiro não pode, porém, manejar as mesmas armas a que se habituou um celerado. De modo que vamos assistir a um duelo entre a artimanha de um bandoleiro e a intrepidez de um verdadeiro soldado ou, mais caracteristicamente, um encontro entre um cavaleiro que maneja o seu florete e um bárbaro que avança contra êle sustentando com as duas mãos a sua formidável tangapema de massaranduba.

A impunidade de "Lampião" constitue, sem dúvida, uma vergonha da civilização brasileira, e reclamava, de há muito, a intervenção do Exército, isto é, de fôrças da União, para acabar com o escândalo da sua sobrevivência. Mas não reclamava, talvez, a honra de uma expedição tão vultosa, como essa que lhe está destinada.

Quem conhece a história do reinado de Luiz XIV no que ella possui de brilhante pitoresco, não ignora, com certeza, o episódio attribuído ao beí de Tunis, por occasião da expedição de Duquesne. Hostilizada a maior monarquia do século por êsse audacioso chefe bárbaro, mandou o Rei-Sol

aprestar uma frota poderosa sob o comando do vencedor de Ruyter, a qual, atingindo a costa fronteira, no Mediterrâneo, iniciou o bombardeio do velho pôrto africano. Ao fim de alguns dias metade da cidade se achava destruída pelo fogo. Sem recursos mais para resistir, o bei pediu paz, e, ao deffrontar-se com Duquesne, a primeira pergunta que lhe fez foi esta:

— Quanto gastastes, senhor, nesta expedição, para me incendiardes metade da cidade?

— Quatrocentas mil libras, — informou o grande capitão.

— Tudo isso? — estranhou o bárbaro, com a cupidez nos olhos miúdos.

E penalizado:

— Ah, senhor! Se me tivésseis falado antes, eu, pela metade dessa quantia, teria incendiado a cidade inteira!...

Amando a agitação e o perigo, o capitão Chevalier não aceitaria, sem dúvida, uma proposta de “Lampião”, no sentido de lhe darem a metade das despesas da expedição mediante o seu desaparecimento do cenário nordestino. O jovem oficial revolucionário é, parece, como aqueles caçadores de

Lessing, que caçam a lebre não pelo interesse em apanhá-la, mas pelo prazer de correr atrás dela. O que o seduz é a aventura, e não o resultado feliz. Daí o aspecto um pouco dramático dessa expedição, em que se vão degladiar a arte militar e a esportez, a intrepidez e a astúcia, a teimosia do caçador, que quer apanhar a onça, e a ferocidade da onça, que se não quer entregar.

Eu tenho receio, entretanto, que o excesso de pares comprometa o sucesso da “contradansa”, e que ouçamos, daqui do litoral, a “marcação” do celerado sertanejo:

— “Dames à droite!... Chevalier... à gauche!...”

E que, como consequência, a “quadri-lha” continue...

AS AUDÁCIAS DE UM CELERADO

QUANDO, há meses, o capitão Carlos Chevalier iniciou uma série de entrevistas à imprensa noticiando a sua partida para o nordeste afim de capturar o celebrado e celebérrimo bandido "Lampião", eu tive ocasião de escrever aqui mesmo uma crônica duvidando do êxito da expedição. Acreditava que o jovem oficial partisse; acreditava que viesse a organizar a sua coluna de mil e tantos homens; acreditava que marchasse para o sertão com os seus canhões, com os seus aviões, com os seus *tanks* e com as suas metralhadoras. Mas duvidava que conseguisse o seu objetivo aprisionando o desabusado bandoleiro. Passam-se os dias, as semanas, os meses. E nem "Lampião" foi capturado; nem as metralhadoras repinicaram nas caatingas; nem os aviões estrondaram no céu virgem; nem a coluna se pôs em movimento; nem, sequer, o capitão Chevalier partiu do Rio de Janeiro.

Eu estou certo, entretanto, que tudo isso independeu do simpático oficial revolucionário. Não lhe faltavam, evidentemente, para tal empresa, nem bravura, nem disposição, nem temeridade. Mas faltou ao governo dinheiro para organizar e pôr em movimento um aparelho tão dispendioso. Feitos os cálculos no Ministério da Guerra, verificou-se, ao que parece, que, para mobilizar uma coluna militar com tamanho aparato, teria o Tesouro de dispendar quantia igual, mais ou menos, à que consumiu na guerra com o Paraguai. E como a crise dia a dia mais se agravasse, o govêrno dissuadiu o moço oficial do seu intento patriótico, deixando que "Lampião" continuasse por lá a ganhar honradamente a sua vida.

E o capitão Chevalier, soldado que cumpre ordens, desapertou o cinturão.

O insucesso do plano anunciado no Rio foi, porém, acender o ôlho que resta ao famigerado salteador nordestino, acirrando-lhe a índole sanguinária. Esporeando os seus cavalos ardegos e os seus instintos selvagens, desenvolveu êle a própria atividade, matando, roubando, incendiando, estuprando. A desistência silenciosa do capitão

Chevalier foi, no seu entendimento de primitivo, estrondosa vitória sua: E quando chega a uma estação telegráfica dos altos sertões da Baía, de Pernambuco ou de Alagoas, o seu primeiro cuidado consiste na transmissão dêste telegrama irônico para a sede dos distritos, nas capitais: "Lampião" continua esperando o capitão Chevalier".

Em seguida, sangra o telegrafista, saqueia a localidade, e reenceta, sertão a dentro, a sua série de tropelias e a sua vermelha obra de devastação.

Agora, vem de Petrolina, nas margens do S. Francisco, a notícia de que "Lampião" instituiu em todo o nordeste flagelado pela sêca, o voluntariado para composição e desenvolvimento de suas tropas. A diária é de 10\$000, com cavalo, mulher e comida. Não dá casa porque o seu quartel é o tempo, e tem por teto o firmamento beliscado de estrêlas, e uma cama em cada pedra, e um armador de rede em cada árvore, e um banheiro fresco em cada riacho vadio. E a previsão, em toda a região ameaçada, é que a concorrência será enorme, pois que o bandoleiro está oferecendo ao sertanejo precisamente aquilo que o govêrno lhe não dá.

Em breve terá êle centenas, senão milhares de combatentes destemidos. E isso sem sorteio militar nem passar cuspo em mais um sêlo para lambuzar a caixa de fósforo.

E agora é que vamos ver com quantas pedras se faz uma coluna. “Lampião” é insolente, arrogante, audacioso. Formado o seu exército de sertanejos aguerridos, não descansará. Investirá vilas e cidades. Tomará as vias férreas, movimentará locomotivas e automóveis, e descera para o litoral.

Quem sabe, mesmo, se não o teremos em breve no Rio, com os seus homens, atrás do nosso capitão Chevalier?

VIII

AS FIGURAS CURIOSAS DA ANTIGUIDADE

A antiguidade possui figuras que, não obstante o exame a que os séculos as vêm submetendo, continuam constituindo uma incógnita, um enigma a desafiar a acuidade e a paciência dos homens do nosso tempo. Está nesse caso, entre outros, Zópiro, amigo de Dario, e que foi, como se sabe, a causa da queda de Babilônia em poder dos persas. Eu não tenho por esse bárbaro a menor admiração ou simpatia. E é por isso que, com o auxílio de Justino e de Heródoto, vou desenterrá-lo. Olhado o esqueleto do bruto, enterrá-lo-emos de novo.

Achava-se Babilônia sitiada pelos persas há vinte meses sem que os sitiantes vissem qualquer possibilidade de sucesso. Certos de que Dario, elevado ao trono da Pérsia, os iria atacar, os babilônios haviam tomado as providências mais oportunas e inteligentes, que os pusessem em condições de suportar um cerco dilatado. E a mais im-

portante entre elas, e que visava economizar os víveres, consistiu na redução do número de mulheres. Por deliberação unânime, cada um dêles escolheu, além da própria mãe, a mulher a quem mais estimava. Em seguida, reuniram em uma grande praça as que sobraram, e as estrangularam. As que haviam escapado, ficaram com a incumbência de preparar a alimentação para os maridos. Se o marido morria, matava-se a mulher, por haver desaparecido a finalidade da sua existência.

Com as suas muralhas imensas, a antiga metrópole assíria tornava-se inexpugnável. Tamanha era a certeza, mesmo, da sua inexpugnabilidade, que, quando os persas acamparam diante dos muros soberbos, os babilônios se puseram a dansar e a cantar, gritando para baixo aos sitiantes:

— Persas, por que perdeis o vosso tempo diante das nossas muralhas? Retirai-vos para as vossas terras. Babilônia só tombará nas vossas mãos no dia em que as burras tiverem filhos!

Ao fim do vigésimo mês de cêrco, porém, uma burra pertencente a Zópiro, filho de Megabiso, deu à luz um potro. Amigo de

Dario, Zópiro viu no fato, aliado aos gritos dos babilônios no alto das muralhas, um oportuno aviso dos deuses. Na noite dêsse mesmo dia, raspou êle a própria cabeça, cortou o próprio nariz, e as próprias orelhas. Chicoteou-se; feriu-se; cobriu-se de sangue e de lama. E foi apresentar-se ao rei, seu amigo e senhor.

— Quem me insultou dêste modo, mutilando um dos meus melhores capitães? — rugiu o Soberano, tomado de uma santa indignação.

— Ninguém, senhor, — respondeu-lhe Zópiro. — Fui eu mesmo que me fiz isto. Eu sabia que, se te pedisse licença para maltratar-me dêste modo, não m'a darias. Mas eu não posso mais suportar as zombarias dos babilônios, que te humilham com os seus desafios. Deixa-me, pois, agir, e confia em mim.

E expôs ao Rei o seu plano.

Na manhã seguinte, ia Zópiro bater a uma das portas de Babilônia, pedindo refúgio. Era, dizia, uma vítima de Dario, que o havia castigado daquele modo, cortando-lhe as orelhas e o nariz porque havia opinado pelo levantamento do cêrco. Com a

alma rebolçante de vingança, vinha pedir um asilo para lutar, ao lado dêles, contra os persas.

Os babilônios recolhem-no. Dão-lhe tropas para comandar. Confiam-lhe alguns pontos estratégicos e perigosos. E vinte dias depois, abertas por Zópiro as portas da cidade, Dario entra, vitorioso, com o seu exército, em Babilônia...

Na opinião de Dario, diz Herôdoto, Zópiro ficou sendo o maior dos persas, depois de Ciro. Justino proclama as suas virtudes militares antes, mesmo, dêsse feito: *Nota nobilitas viri pariter et virtus omnibus erat*. A Natureza não admite, porém, que os homens lhe corrijam a obra. Zópiro era fiel, e quis parecer traidor. Ao voltar, porém, para a Pérsia, teve um filho, que se chamou Megabiso, como o avô. Êste Megabiso teve um filho a que deu o nome de Zópiro.

Êsse Zópiro, então, traiu a Pérsia, passando-se para os atenienses na guerra contra os gregos.

Autopsiado, assim, o grande Zópiro, enterremo-lo de novo.

O CASO DE PÍRAMO E TISBE
CONTADO A OVÍDIO

ENTRE os assuntos de pura atualidade que merecem registro da imprensa, e dignos da galeria ontem iniciada, nesta coluna, está, sem dúvida, o acontecimento policial que Ovídio escuta das mulheres tebanas, e que assim começa, nas *Metamorfoses*:

Pyramus et Thisbe, juvenum pulcherrimus alter,
Altera, quas Oriens habuit, praelata puellis,
Contiguas tenuere domos, ubi dicitur altam
Coctilibus muris cinxisse Semiramis urbem...

É essa história que eu vou contar aqui, devagarinho.

À margem do Eufrates, no lugar em que a tenacidade feminina de Semíramis devia levantar, mais tarde, cimentados de betume, os gloriosos muros de Babilônia, erguia-se, para além das idades, uma pequena metrópole do Deserto. Nesse modesto refúgio de pedra, onde as cegonhas piavam, aflitas, anunciando, à noite, os grandes lô-

bos do areal, agasalhavam-se, então, como as andorinhãs num beiral de telhado, os amores de Tisbe e de Píramo.

Crescidos ao clarão das mesmas estrêlas que subiam da Arábia, amamentados pela mesma natureza material e madrasta, viviam os dois namorados em casas contíguas, separados apenas por um alto muro impiedoso, em cuja brutalidade áspera os frágeis suspiros quebravam as asas. Mais que o muro, porém, separava-os a hostilidade paterna, a inimizade entre as duas famílias, cujo sangue, derramado tantas vezes, insistia em fundir-se, ao fim de tanta guerra, no coração dos dois apaixonados. Plantadas no mesmo terreno, aquelas duas árvores haviam crescido paralelamente, combatendo-se, insufladas pela ventania, com os grandes ramos furiosos. No último galho, porém, de uma e outra, verificava-se um milagre: impelidas pela fôrça mesma do vento, duas flores se namoravam, tímidas e delicadas, alheias aos malignos efeitos do temporal.

Separados por um abismo tão profundo, e de fauces tão íngremes, os dois amantes encontraram um meio de corresponder-

-se. Havia no muro enorme, que os isolava, uma pequena fresta imperceptível, que o seu coração, mais que os seus olhos, descobriram. Era por aí que, na tristeza da noite, estremecendo aos rumores da treva assombrada, os dois namorados trocavam a alma, em palavras e juramentos aflitos que se confundiam, quasi, com o próprio silêncio... E foi por êsse interstício invisível (*quid non sentit amor?*) que Píramo, beijando o granito, gemeu, uma noite, à noiva do seu coração:

— À vida, assim vivida, meu amor, é preferível a morte. Os pássaros amam sobre as frondes fervilhantes de serpentes e as serpentes, em nome do amor, protegem a felicidade dos pássaros! Arrostemos o perigo da morte pela glória da vida. Corramos a unir-nos, amanhã, antes do Sol, sob a árvore que ensombra o túmulo de Nino, fora da cidade, perto das fontes miraculosas. O beijo verde que hoje deixo na pedra gelada, amadurecerá, ao vir do dia, no fogo da tua bôca!

Boiava ainda a lua nas alturas, como um grande fruto de prata rolado do céu, quando Píramo penetrou no areal. A cida-

bos do areal, agasalhavam-se, então, como as andorinhãs num beiral de telhado, os amores de Tisbe e de Píramo.

Crescidos ao clarão das mesmas estrêlas que subiam da Arábia, amamentados pela mesma natureza material e madrasta, viviam os dois namorados em casas contíguas, separados apenas por um alto muro impiedoso, em cuja brutalidade áspera os frágeis suspiros quebravam as asas. Mais que o muro, porém, separava-os a hostilidade paterna, a inimizade entre as duas famílias, cujo sangue, derramado tantas vezes, insistia em fundir-se, ao fim de tanta guerra, no coração dos dois apaixonados. Plantadas no mesmo terreno, aquelas duas árvores haviam crescido paralelamente, combatendo-se, insufladas pela ventania, com os grandes ramos furiosos. No último galho, porém, de uma e outra, verificava-se um milagre: impelidas pela fôrça mesma do vento, duas flores se namoravam, tímidas e delicadas, alheias aos malignos efeitos do temporal.

Separados por um abismo tão profundo, e de fauces tão íngremes, os dois amantes encontraram um meio de corresponder-

-se. Havia no muro enorme, que os isolava, uma pequena fresta imperceptível, que o seu coração, mais que os seus olhos, descobriram. Era por aí que, na tristeza da noite, estremecendo aos rumores da treva assombrada, os dois namorados trocavam a alma, em palavras e juramentos aflitos que se confundiam, quasi, com o próprio silêncio... E foi por êsse interstício invisível (*quid non sentit amor?*) que Píramo, beijando o granito, gemeu, uma noite, à noiva do seu coração:

— À vida, assim vivida, meu amor, é preferível a morte. Os pássaros amam sobre as frondes fervilhantes de serpentes e as serpentes, em nome do amor, protegem a felicidade dos pássaros! Arrostemos o perigo da morte pela glória da vida. Corramos a unir-nos, amanhã, antes do Sol, sob a árvore que ensombra o túmulo de Nino, fora da cidade, perto das fontes miraculosas. O beijo verde que hoje deixo na pedra gelada, amadurecerá, ao vir do dia, no fogo da tua bôca!

Boiava ainda a lua nas alturas, como um grande fruto de prata rolado do céu, quando Píramo penetrou no areal. A cida-

de fulgurava, toda branca, sob a cortina imponderável do luar, e êle a olhava, amparado à pedra do grande túmulo, no momento em que Tisbe, envôlta no seu véu de virgem, abandonava, assustada e pálida, o último portão da casa paterna.

O amor pusera, porém, no seu caminho, a mais aflitiva das surpresas. Ia a moça pelo Deserto, fazendo gemer, com os seus pés de brisa, a areia enciumada, quando viu, marchando ao seu encontro, o vulto fulvo de uma leoa solitária. Atemorizada, olha Tisbe em redor, e vê, ao longe, um amontoado de pedras, onde se pode abrigar contra o perigo imprevisto. Corre para lá, precipite. Na rapidez da carreira deixa, porém, cair o seu véu branco. A leoa, que acabava de devorar um cordeiro e se dirigia, farta, com a bôca ensanguentada, a matar a sêde no rio, deixou fugir a presa. Deparando, entretanto, o véu abandonado, fareja-o, babuja-o sem desejo, e continua pacificamente o seu caminho.

Inquieto com a demora da noiva, Píramo retorna à cidade, à sua procura. No areal percebe, porém, o rasto da leoa e, pouco adiante, um objeto alvo como a luar. Pre-

cipita-se e reconhece ou, antes, adivinha: é o véu de Tisbe, que lhe diz, naquelas manchas de sangue, naqueles rasgões feitos por grandes garras, ter sido ela devorada naquele lugar, pelos grandes leões do Deserto!

— Não fostes vós, leões, que a matastes! — grita o desgraçado, rasgando a túnica de desespêro. — Quem a matou fui eu, que a conduzí, com o meu conselho e o meu amor, ao risco dêstes caminhos! Devorai-me, pois, também, leões famintos do areal! Que o meu sangue se confunda ao seu nas vossas guelas vermelhas!

Apertando de encontro ao peito o véu manchado de sangue, parte Píramo, de novo, a correr, para o túmulo do rei, onde, à sombra da árvore que o protegia, crava, profundo, uma lâmina no próprio coração, enquanto grita, chorando, a beijar, convulso, o véu ensanguentado da noiva:

— Tisbe! Tisbe! recebe o meu sangue!

Neste instante, precisamente, desaparecida a leoa, a moça retoma coragem e corre, com os cabelos de treva entregues aos ventos da madrugada, para o lugar da entrevista. Chega, vê e compreende. E retirando a lâmina do peito do amante, que ain-

da a beija com os olhos, crava-a, caindo-lhe sobre o corpo, no próprio coração.

O jacto de sangue, saído da ferida de Píramo, atingira, porém, a fronde da árvore, manchando-lhe os frutos, que eram alvos como a neve.

E' do sangue de Píramo, e em memória do amor de Tisbe, que as amoras, antes de amadurecer, são inteiramente vermelhas.

A CANDIDATURA DE
SANTOS DUMONT À ACADEMIA
BRASILEIRA DE LETRAS

UM vespertino carioca está consultando os membros da Academia Brasileira de Letras sôbre o modo por que essa instituição receberia a inscrição de Santos Dumont à cadeira vaga com o desaparecimento de Graça Aranha. Três ou quatro acadêmicos já consultados responderam, naturalmente, com a discreção exigida pelos estatutos. Preferência denunciada, é, ali, voto prejudicado. Daí a necessidade das redundâncias, dos circunlóquios, e não ter nenhum dêles proferido, ainda, claramente, a frase que o público está esperando:

— Santos Dumont que se apresente, e a sua eleição será por unanimidade de votos!

Ninguém deu, ainda, essa resposta ao jornalista encarregado do inquérito. Nem eu lha estou dando. Mas há meias palavras que valem, no comércio humano, mais do que palavras inteiras.

Que obstáculo encontraria, na realidade, Santos Dumont, para receber essa consagração dos homens de letras do seu país? Se não há um brasileiro comum que não tenha o seu nome e a sua glória na mais alta conta, por que admitir que se encontre uma exceção entre aqueles que, pelo hábito do estudo e da meditação, se acham em melhores condições de compreender o seu feito e o seu gênio? Admita-se, porém, que êle não tenha confiança na admiração que lhe votam os acadêmicos. Não a terá, porventura, naqueles que, aspirando à nossa precária immortalidade, pudessem concorrer ao mesmo pleito?

Essa desconfiança constituiria, mais do que uma injustiça, uma afronta. Quando o sr. Otávio Mangabeira, ministro das Relações Exteriores do govêrno passado, se inscreveu para disputar a cadeira de Alfredo Pujol, já se haviam apresentado oficialmente quatro ou cinco homens de letras, dos mais ilustres e prestigiosos. Ao surgir o nome do chanceler, todos correram a anular a sua inscrição, para que não houvesse o menor óbice àquela consagração literária. Seria possível que se não fizesse o mesmo,

agora, com o aparecimento do nome de Santos Dumont? Aquele que procedesse de outro modo seria de tal maneira condenado pela opinião pública, e pela própria Academia, que ficaria incompatibilizado, estou certo, para a disputa das vagas que posteriormente se verificassem.

E' verdade que o descobridor da navegação aérea não tem cargos públicos a distribuir nem dispõe de favores para recompensar praticamente gentilezas literárias. Dono e conquistador do céu, não apanhou estrêlas para oferecer aos amigos. Mas, por isso mesmo, e para ressaltar o que dêles se disse e supôs malignamente a propósito da eleição do sr. Mangabeira, estão os académicos e os candidatos à Academia na obrigação de dar ao país um nobre exemplo de desinterêsse e dignidade. Sob Bonaparte, no primeiro Império, era de etiqueta abrir-se de par em par a porta dos salões de Palácio quando se tratava de dar passagem a uma das grandes figuras da nobreza. Se se tratava de figura de segunda ordem só se abria uma das bandas da porta.

Para um homem de Estado, que é também um belo espírito, escancarou a Acade-

mia Brasileira de Letras, há seis meses, as duas bandas da sua porta. Por que não fará ela o mesmo, por lhe não ser possível fazer mais ainda, quando se trata do brasileiro mais notável do seu tempo e que é, também, uma das maiores figuras do seu século?

— “Depuis quelques années, — diz o escultor Vedrine a Abel de Freydet, em *L'Immortel*, de Daudet; — depuis quelques années, l'illustre compagnie n'attend plus le client chez elle, descend sur le trottoir et fait la retrace.”

A nossa academia, apesar de não ser “Francesa”, tem feito isso por mais de uma vez. Por que não poderia proceder agora de igual maneira, não por interêsse suspeito, mas por simples e honrada simpatia?

XI

ACADÊMICO, PARA O RESTO DA VIDA!

A Academia Brasileira de Letras acaba de obter, com a eleição de Santos Dumont para o quadro dos seus membros efetivos, um dos triunfos mais assinaláveis da nossa diplomacia literária. Há muitos anos tinha ela o desejo de contar entre os “quarenta” o eminente inventor da navegação aérea, sem que pudesse realizar essa honrosa ambição. Santos Dumont não apresentava a sua candidatura como preceituava o Regimento da Casa, e isso impedia os acadêmicos de lhe sufragarem o nome glorioso. Até que, anteontem, nas condições de que o público já se acha informado, o elegeu.

Quando êle se arrependeu, era tarde. Estava acadêmico para o resto da vida.

Eu não sei se faz parte de algum dos meus livros alegres um conto que traduzí, não me lembro de que autor, nem em que época. E’ a história de uma família de camponeses que leva a casar uma filha, rapari-

ga trintona e sem encantos, com um rapagão que tem algum dinheiro reunido, e mais um campo semeado, e mais uma casa provida. Chegados os noivos à igreja, e conduzidos ao altar, nota o vigário que o rapaz vem de tal modo que se não aguenta nas pernas. Os olhos mortos, o beijo caído, o cabelo em cima da testa, denunciam nele o maior pifão daqueles dias do século. Ao ajoelhar-se, tem que se apoiar em uma das mãos, para não ir por terra.

— Isso é um escândalo! — exclama o sacerdote, indignado. — Eu não posso casar êsse homem nesse estado!

— Ah, senhor vigário, pelo amor de Deus não faça isso! — intervém a mãe da moça, juntando as mãos, numa súplica. — Não nos desgrace a menina!

— Não há desgraça, não há nada, senhora! — explica o padre. — E' questão apenas de um dia. Amanhã, quando passar êsse estado em que êle se encontra, podem voltar que eu celebro o casamento.

— Mas é isso que não pode ser, senhor vigário! — torna a velha; — nós temos que aproveitar o estado dêle, para fazer o casamento.

E com sinceridade de mãe e perversidade de sogra :

— Porque, quando êle está bom, não quer casar de modo nenhum!

A situação da Academia Brasileira de Letras é, evidentemente, nesse caso da eleição de Santos Dumont, a da sogra do conto acima reconstituído com os precários fios da lembrança. Santos Dumont, doente, em um momento em que duvidava talvez da sua imensa glória de inventor, aceitou o noivado com a Academia. De repente, melhora, e quer desmanchá-lo. Telegrafa duas vezes, com aflição. Mas a família da noiva, orgulhosa com a aliança que lhe foi oferecida e lhe quer escapar, faz-se desentendida: quando decifrou os telegramas o padre já havia abençoado os noivos. Estava o eminente brasileiro casado com a Academia, para o resto dos seus dias!

Certa vez, em palestra com Olavo Bilac, dizia-me êle, com a sua malícia fina e polida:

— Três cousas neste mundo, depois que são, não podem mais deixar de ser. São elas: padre, filho natural e acadêmico.

E definia:

— O padre, pode abandonar a batina, apostatar, regressar à vida civil; para a Igreja êle será sempre o padre, o sacerdote, o membro da seita, a Igreja não o casa, nem lhe batiza o filho. E' padre até a morte... O filho nascido de uma união ilícita, tem a mesma sorte: o pai pode reconhecê-lo; a mãe pode casar com o pai; mas se nasceu antes do casamento dos dois, é filho natural por toda a vida... Com o acadêmico succede o mesmo; êle pode renunciar; pode não ir mais à Academia; pode romper com ela; a Academia só poderá substituí-lo depois que êle morrer. Enquanto fôr vivo, é acadêmico, mesmo contra a vontade, como o padre é padre, e o filho natural é filho... natural!

Santos Dumont foi, em virtude de um súbito ataque de neurastenia, eleito e proclamado acadêmico. E agora, não há mais divórcio nem renúncia possível, reinando, por isso, nos arraiais acadêmicos, imenso júbilo, para o qual concorreram as armadilhas do acaso.

E êsse júbilo ainda é maior quando se sabe que, sem a doença, êle não se conformaria em ser meu colega de modo nenhum...

O CAJUEIRO E OS SEUS AMIGOS

O capítulo do meu livro de “Memórias”, aqui publicado na semana última, e no qual evocava um amigo, ou melhor, um irmão vegetal que tenho em Parnaíba, no Piauí, — um largo e poderoso cajueiro que eu vi nascer e que se criou comigo — forneceu assunto, no *Correio da Manhã*, à pena elegante e flexível de Pedro, o Rústico, para uma das suas crônicas dominicais. “Seria interessante analisar a alma dos cajueiros”, — lembra, com a sua saudade de nordestino. E evoca-os, por sua vez: “Os cajueiros são quasi silvestres; crescem, multiplicam-se, sempre pela margem das estradas, como a procurar o homem para consolá-lo. O homem não os vê, prossegue em seu caminho, cheio de penas. E’ o cajueiro que o chama. Chama-o com o cheiro ativo da sua flor”.

O cajueiro é, na verdade, e sem que o pareça, a árvore tutelar do nordeste. Antes

de chegar à terra adusta o guerreiro branco, já êle aquí estêndia os galhos torturados, abraçando o homem de bronze, mistura de lama e de estrêlas. É pelos cajueiros que o índio marca os estágios da sua vida. No camocí tôsko em que será um dia enterrado, lança êle, toda a vez que os cajuais frutificam, uma castanha comemorativa. “Quando o velho guerreiro Batuiretê morreu, — narra Alencar, na *Iracema*, — contaram as castanhas do seu camocí. Havia cinco vezes cinco mãos”. E isso queria dizer que o guerreiro venerável morria aos 125 anos. Na linguagem figurada do indígena, o nosso período de doze meses tinha mesmo a denominação do fruto do cajueiro. Um ano era um cajú. Vem daí, sabem-no todos, daquela prática e dessa hipérbole dos nossos selvícolas do nordeste, esta expressão, para definição da idade, que ficou até hoje na conversação corrente do homem branco:

— Então, quantos cajús?

Cada castanha marcava, no calendário dos irmãos de Iracema e de Jacaúna, um ano vivido. O cajú passava, deixava a castanha. O ano passava, deixava a lembrança. Que é a castanha, na verdade, senão a lem-

brança morta, mas pronta sempre a renascer, do cajú que viveu? "

Toda a nossa literatura colonial, que é em boa parte originária das capitâneas do norte, tem cheiro de cajú. Lá está o nosso perfumado fruto nordestino em Frei Vicente, em Jaboatão, em Gabriel Soares, em Botelho de Oliveira, em Itaparica, até atingir Frei Francisco de São Carlos, que chega a imaginar um cajueiro no Éden, porque esse Éden não fica senão no Brasil.

A literatura das sêcas transformou o cajueiro em decoração característica dos cenários. Lá está ele em Rodolfo Teófilo, em Pápi Júnior, em Domingos Olímpio, em José Américo, em Raquel de Queiroz. O sr. José Américo chega, mesmo, n'*A Bagaceira*, a erguer-lhe um hino, ou a fixá-lo num quadro, numa página em que se misturam o som e a côr. "Da casa grande até a cachoeira — diz, descrevendo o lugar em que Lúcio e Soledade falavam de amor, — alçava-se um renque de cajueiros revelhos tão conchegados uns aos outros que formavam, mal comparando, uma baita lagarta verde de pés cinza". E mostra-os, na tragédia vegetal que constituíam: "Dobravam-se os

galhos em autênticos cotovelos. Acotovelavam-se. Uma varava a copa da outra mais chegada com a vergôntea hostil. Ramos caídos sôbre ramos subjugados. E, se era mais rija a refrega, engalfinhavam-se, aos sacolejos, frôn-de com fronde, como mulheres que se arrepelam. Nesses atritos, rangendo, gemendo, gingavam como se quisessem saltar das raízes. Não confraternizavam: a calma aparente era uma trégua de rinha de galos que se cruzam os pescoços para se refazerem. Então, havia um cajueiro curiosíssimo. Bipartia-se em galhos desiguais: um hierático, linheiro, parecia querer escorar o céu; o outro, de uma humilde horizontalidade, deitava-se, literalmente, no chão". Súbito, desata-se a ventania. "Os cajús começaram a cair. Caíam cajús, castanhas, maturís... Exasperavam-se os cajueiros confidentes. Não eram mais as árvores acolhedoras dos solilóquios matinais. Expulsavam os intrusos da sua casta intimidade. E sacudiam neles fôlhas, cajús, castanhas, maturís... até galhos secos sacudiam... Molhavam-nos com o orvalho restante. Era uma pateada em regra. E rangiam, balançando-se, gingando, em me-

neios de capoeiras. Contorciam-se como se quisessem, outra vez, saltar das raízes, cair em cima dêsse par bêbado de perfumes que profanava o pudor da alameda aromal. E o vento ajudava assobiando”.

Bilac, nas primeiras edições das *Poesias*, imaginou Tapir, último representante livre da raça nativa que ia morrer, à sombra de uma grande mangueira, sob cujos galhos haviam sonhado e amado os antepassados da tribo. Não lhe acudiu à lembrança, no momento, que a mangueira não era árvore americana, mas trazida da Índia para o Brasil pela mão do colonizador. Alguns poetas do nordeste elevam, também, às vezes, a carnaubeira, à condição de um símbolo regional. Mas a carnaubeira é vegetal de determinadas paragens, e não de toda a região vasta, que é geográficamente o nordeste brasileiro. O cajueiro, não; o cajueiro está por toda parte; o cajueiro nos é a todos familiar; o cajueiro é doméstico, sem perder os seus atributos de liberdade. E' árvore do mato e da casa. Onde o encontra, o homem que se perde na solidão sertaneja tem a alegria de quem descobre na multidão um conhecido velho. Ele é, enfim, como di-

zem os caboclos para designar as cousas selvagens e mansas, a onça que come na mão.

Êle é, disse eu, a árvore tutelar dos nordestinos, porque é, para estes, a mais amiga e familiar. Nas sêcas, quando o sertanejo foge, o cajueiro da sua fazenda se despe das fôlhas, e, transformado em esqueleto, aguarda que êle volte, para renascer e reflorir. Ao chegar ao litoral, é à sombra dos cajueiros que os retirantes se hospedam. Alí sonham, sofrem, morrem, ou esperam. Por isso mesmo, a Natureza semeou nas vizinhanças das cidades praianas do nordeste centenas dêsses abrigos. São refúgios caridosos do emigrante que Deus, com as suas mãos, levantou e cobriu.

Nos invernos bons, é êle o protetor das crianças, nos quintais do sertão. O mato está cheio dêle. À beira dos caminhos, onde nasceram porque os viandantes lançaram para alí as castanhas dos frutos que comiam, oferece frutos a quem passa. E' a árvore de todo o mundo... Pássaros e homens matam nos seus ramos a fome e a sêde. O cajueiro é, em suma, o que era o carvalho para os gauleses primitivos. À sua sombra consumam-se, às vezes, os ritos de

amor de toda uma tribu. Onde noivaram, um dia, as avós caboclas, cincoenta anos depois noivam as netas. E o cajueiro que viu tudo, não diz nada a ninguém...

Glorifiquemos, pois, nós, os homens do norte e do nordeste, a nossa árvore amiga e hospitaleira. Nenhuma é mais brasileira do que ela. Nenhuma acompanhou tão de perto a raça autóctone, vindo com ela para a civilização sem perder a sua alma pura, caridosa e selvagem.

XIII

UM LIVRO DE JOÃO RIBEIRO

TIVESSE eu de escrever um romance fantástico, e aproveitaria a imaginação de Tasso e de Huyssmans, unindo a magia à ciência: imaginaria uma biblioteca imensa e original, nos jardins de Armida. Cada livro seria uma flor, e cada perfume teria o seu prestígio singular. O aroma de cada corola, aspirado, arrebataria quem o sentisse, a determinado ponto no tempo. A fragrância de um lótus, por exemplo, transportar-nos-ia de repente ao Egito, fazendo-nos percorrer as ruas miseráveis de Tebas, a de cem portas, ou viajar, ao lado de Bauku, a serviço de Sesostris, através das Escadas Tírias, para revelar a marcha dos exércitos do rebelado Kitisaru. Um jasmim, a flor-menina do Oriente, dar-nos-ia um romance árabe, vivido à sombra de uma tenda, na vastidão do Deserto. Cada perfume seria, enfim, como aquela pequenina mão de múmia, que arrastou Gautier, num sonho, às civilizações prehistóricas, ou como aque-

le hipopótamo do delírio de Braz Cubas, que arrastava o seu cavaleiro, em corrida vertiginosa, para a origem dos séculos...

Eu não escreverei jamais êsse romance, nem precisarei mais dêle, para realizar essas longas e maravilhosas viagens do pensamento. Em um amável e despreocupado passeio pelos jardins da História e da Lenda, os quais, reunidos, constituem os Jardins da Sabedoria, acaba o eminente sr. João Ribeiro de compor, para os discípulos, para os admiradores e para os amigos, um elegante ramalhete de flôres miúdas e leves, cujo perfume suave tem o mérito de nos transportar a outras civilizações e a outras idades.

Floresta de Exemplos é o título, de gôsto clássico, sob o qual o velho e grande mestre de todos nós ordenou quasi uma centena de informações eruditas e curiosas, as quais formam uma antologia, em que as flores, que são encanto da vida, se transformam em frutos, que são utilidade. Peregrino que leva o seu bastão a países longínquos e raramente visitados, o sr. João Ribeiro traz sempre, dessas excursões dos olhos e do espírito, uma novidade para os seus leitores. E é

dessas novidades, formadas de antiguidades escondidas, que êle fez êste livro.

À semelhança, porém, dos velhos soldados que, por modéstia escrupulosa, diminuem a importância das batalhas em que tomaram parte, o sr. João Ribeiro não perde ocasião, nesta *Floresta de Exemplos*, de insinuar o demérito da cultura e, não menos, o da arte de escrever. A propósito, conta êle o romance italiano da Raposa. “Certa vez, andando pela floresta, encontrou a raposa um asno de que tomou grande mêdo, e fugiu. Na fuga encontrou o lôbo, já muito alcançada ela, de contas velhas a ajustar, e deu-lhe a nova de um grande e nêdio animal que acabava de ver na floresta e que seria caça magnífica para o lôbo.

“ — Irei levá-lo até lá, — disse a raposa graciosamente.

“E assim foi. Encontraram o asno e dêle aproximou-se o lôbo, que perguntou o nome da portentosa alimária.

“ — Tenho o nome escrito no pé.

“E logo mostrou o casco, que o lôbo procurou decifrar, dizendo que sabia ler. No momento em que era examinado, o asno

respingou um formidável coice que prostrou o lobo. E vendo o pobre companheiro a deitar a alma pela bôca, falou-lhe mansamente a raposa:

“ — Ogni uomo che sa lettera non é savio”.

“A tollice dos sábios” e “Acêrca de livros”, são dois outros capítulos tendendo à mesma demonstração. Neste último, refere um episódio do IV século, no qual Santo Efrem; para vingar-se das heresias de Apolinário, cola fôlhas brancas sôbre as páginas escritas do livro de que êste se servia nas prêgações. Essa passagem cristã faz-me, porém, lembrar outra, das *Mil e Uma Noites*, em que o médico Ruian, condenado à morte pelo rei Iuman, lhe deixa um livro no qual, declara, o monarca encontraria a revelação de profundos segredos. O rei manda vir o livro, e, como as fôlhas dêste se encontrem coladas, começa a molhar o dedo na língua para melhor manuseio das páginas. Ao fim de poucos minutos, porém, o soberano tombava morto. As fôlhas do livro estavam, todas, envenenadas pelo médico árabe, o qual, assim, depois de morto, matou o seu matador.

Eu próprio tenho, em um dos meus livros antigos, uma história em que, dos abismos da minha ignorância, procuro demonstrar a inutilidade das letras humanas. E' um conto em que Isidoro Pelópidas, o maior gênio da Pitecolândia, se despêde do seu envoltório terreno e vai bater às portas do céu. Bate a primeira vez. Bate a segunda. Na terceira, São Pedro acode.

— Quem és tu, filho?

— Sou Isidoro Pelópidas, meu santo.

— Isidoro? E que foste tu na terra, nos anos que lá viveste?

O sábio sorri, penalizado de tamanha ignorância, estranhando que seu nome não tenha chegado ainda àquelas alturas, e esclarece, contando os seus triunfos como jurista, como astrônomo, como filósofo, como poeta, como orador. Indiferente, calmo, sereno, mastigando os próprios dentes, São Pedro escuta do sábio o relato das suas pesquisas, dos seus sucessos, das suas descobertas. E quando o recém-chegado o supõe maravilhado com tantas conquistas, vira-se o santo para o interior da divina mansão, e chama:

— Gabriel!

Aparece um arcânjo resplendente de beleza e de claridade. E o çhaveiro, indicando-lhe Isidoro:

— Leva esta santa alma para a estrebaria...

Para enxertar mais uma crassulácia na opulenta “Floresta” do Mestre, convém contar, talvez ainda, um caso corrente em todo o sertão, e que eu ouvi narrado em Guarimiranga, na serra de Baturité. As povoações sertanejas, guardando o costume das fazendas que foram no seu início, têm, em geral, porteiras que lhes dão acesso, e servem para impedir que o gado penetre nas ruas. Certa vez, percorrendo a sua comarca, um juiz de Direito foi ter a um lugarejo nessas condições. Ia a cavalo, e sòzinho. Ao aproximar-se, porém, da entrada do povoado, viu um molecote, e chamou:

— O’ pequeno, abre aí essa porteira, que eu não sei como é.

Estranhando a arrogância do viajante, o garôto indagou:

— Quem é o senhor?

— Eu sou o doutor.

— Doutor? Que é doutor?

— Doutor é um homem que sabe tudo.

— Ah, então, o senhor não é, não.

E olhando a cara do viajante:

— Se o senhor sabe tudo como é que não sabe abrir porteira?

O objetivo destes comentários é, porém, anunciar este livro do meu mestre, o sr. João Ribeiro. A sua *Floresta de Exemplos* é como aquela em que o monge se perdeu, e passou um século a escutar o pássaro maravilhoso.

Há quantos séculos estarei eu aqui, escutando o pássaro?

X.IV

DOIS PLÁGIOS, UM DISCURSO E UM TABEFE

E' dos jornais do Rio, edição de ontem, êste telegrama:

“NOVA YORK, 20 (U. T. B.) — O conhecido autor Sinclair Lewis, criador de *Babbit* e laureado do prêmio Nobel de literatura do ano passado, foi esbofetado hoje, pelo escritor Theodor Dreiser, durante uma recepção em homenagem a um autor comunista russo. Lewis iniciou o discurso dizendo não lhe ser agradável falar “perante um homem que havia copiado milhares de palavras dum livro de minha espôsa e na presença de dois amáveis críticos que lamentaram públicamente o eu ter ganho o prêmio Nobel”. Mal tinha pronunciado estas palavras, e Dreiser se levantou e ressoou a bofetada.

Sinclair Lewis ficou rubro, e a cena teria degenerado em pugilato se não fosse a intervenção de amigos que os separaram. Há uns três anos atrás, a senhora Lewis acusou Dreiser de ter plagiado o seu livro *A nova Rússia*.”

Trata-se, como se está vendo, de um espetáculo literário legitimamente americano. Orador da solenidade em honra de um hóspede illustre, Sinclair Lewis começa desfeiteando alguns dos convidados presentes. Um

dêstes, alvejado diretamente, aplica-lhe uma bofetada. O esbofeteado fica rubro, não se sabe se ao afluxo da indignação ou simplesmente pelo contacto violento da mão alheia. E a festa continua.

Para melhor compreender a extensão e a importância da cena, vale a pena apresentar os personagens, mesmo aos seus conhecidos. Sinclair Lewis é, hoje, sem dúvida, um nome universal. A concessão do prêmio Nobel de literatura de 1930 levou-lhe a nomeada, e a de alguns dos seus romances, aos pontos mais longínquos do mundo civilizado. É, mesmo, talvez, o escritor americano vivo mais lido e citado no Brasil. E' o autor de *Babbitt* e do *Homem que conheceu Coolidge*. Deve ter, hoje, 48 anos, e é aplaudido como o fixador dos tipos cínicos e hipócritas que bicham a sociedade americana. Mistura de Molière e de Balzac, é o homem que ri, mas que, quando fecha a bôca, leva nos dentes finos um pedaço de carne da pessoa que lhe recebeu a homenagem do sorriso.

Isso é, porém, cousa que toda gente sabe no Brasil. O que é, todavia, para estranhar, é o modo por que o telegrama se refe-

re a Theodor Dreiser, que é aí indicado como um indivíduo que se tornou notável por haver esbofeteado Sinclair Lewis.

Ora, não obstante a láurea constituída pelo prêmio Nobel, o autor de *Babbitt* não é mais célebre nos Estados Unidos do que o seu esbofeteador. Theodor Dreiser, sem glorificações internacionais, é, nas letras americanas, individualidade de maior relêvo, escritor de maior fôlego do que o inimigo que o agrediu com um discurso e a quem êle respondeu com um tabefe. É o romancista da América épicamente industrial, do mundo tumultuoso em que os tigres das finanças se mostram os dentes ensanguentados, e que êle retrata n' *O Titan* e n' *O Financeiro*. É um artista soturno e enorme, um escultor rodiniano que trabalha na pedra das montanhas porque só aprendeu a esculpir músculos de gigantes. É, em suma, o Homero dos bandidos que possuem biliões de dólares e a que a Polícia faz continência quando rodam em automóveis de grande luxo pelo pavimento da 5.^a Avenida.

Tem 60 anos. Filho de alemães, é um alemão na figura: grande, forte, atlético, semi-bárbaro.

Sinclair Lewis pode dar, a esta hora, informações seguras sôbre o pêso da sua mão.

Apresentados assim os atores, descrevamos a cena, como deve ter ocorrido. Luzes, flores, cristais, água mineral nos copos visíveis e "whisky" nos vidros escondidos no bolso traseiro da calça. Hora do discurso. Sinclair Lewis repete as acusações de plágio, que fizera, já, há tempos, a Theodor Dreiser, e a que Henry Mencken respondeu vitoriosamente. Dreiser levanta-se. O seu busto ergue-se 1,30 m. acima da mesa. Afasta a cadeira, e marcha para o orador. A mão voa da direita para a esquerda como um pombo de cinco asas, e a bofetada estala.

O homem do prêmio Nobel de literatura fica vermelho de um lado, estonteado com o talento do prêmio Nobel de taponá. Mas não se move. Conhece, de sobra, a história de outras bofetadas em outras caras. E é com a fleugma de quem vê ao lado um penedo prestes a rolar esmagando tudo, que acrescenta, tranquilamente:

— Acabam de ser confirmadas, senhoras, as minhas acusações.

E com a mão na face vermelha:

— Theodor Dreiser acaba de cometer outro plágio!

“MEU DICIONÁRIO DE COISAS
DA AMAZÔNIA”

O sr. Raimundo Morais desarticulou no Brasil a mecânica dos sucessos literários. À semelhança daqueles belicóços capitães romanos que, das ásperas montanhas da Armênia ou das húmidas florestas da Germânia ou das Gálias, se impunham, no coração de Roma, à admiração tumultuosa das tribus e ao respeito austero do Senado, êle conseguiu, de um ponto remoto da selva amazônica, impor-se ao país inteiro. E quando de lá partiu, e atravessou o Rubicon, não foi para vencer, mas, unicamente, para ver o que havia vencido. Não veio fazer o seu nome no Rio de Janeiro: trouxe-o feito, pronto, consolidado. Comó nos séquitos dos triunfadores, as trompas, clangorando aos ventos, anunciaram a sua chegada. E o sr. Raimundo Morais, consoante delataram as fôlhas, “chegou e acha-se entre nós”.

Não é o desembarque do homem, mesmo o do autor das *Notas de um jornalista*,

da *Planície Amazônica*, das *Cartas da Floresta* e do *País das Pedras Verdes*, que me cabe divulgar. Entre espíritos que se votam às letras não existem indivíduos, mas obras e idéias. E é um novo livro do sr. Raimundo Morais, o seu *Dicionário das Coisas da Amazônia*, que me compete anunciar nesta hora, dando-lhe as boas vindas antes, mesmo, de proceder à leitura demorada que requerem não somente a obra aparecida, mas, também, as responsabilidades de um crítico literário em disponibilidade forçada. Um livro útil, nestes tempos, é como hóspede novo em hotel de cidade pequena: abre-se-lhe logo a porta entre alvíçaras. Depois de apanhado o freguês é que o dono do hotel lhe vai examinar os precedentes.

Ao escrever os quatro volumes que lhe compõem atualmente a bibliografia, pretendeu o autor da *Planície Amazônica* fazê-los acompanhar de um glossário de termos neles empregados. Pouco a pouco, porém, êsse trabalho se foi distendendo e avolumando, de modo a formar matéria para dois tomos. Pelo desenvolvimento dado às definições, o vocabulário transformou-se em dicionário enciclopédico. E é o primeiro tomo dessa

obra, compreendendo as letras A-F, que acaba de ser editado.

Organizando êsse curioso trabalho de observação e de cultura, não pretendeu o autor, ao que parece, dar-lhe feitiço austero, sisudo, circumspecto. Ao lado do que era útil, quis êle pôr o agradável e, mesmo, o alegre, o jocoso, o jovial. Ocorreu-lhe, possivelmente, seguir o exemplo de Voltaire, no *Dicionário Filosófico* e o de Rivarol, no *Pequeno Dicionário dos grandes homens da Revolução*. Daí o escândalo que talvez constitua aos olhos graves dos homens exclusivamente de estudo, e a alegria com que o lerá o grande público, para o qual o sr. Raimundo Morais, cansado de trabalhar para as "elites" literárias, organizou, agora, êste seu livro.

Meu Dicionário de Coisas da Amazônia não é, como se poderá supor, composto exclusivamente de termos peculiares à bacia do Amazonas, que já possui, aliás, obra dêsse gênero, embora cronologicamente atrasada, e limitada à ilha de Marajó, no pequeno *Glossário* de Vicente Chermont de Miranda. E', mais, um Dicionário de Brasileirismos, que a Amazônia utiliza. E, sob êsse

ponto de vista constitue êle um índice para o estudo da formação social da região. Encontram-se, na verdade, alí, regionalismos característicos de todos os Estados do Brasil: cearenses, maranhenses, pernambucanos, baianos, cariocas, paulistas, mineiros e gaúchos — fato que denuncia a fluência de emigrantes de todas essas origens, que levavam com o seu sangue, com a sua atividade e com o seu braço, a sua curiosa contribuição vocabular.

O novo livro do sr. Raimundo Moraes contém, em suma, a documentação lexicográfica de um fenômeno que eu havia assinalado, já, há alguns anos: a Amazônia é, sob o ponto de vista humano, uma das regiões mais incharacterísticas do Brasil. A onda imigratória que a assaltou durante meio século varreu o que ela possuía de mais original, e que era o homem nativo, e os modos de existência que dêle derivavam. Só a Natureza permaneceu de pé, afrontando o invasor atrevido e derrotando-o no momento em que êle fraquejou. Das tradições e vozes do homem amazônico pouco, muito pouco, resistiu e sobrevive.

Essa verdade, que o livro do sr. Raimundo Morais documenta, vem torná-lo, por isso mesmo, ainda mais interessante aos olhos e à inteligência do grande público brasileiro. Êle mostra a unidade da nossa linguagem, a facilidade com que os homens se têm comunicado através das distâncias permutando os seus modismos, os seus aforismos, os seus têrmos de gíria, e que, por tudo isso, a alma brasileira é só uma, e o Brasil é um só.

X V I

A ATIVIDADE LITERÁRIA DO SR. AFRÂNIO PEIXOTO

EU não sei se a história que vou contar está certa. Há quarenta anos m'a contaram; e eu não a ouvi mais, repetida. E é assim, errada ou precisa, que ela se acha guardada, como uma relíquia, no estôjo da minha memória.

Era uma vez um moço a quem as fadas, que lhe haviam enfeitado o berço de rosas, ofereceram uma preciosidade: um moinho que fabricava sal.

— Mói, moinho! — ordenava o dono, proferindo, em seguida, algumas palavras cabalísticas que os gênios benfeitores lhe haviam ensinado.

E o pequeno aparelho punha-se em movimento, fabricando sal muito fino, muito fresco, muito claro, legítima poeira da espuma e da onda, que ia fazendo a fortuna do moço benquisto das fadas.

Um dia, porém, um navio de piratas assaltou a ilha em que morava o moço a quem os gênios protegiam, e o moinho foi arreba-

tado. O navio abriu as grandes asas de pano, e tornou, de novo, à verde planície do oceano, em que as caravanas dos homens não deixam caminho. Chegado no alto mar, o capitão levou para o convés o moinho encantado, e, repetindo as palavras cabalísticas, ordenou:

— Mói, moinho!

E a pequenina máquina pôs-se a produzir o sal miúdo e leve, prodígio da sua indústria.

A tripulação toda acercou-se do aparelho, admirando-lhe a atividade e a perfeição. Aquilo era, positivamente, a glória e a fortuna. Com aquele moinho encantado o homem podia ganhar o mundo, levando a graça do paladar aos povos mediterrâneos.

— Mói, moinho!

Verificado o êxito da experiência, o capitão do navio tratou de guardar o aparelho, e, para isso, ordenou:

— Pára, moinho!

Mas, na sua alegria, havia esquecido as palavras encantadas que deviam acompanhar aquela ordem. E o moinho continuava moendo, trabalhando, produzindo.

— Pára, moinho!

O convés está cheio de sal. E o moinho moendo. Debalde a maruja se ativa, desembaraçando os porões invadidos pela carga imprevista. Debalde o capitão a auxilia, lançando às ondas o sal que ameaça de naufrágio o navio.

— Pára, moinho!

O moinho não pára, nem diminue a atividade. E o navio vai ao fundo com o pêso do sal, indo sepultar-se, com a sua marinagem, nos abismos verdes do oceano. Mesmo lá, porém, no coração das águas profundas, o moinho de sal produz sempre; produz dia e noite; produz sem parar...

É por isso, — concluía quem me contava há quarenta anos esta história maravilhosa, — é por isso que as águas do mar são salgadas. É o moinho encantado, que está lá no fundo, nos seus abismos largos e misteriosos, trabalhando, produzindo, moendo sempre, moendo sem descansar...

Como um protesto eloquente contra a crônica em que eu dizia, nesta mesma página, que os membros da Academia Brasileira de Letras cada vez produziam menos, o sr. Afrânio Peixoto mandou-me, esta semana, os seus quatro volumes editados êste ano:

Marta e Maria, documentos de ação pública (2 volumes); *Viagem sentimental*, impressões de viajantes; e *Missangas*, poesia e folclore. E acentua: "Há mais quatro volumes no prelo, e cinco em elaboração".

O sr. Afrânio não é mais, como se está vendo, apenas um escritor: é uma Academia; é uma legião de escritores. Escreve com as duas mãos, as quais, assim mesmo, lhe não correspondem ainda à atividade do espírito. Deputado, escrevia três ou quatro volumes por ano.

— E' deputado... tem tempo... — diziam.

Mas o navio em que êle era oficial, e eu marujo, bateu numa pedra (ou uma pedra bateu nele) a 24 de outubro de 1930. E fomos, ambos, os dois, politicamente ao fundo.

E lá está o sr. Afrânio Peixoto no seio verde das águas, agarrado ao seu moinho miraculoso, que continua, no entanto, a produzir dia e noite, imprimindo sabor, aquí em cima, às grandes águas do mar...

Cérebro, moinho de idéias... Abençoado seja o moinho que, como êste, vê girar continuamente, mesmo debaixo d'água, as espatas prodigiosas do seu moinho!...

XVII

ELOGIO DA LOUCURA

O Dr. Xavier de Oliveira, major-fiscal do brilhante e infatigável batalhão de médicos eminentes e caridosos que trabalham neste momento para arrancar à unha suja da Morte, ou à noite apavorante da cegueira, um desventurado amigo que eu tenho, penetrou na literatura, em 1920, como pesquisador de originalidades sertanejas com um livro bizarro, e de sucesso, estudando os beatos e cangaceiros do nordeste. Familiarizado com as terras aonde ninguém ia, voltou-se o Dr. Xavier de Oliveira para as regiões misteriosas e escuras aonde ninguém vai: fez-se sertanista de alma e, êmullo de Fernão Dias e Borba Gato, investiu, acordado, a “selva selvaggia” em que Dante penetrou dormindo. E, como resultado da viagem terrível, acaba de publicar, sob o título *Espiritismo e Loucura*, um forte e vigoroso volume contendo as suas observações de alienista.

Secundado pelo professor Juliano Moreira, que lhe prefacia a obra, o Dr. Xavier de Oliveira levanta um grito de alarma contra o espiritismo, que considera, no momento, a undécima praga do Egito e a primeira do Rio de Janeiro. “Em uma estatística de doze anos, — diz, — de 1917 a 1928, por nós levantada no Pavilhão de Observações, registramos em 18.281 insanos entrados, 1.723 portadores de psicopatias provocadas exclusivamente pela prática do espiritismo, em indivíduos mioprágicos do sistema nervoso. É dizer que, no correr dêsse tempo, o espiritismo concorreu, ali, com uma proporção de 9,4%, no total das entradas. De onde se vê que, depois da sífilis e do alcool, é o espiritismo, nesta atualidade, o maior fator de alienação mental entre nós”. E como consequência, entrega os discípulos de Kardec aos teólogos, para que os combatam ou os examinem sob o ponto de vista religioso, e à Polícia, para que os fiscalize de perto, impedindo o que houver, entre êles, de charlatanismo e exploração. A psiquiatria tomá-los-á à sua conta quando se apresentem como loucos, na sua metamorfose final.

O Dr. Xavier de Oliveira considera o Rio de Janeiro uma cidade dominada por essa forma de misticismo ou de especulação. “A sociedade do Rio, — diz — está, de fato, invadida, avassalada pela onda do espiritismo, com o caráter de uma verdadeira epidemia”. Parece-me, a mim, que isso é verdade incontestável. Mas, que é que isso significa? Ignorância do povo? Absolutamente, não, pois que não é nas camadas populares, mas nos círculos superiores da sociedade, que a nova religião, ou o novo “pathos”, tem conquistado a maioria dos seus adeptos. Qual, então, a causa daquilo que o jovem e ilustre psicopata considera um flagelo nacional?

As ondas de misticismo são peculiares aos povos pobres e tristes e, às sociedades desgraçadas. Quando o sentimento é atingido, são inúteis as reações da inteligência. O homem que sofre com o coração, precisa de consôlo e vai buscar onde pode encontrá-lo, falso ou verdadeiro. Quais são, por exemplo, entre as figuras sociais de relêvo, as que o espiritismo conquistou? O pai que perdeu um filho querido; a espôsa que se viu separada do companheiro a quem amava; a mãe a quem a morte arrebatou uma filha que

era o seu bastão e os seus olhos na terra; os doentes abalados por uma enfermidade sem cura; os corações sacudidos, em suma, pelas tempestades do sofrimento sem remédio terreno.

- O Homem tem necessidade do sobrenatural. Nos tempos em que a Igreja realizava milagres era para ela que apelavam os que padeciam. O milagre fortalecia a fé. No Coliseu romano, Marcus Vinicius vacila ainda entre os deuses pagãos e aquele cujo culto se refugia nas catacumbas da Cidade Eterna, quando vê Lígia na arena, presa aos cornos do uro selvagem. É nesse momento que êle, que sempre duvida, solta o seu grito de desafio e desespero:

— Cristo, faze um milagre!

O milagre é feito. Ursus atira-se à ferra, subjuga-a, e ergue a virgem, nua, e viva, e branca, nos seus braços robustos, diante da multidão.

E Vinicius crê.

O espiritismo é, atualmente, das religiões ou das abusões permitidas, a única, talvez, que ainda faz milagres, ou que dá a ilusão do milagre. Abatido pelo sofrimento, suggestionado pela esperança, aquele que a êle

recorre já leva, no coração ferido, metade do milagre. Mas o adepto volta contente, e consolado, com a divina realidade ou com a piedosa mentira. O pai viu seu filho morto. A espôsa teve notícias do companheiro, e soube que, mesmo na outra vida, na mansão em que há, só em um grupo, onze mil virgens, êle ainda não a esqueceu. A mãe escuta, em bôca estranha, a voz da filha que Deus lhe arrancou dos braços, e que lhe manda um beijo nas pontas dos seus dedos de espírito.

O espiritismo pode fazer loucos. Mas os que chegam ao Hospício marcham, geralmente, para êle, em uma ponte de Felicidade triste, enfeitada por flores de sepultura...

O autor do *Espiritismo e Loucura*, em quem o professor Juliano Moreira reconhece um dos nossos psiquiatras mais eminentes, apresenta-se, igualmente, neste livro, como um escritor vigoroso e claro, cujo estilo enérgico se transforma, não raro, pelo brilho literário, em vistoso ornamento do assunto. Se o homem de ciência não se impusesse pelo valor do depoimento e pela importância da matéria, impô-lo-ia o homem

de letras. A palavra, na sua prosa, veste, sob medida, o pensamento.

Terá êle, contudo, razão em condenar tão sumàriamente o espiritismo? “Eu não tenho notícia de que a Ciência tenha, jamais, secado uma lágrima vinda do coração”, disse Francis Charnes na Academia Francesa, no dia em que sucedia a Berthelot. E o espiritismo, dizem, tem secado lágrimas.

Tem feito êle muitos malucos, é certo. Mas a loucura não será uma das formas incompreensíveis da felicidade e, porventura, a mais perfeita? Erasmo não teria razão?

“Tous les hommes sont fous et, malgré tous leurs soins. Ne diffèrent entre eux que du plus ou du moins”.

(Boileau)

XVIII

MATEMÁTICA... COM AÇÚCAR

O ponto mais movimentado da cidade de Parnaíba, no Piauí, era há uns 30 anos, o Pôrto Salgado, em que tem início a rua Grande, e pelo qual se faz, pode-se dizer, 60 % do comércio do Estado. Alí aportam as barcas, encostam os navios, carregam ou descarregam as alvarengas repletas de couros, de cera, de babassú ou de algodão. Por isso mesmo o lugar é sempre animado pela presença de grande número de carregadores, caboclos sólidos e resistentes, que, terminado o serviço de carga ou descarga, se estiram nas calçadas amplas, a barriga para o ar, as mãos cruzadas debaixo da cabeça, digerindo sossegadamente o seu almoço de melancia com farinha. Às vezes são dez, vinte, alinhados na mesma calçada convidativa. E alí dormem a sesta, ou conversam, sem se voltarem uns para os outros afim de não desperdiçarem energia, e todos com os

olhos para cima, com êles fechados ou acompanhando no céu azul e profundo a marcha lépida de alguma nuvenzinha branca e vagabunda.

Era eu menino, e empregado do comércio parnaibano, quando, uma tarde, vindo à porta do estabelecimento, que era o primeiro junto ao pôrto, me detive a olhar a paz muçulmana de uma dúzia de caboclos estirados na pedra lisa do passeio. A sombra das casas da rua era como um grande e largo lençol de frescura estendido sôbre êles. O vento, meigo e vadio, bolia com as fôlhas das mongubeiras do cais, levando o pólen de flor a flor, num malicioso e delicado serviço de alcovitice. Nas profundidades do céu, a lua no minguante, muito branca, muito pálida, “tal qual a virgem que cansou do baile” corria entre pequeninas nuvens de sêda impalpável, brincando nas alturas a dança dos sete véus. De repente, um dos caboclos que repousavam de papo para o ar observou, sem se mexer:

— “Seu” Reimundo, daquí na lua são certinhos quinze dias de viagem num jumento.

— Quá o que! E' mais, — emendou o outro, sem um movimento, os olhos parados no céu.

— E' não, — tornou o primeiro: — são quinze dias certinhos.

E logo, para cortar discussão:

— Se você duvida, exp'imente!

Desde êsse tempo, nunca mais manuseei um volume de matemáticas sem me transportar, de súbito, pelo pensamento, ao Pôrto Salgado, em Parnaíba, recordando a palestra dos dois caboclos deitados na sombra fresca. E foi êsse mesmo cenário, com os mesmos personagens, que se armou de repente na minha imaginação, ao receber o segundo tomo da obra que vem escrevendo, conjuntamente, os professores Cecil Thiré e Melo e Sousa, do Colégio Pedro II. Anatole France perguntou, certa vez, se a Ciência não será uma superstição. E eu me perguntei a mim mesmo se todas as ciências exatas não serão formas parciais dessa ilusão coletiva, e se o Senhor, lá do fundo imenso dos céus, não tem sorrido misericordiosamente por baixo das suas barbas enormes, — se é que êle tem a nossa forma e não a de um leão ou de uma formiga, — ao observar os esfor-

ços de um Pitágoras, de um Arquimedes ou de um Eratóstenes, ou ao ver Neper inventar os logarítmos e Descartes anunciar a geometria analítica.

E' sabido que o vocábulo latino "mathematicus" foi usado, na Idade Média, como sinônimo de "adivinho", de "astrólogo", de "feiticeiro". "Ars mathematica" era o mesmo que "adivinhação". Daí a condenação do estudo das matemáticas pela Igreja Católica, desde o imperador Constantino, no IV século, até o século XIII, quando Frederico II o permitiu na Alemanha. "A mais mística e a mais incerta das ciências reais ou pretensas, — escreveu Walter Scott, — tinha, então, o nome daquela que é considerada hoje a mais exata".

Alguma cousa, de tudo que vemos e praticamos, será, na verdade, positiva? Newton não destruiu vinte séculos de afirmações? Einstein não tentou a destruição de Newton? Tudo isso que temos estudado não constituirá apenas um conjunto de convenções? A medida do espaço não será apenas o reflexo da capacidade do nosso cérebro, isto é, do nosso entendimento? A verdade sobre a esfera celeste não estará com aquele

padre Mathalene, o qual, ainda em 1840, afirmava que a Terra é fixa, e que as estrelas girando em tórno dela, não têm senão o duplo do seu diâmetro aparente?

— O volume do Sol, é 1.310.000 vezes o da Terra... A distância de Mercúrio ao Sol é igual a 4 décimos da distância da Terra ao Sol, — dizem os matemáticos.

— Qual o que! — duvido eu, com o ceticismo de “seu” Reimundo, caboço da Parnaíba.

E os matemáticos desafiam:

— Se você duvida, tome de um metro, e vá medir!

Êsse ramo dos “conhecimentos humanos” constitue, todavia, o encanto predileto de muitos homens instruídos. E’ uma espécie de cocaína do espírito. A primeira pitada é difícil de sorver. Mas, quem se acostuma com êsse veneno, não o deixa mais. E uma vez familiarizado com êle, tem o viciado a regalia de abandonar esta miserável crosta terrestre, e percorrer mundos, e visitar constelações, e espraiar os olhos pelo infinito, com a facilidade com que os leigos vão ao Leme ou ao Leblon e estendem os

olhos pequenos pela ondulosa imensidade do mar.

E com a vantagem, ainda, de não pagarem a passagem do bonde.

Os professores Thiré e Melo e Sousa pertencem ao número dêsses estudiosos felizes. Matemáticos de nomeada, fizeram êles da ciência em que se tornaram mestres não só um passatempo como um sacerdócio. Ensinam-na, e realizaram o milagre de libertá-la das complicações técnicas que dificultavam a sua compreensão pelos que eram refratários a essa disciplina. Eu próprio, que confundia o triângulo aritmético de Pascal com as empadas de camarão do Pascoal, tomei gosto por êste seu livro, aprendendo o que não sabia e corrigindo o que havia entendido errado.

Os professores Melo e Sousa e Thiré, plantaram, enfim, à entrada do Deserto de Euclides, um jardim convidativo. E no portão estão êles, os braços abertos, atraindo com a palavra de quem pouco entendia da disciplina, os que têm medo de matemáticos:

— “Sinite parvulos venire ad me”...

Quando eu era pequeno, tinha horror ao calomelanos. Minha mãe sabia-me, po-

rém, guloso, e passava por perto de mim trazendo um pires com açúcar. E eu, ignorando a traição que se me fazia, comia o açúcar. E com êle o calomelanos.

Os professores Thiré e Melo e Sousa estão utilizando o mesmo expediente no seu curso do Pedro II. Intercalam nos seus livros algumas páginas de fina literatura e de história. O aluno vai gostando, e continuando.

E, quando dá acôrdo de si, enguliu, sem sentir, toda a dose da matemática.

XIX

O MISTÉRIO DOS TRÊS CAIXÕES DE DEFUNTO

A propósito de espiritismo, ficou prometido, ontem, aqui, o resumo de um conto de Tchekhov, o desventurado romancista e dramaturgo falecido aos 44 anos em 1904 e que foi, não obstante, na Rússia, o mestre e oráculo de duas gerações literárias. Da sua integridade moral, e do crédito que deve merecer êste depoimento, é fiadora a sua atitude desassombrada no caso da eleição de Gorki para a Academia de S. Petersburgo. Eleito Gorki, viu o czarismo, nessa consagração de um rebelde, uma vitória pública das idéias revolucionárias. O procurador do Império declara Gorki fora da lei e, conseqüentemente, nula a sua eleição acadêmica. Diante dessa interferência do governo na vida literária do país, Tchekhov e Korolenko lavram um protesto, e abandonam a Academia. No ano seguinte Tchekhov morria. Korolenko teria de viver, porém, até 1921, cabendo-lhe, assim, a alegria de-

sencantada de assistir à vitória e aos desmandos da Revolução.

Passemos, porém, ao conto de Tchekhov.

Ivan Petrovitch Pannikhidine não havia, jamais, assistido a uma sessão de espiritismo, nem acreditava em almas do outro mundo, quando, naquela noite de Natal de 1883, foi convidado para uma reunião espírita na rua do Cemitério, em Moscou. Comparecera e, como fosse homem de alguns estudos, pediu para falar com Spinosa. O filósofo abandonou o reino dos mortos e desceu. Sempre soturno, e econômico, mesmo em palavras, como bom judeu que era, não deu muita confiança ao consulente. Disse-lhe, apenas, que o termo da sua vida estava próximo, e foi-se embora. E Pannikhidine, com um grande frio na alma e nas mãos, regressou para casa, que era no edifício Trupov, à rua da Caveira Velha.

A noite estava escura e tempestuosa. O vento uivava, sôlto, sacudindo as árvores semi-mortas, e cuspidando golfadas d'água na cara impassível dos prédios fechados. Molhado e gelado, Pannikhidine entra em casa. Sobe a escada, abre o quarto em que mora,

e fecha-o por dentro, no escuro. Na sombra espessa, o vento, que penetra pela chaminé sem fogo, remexe as cinzas do fogão, e mia, e geme como um gato doido ou faminto. Pannikhidine tira um fósforo, risca-o. O vento sopra a chama pequenina que de pronto se apaga; não, porém, sem lhe permitir que veja no meio do quarto, sôbre duas cadeiras, alguma cousa que lhe parece um caixão de defunto. Os cabelos se lhe arrepiam, de súbito. A mão treme-lhe, e os dentes lhe batem uns contra os outros como num repentino acesso de febre. Risca outro fósforo: e abafa um grito. O que está no meio do seu quarto é, na verdade, um caixão funerário. Caixão pequeno, de veludo negro, tendo sôbre a tampa uma grande cruz em galão rosa. Caixão de virgem. Caixão de moça. Caixão de menina. Recuando de pavor, Pannikhidine acerta com a porta. Sai; desce a escada fracamente iluminada pela borboleta do gás, e alcança a rua. O vento uiva, e morde-lhe o rosto. Grandes lufadas correm pela noite, varrendo a cidade e o céu. E Pannikhidine pergunta a si mesmo se está dormindo ou se está acordado; se está vivo ou se está morto.

A chuva lhe fustiga as faces e o vento lhe repux as roupas, empurrando-o. Perto daí, no princípio da antiga rua da Morte, mora Upokoiev, aquele que, poucas semanas depois, devia rebentar os miolos com uma bala de revólver. Pannikhidine dirige-se para lá, insultado pelo vento, empurrado pela chuva. Sobe. Na aflição em que se encontra não bate à porta do amigo. Entra e não acende, sequer, o gás. Conhece o aposento e tateando, encontra o divã. Atira-se nele, como um fardo molhado. Ao fim de poucos minutos, porém, sente-se gelar. Tira a capa ensopada. Arranca um fósforo, com a idéia de acender o fogão. A chama pequenina e azul bruxoleia e Pannikhidine arregala os olhos. No meio da sala está outro caixão de defunto. Um caixão maior do que o outro. Um caixão negro e enorme, com uma cruz de galão dourado, em cima.

As mãos na cabeça, o terror na alma e nos olhos, Pannikhidine desce correndo as escadas da casa de cômodos. Chega à rua, onde a chuva aumentou e a ventania recrudescceu. A capa ficou lá em cima e êle não tem coragem de voltar, para tomá-la, e fugir. Atira-se para a rua, correndo. Está

certo de que enlouqueceu. Aqueles caixões funerários existirão ou serão uma criação dos seus sentidos? Aquilo é sonho? Aquilo é realidade? Tremendo, regelado, corre sem destino. Adiante, ao fim da mesma rua, mora o médico Pogostov, com quem estivera na sessão espírita. Encaminha-se para lá. Sobe o primeiro lance de escadas. No segundo, escuta um grito de terror:

— Socorro! Socorro! Porteiro! Porteiro!

Olha para cima, e vê. E' Pogostov que desce, com olhos de louco, a escada, rumo da rua. Encontram-se os dois.

— Pannikhidine? És tu mesmo, Pannikhidine? — grita Pogostov. — Tu estás vivo? estás vivo... Que é que tens, que estás pálido como se saíesses de um túmulo?... Tu não estás morto, Pannikhidine?

— E tu, que é que tens? Tu estás vivo, hein? Tu estás vivo?... Dize? Fala!... Fala!...

Sentam-se os dois, ansiando, e amparando-se mutuamente, no mesmo degrau da escada.

— Ah, meu amigo! Maldita sessão de espiritismo! Ela me desarranjou de tal

modo os nervos que, imagina tu, ao chegar em casa, eu vi no meio do quarto, sabes o que, Pannikhidine? Um... caixão de defunto!...

— Que?... Que?...

— Um caixão de defunto!

De um salto, Pannikhidine põe-se de pé. Estarão os dois alucinados? Será verdade o que está ouvindo do médico? Beliscam-se os dois, para ver se estão vivos, e acordados. Convencem-se de que não sonham. Convencem-se de que não estão mortos. E sobem as escadas, para ver de novo.

No meio do aposento há, realmente, sobre duas cadeiras, um esquife. É coberto de veludo negro, e tem sobre a tampa uma cruz de galão rosa. Caixão de virgem, igual, em tudo, àquele que Pannikhidine deixara em sua própria casa.

— Estará vazio ou... cheio? murmura, hesitando, o doutor.

A mão trêmula, Pannikhidine aproxima-se. Suspende, de vagar, a tampa do caixão. Tem medo de olhar. Abre, porém, os olhos, e solta um suspiro de alívio.

— Vazio — exclama.

O médico chega-se, por sua vez, e olha. Há, dentro do caixão, um papel. E' uma carta. Lançam-se a ela ao mesmo tempo. E lêem:

“Meu caro Pogostov. — Como tu sabes, os negócios do meu sogro peoraram esta semana, a ponto de esperarmos a cada momento que os credores tomem conta da casa de artigos funerários de que êle é chefe. Tendo em depósito uma dúzia de caixões que não deseja entregar, e que pretende vender depois, peço-te que guardes êsse em tua casa por uma semana. Outros amigos nossos vão nos prestar igual serviço, ficando cada um dêles como depositário de um ou dois esquifes, até que meu sogro obtenha a quitação das suas dívidas. Abraços agradecidos do teu amigo — *Ivan Tcheliustine*”.

Foi esta a história de espiritismo que Antônio Tchekhov, torcendo a sua barbicha de bode, gravemente me contou. Êle queria contar a segunda; mas eu não quis.

DOIS NÁUFRAGOS

D^O seu leito de doente, ao qual se acha recolhido há mais de um ano, mas em vésperas de abandoná-lo para tornar à luta quotidiana, manda-me Goulart de Andrade o seu livro mais recente, sob o título *Cadeira n.º 6*. É êste o número da sua poltrona em nossa Academia, e o poeta de tantos sonetos modelares organizou êsse volume precisamente para glorificar os seus antecessores, Teixeira de Melo e Jaceguai, e, sobretudo, o seu patrono, Casimiro de Abreu. É pela mão dêste pequeno e flébil Virgílio, de que foi Mântua prosaica e ribeirinha a Barra de São João, que êle, Dante sem burel, penetra o Inferno da imortalidade acadêmica.

Aberto diante de mim, o livro de Goulart de Andrade não me evoca, todavia, unicamente, as três ou quatro figuras que o escritor pacientemente reconstitue e analisa: o que dêle se levanta, e cresce aos meus olhos que a saudade humedece, é o próprio autor,

a sua individualidade curiosa de poeta e de boêmio, o companheiro de longas horas de esperança e de sonho, quando escrevíamos diariamente na mesma sala que o sol jamais visitava, à luz meditativa e constante das mesmas lâmpadas familiares.

Era nos primeiros dias d' *O Imparcial*, à rua da Quitanda, em um velho edifício que o progresso da cidade arrasou. No salão estreito, alinhavam-se, defrontando-se, duas filas de mesas dos redatores. De um lado, o velho deputado João Lopes, autor de vinte mil artigos anônimos e de dois filhos votados ao culto das letras, Nestor da imprensa cujo cabelo tomou a côr das tiras sôbre as quais se derramava há meio século; e Mário Brant, que, já nesse tempo, fazendo da sua mesa um Banco, valorizava o papel, emitindo idéias pessoais sôbre finanças, literatura e política. E diante dêles, e das duas outras mesas destinadas a redatores eventuais, éramos nós, os poetas da fôlha, ou, como dizíamos, a "ala dos namorados": Castro Menezes, Miguel Melo, José Maria Goulart de Andrade, e o obscuro rimador provinciano que ora recorda melancòlicamente estas coisas.

Nesse tempo, éramos todos noivos, ou quasi noivos. A vida, para nós, era uma festa que começava. Podiam arrancar-nos o coração e pô-lo numa gaiola que êle amanehceria cantando. Poetas e namorados, transformávamos em versos todas as nossas tristezas, que, assim transformadas, se tornavam, logo, a nossa mais radiosa alegria. Sonhávamos, amávamos e cantávamos.

O Tempo dispersou, porém, o alegre bando de aves cantadeiras. E a Morte, que acompanha o Tempo, tornou efetiva a separação. Castro Menezes, o nosso Castrúcio, a quem Vulcano dera uma perna curta e Celini ensinara o seu riso largo, dorme, hoje, em São João Batista. Miguel Melo, o mais velho na idade e o mais moço no coração, repousa em S. Francisco Xavier. Goulart e eu, aquí estamos ainda, aguardando a nossa vez, olhando-nos com ansiedade, como os dois últimos naufragos da *Medusa*, para ver o que vai primeiro. . .

Onde andam os nossos sonhos, "seu" Zé Maria?

O HOMEM MAIS LIVRE DO BRASIL

CHAMADO há dias à presença do diretor da Penitenciária de Niterói, um detento de 105 anos de idade, e cuja pena só termina em 1935, recebeu a notícia de que lhe tinha sido concedida a liberdade condicional.

— Liberdade que? — indagou o centenário.

— Condicional.

— Que é liberdade condicional?

— Quer dizer que você vai solto mas fica sob a vigilância da Justiça, à qual terá que se apresentar todos os meses.

— Ah, então, não quero! — declarou o macróbio. — Prefiro ficar aqui até o resto da vida ou da pena.

E erguendo a cabeça com altivez:

— Ou o homem é livre, ou não é. E eu quando sair daqui, se sair, quero me ir de uma vez!

Belas palavras, essas, de um homem que já viveu mais de um século, e prefere

não ter nas suas mãos a liberdade, a tê-la mutilada! E essa lição, recebeu-a êle, talvez, sem o saber, do próprio Esopo, na fábula do lobo e do cão.

— Amigo cão, — pergunta o lobo faminto e magro: — que fazes tu, para viver tão gordo?

— E' a vida feliz que tenho, — respondeu-lhe o animal interpelado. — Eu sou o guardião da casa do meu senhor. Êle dá-me os ossos que sobram da sua mesa, e os seus criados vigiam-me com cuidado para que eu durma de dia e vele de noite.

— E que é isso no teu pescoço, amigo cão?

— Isto? Isto é a marca da corrente que me prende. Eu vivo na coleira, para ser tratado mais cuidadosamente.

E o lobo afastando-se, magro mas livre, e tão bom latinista como Fedro: — *Fruere quæ laudas, canis; renegare nolo, liber ut non sim mihi.*

A liberdade é o polo para onde se voltam as agulhas do espírito humano. *Le but du monde est le développement de l'esprit,* — define Renan; — *et la première condition du développement de l'esprit, c'est la*

liberté. Sem a liberdade, pois, que vale a vida? E como conhecer o homem que é livre, no meio daqueles que supõem que o são?

Conta Brifaut que, tendo saído à rua, em Paris, no momento crítico da Revolução de Julho, notou, ao passar por uma das pontes, que todos os transeúntes traziam laço tricolor, o qual era uma espécie de senha para a livre locomoção dos revolucionários. Em meio à ponte, vê o poeta acadêmico deslocar-se na sua direção um indivíduo de catadura feroz, que o detém:

— Alto lá!

Brifaut estaca, e o *patriota* interpela-o:

— Cidadão, por que não trazes ao peito a insígnia da liberdade?

— Cidadão, eu não a trago, para provar que sou livre!

E continuou o seu caminho.

Não é livre quem tem a liberdade, mas quem sabe o que ela vale.

E, sendo assim, o homem mais livre do Brasil é, hoje, êsse velho de 105 anos, da Penitenciária de Niterói.

A RENOVAÇÃO DA CAMPANHA
FEMINISTA.

DOIS espíritos femininos revelados pela Revolução estão renovando perante os homens de govêrno, e com a tenacidade que caracteriza o sexo, o esforço da sra. Berta Lutz em favor da concessão do voto às mulheres. E querem mais: querem que lhes sejam concedidas patentes e honras militares, arrebatando assim aos homens um privilégio que êles se haviam reservado, e que era o de usarem, êles só, as seis divisas do coronel.

Cidadão de uma República desaparecida a 24 de outubro de 1930 e não naturalizado ainda naquela que a substituiu, é-me vedado, como já se me fez ver pela imprensa, tratar de assuntos que dizem respeito à economia interna e à segurança militar do país em que sou estrangeiro. Os naturais contrários à primeira dessas aspirações femininas poderão lembrar, todavia, como argumento, e utilizar como resposta às duas

móças militaristas, um episódio do nosso tempo.

Em 1914 estalou em um continente chamado Europa uma grande guerra, na qual as mulheres dos países nela envolvidos operaram prodígios de energia física e moral. Referindo-se a essas heroínas, declarou um sujeito chamado Lloyd George: "Sem a atividade e a coragem das mulheres a guerra não teria sido ganha pelos Aliados". E um americano, de nome Woodrow Wilson: "É evidente que foi a mobilização voluntária das mulheres que tornou possível à União Americana o lançamento de todas as suas forças materiais e morais no conflito mundial".

Terminada a guerra, não houve, entretanto, entre elas, uma só, que conquistasse uma divisa de sargento. Joffre e Foch entraram, como prêmio, para a Academia Francesa. E nem êsse fardamento foi permitido às heróicas mulheres de França!...

Quanto ao direito de voto, eu que era contra êle enquanto vigorava a antiga Constituição e a lei eleitoral dela emanada, entendendo que chegou o momento de pleitearem as mulheres a satisfação dêsse velho sonho.

“Eu não me oponho à concessão dos direitos políticos à mulher, — escrevia eu em janeiro de 1930; — eu não me oponho à concessão dos direitos políticos à mulher, mas a todas as mulheres que se encontram na situação dos homens que hoje votam. É isso por um motivo que as feministas de bom-senso acharão perfeitamente judicioso: — porque sou contrário ao voto masculino, nas condições em que êle é hoje exercido. Eu sou, em suma, partidário de uma revisão constitucional que permita o voto a algumas mulheres e o recuse a alguns milhares de homens que dêle fazem uso, atualmente, sem o merecerem”.

E acrescentava: “Não há, realmente, no Brasil, nenhum espírito medianamente refletido que considere legítima a situação atual, que nega, por exemplo, a uma senhora de apurada cultura, que administra os seus bens e a sua casa, o direito de escolher os administradores da cousa pública, e o concede, entretanto, ao seu cozinheiro, ao seu jardineiro, ao seu copeiro, que apenas sabe assinar ou, antes, desenhar o nome. Essa disparidade não é apenas injusta: é afrontosa. É o fruto ainda de uma supersti-

ção antiga, que considera a mulher inferior ao homem não pela educação recebida, mas como um prejuízo irremediável do sexo”.

Isso eu escrevia nas vésperas de uma eleição em que meu nome figurava na chapa de um partido, para receber os votos dê-se eleitorado masculino. E acentuava, nessa mesma ocasião: “O que as feministas brasileiras têm a fazer, é trabalhar por uma reforma da Constituição, em que se limite o direito do voto. Este poderá ser concedido a todos os brasileiros que tenham atingido a maioria e que representem uma força conciente da nação, sem cogitações de sexo. A professora, a funcionária pública, a proprietária, a moça empregada no comércio, a mulher, enfim, que concorre com a sua atividade inteligente para o enriquecimento da nação, verificado pelo imposto sobre a renda, ficaria com o direito de votar e de ser votada. Para a concessão do voto masculino seriam feitas as mesmas exigências. Porque a verdade é que só deve intervir nos negócios públicos aquele que contribue para os cofres do Estado com uma parte do seu trabalho, adquirindo, dessa maneira, a regalia de interferir na escolha dos

guardiães da sua contribuição. As sociedades vão assentando, cãda vez mais, em alicerces econômicos. E nós salvaríamos, dessa maneira, a um meşmo tempo, a República e as finanças, acabando de uma vez com os eleitorados numerosos, que entram nos pleitos como o pessoal de *claque* entra nos teatros, isto é, de graça e, até, às vezes, para ganhar alguma cousa. No teatro novo só deve entrar aquele que pagar para aplaudir ou vaiar”.

Aí está o pensamento antigo, e pùblicamente enunciado, de um deputado da República Velha. Se a sua voz não foi escutada, a culpa era menos da sua garganta do que do ambiente.

A República Nova terá, porventura, melhor acústica para as idéias?

A CRISE DAS MODAS FEMININAS

QUEM descansa os olhos, hoje, em uma fotografia das nossas reuniões elegantes, encontra, nela, o mais curioso documento da anarquia que caracteriza o nosso tempo. Antigamente, a desordem podia reinar na política, nas artes, na literatura. Podia haver monarquistas, republicanos, niilistas; ou românticos, futuristas ou parnasianos; uma coisa permanecia uniforme: a moda feminina. As damas podiam divergir nas idéias sôbre a virtude ou sôbre os homens. Mas quando París mandava que se usasse o cabelo comprido ou saia curta, a submissão era universal. A Moda era uma só, para o mundo todo, isto é, para todo o mundo que é ou se considera civilizado.

Hoje, não se observa mais essa uniformidade. Uma reunião *chic* no Rio de Janeiro ou em São Paulo, parece mais uma exposição de figurinos dêstes dois últimos séculos do que uma festa comum, exibindo toaletes da época. Observa-se no vestuário

feminino o mais disparatado ecletismo. Há saias compridas, saias curtas e saias que não são nem curtas nem compridas. Há chapéus grandes e chapéus pequenos e chapéus que não são nem pequenos nem grandes. Há vestidos apertados e vestidos frouxos; de tecidos pesados e de tecidos leves; decotados até o estômago ou afogados até o queixo. A impressão, em suma, de que os costureiros ficaram, todos, malucos ao mesmo tempo.

Essa anarquia nos domínios da moda não é, entretanto, senão o reflexo daquela que domina os espíritos e que se espraia, em preamar, pelos vários departamentos da comunhão social. Porque, na verdade, a moda nos seus grandes e profundos movimentos, obedece a motivos superiores, de ordem econômica e psicológica. Nossas avós, ou bisavós, usavam anquinhas, crinolinas ou vestidos arrastando, porque a vida lhes era tranquila e parada. Uma senhora aristocrática movia-se como uma grande boneca de molas delicadas. Pouco a pouco, porém, a vida foi acabando com essas comodidades reais ou supostas. Tendo de entrar em bondes a mulher teve de suprimir a

manga estofada. Tendo de correr para tomar um veículo coletivo, encurtou o vestido. E como, a partir de 1914, tivesse de fazer concorrência ao homem na atividade prática, simplificou as modas complicadas, cortou o cabelo que lhe tomava muito tempo a compor, tirando de uma necessidade todas as vantagens nos domínios do gosto.

Quando, em princípios ou meados de 1930, Marcel Prévost iniciou em Paris uma campanha contra a restauração da saia comprida, eu tive oportunidade de escrever um artigo em que assegurava que, se a moda fosse readotada, o seu reinado seria breve. A necessidade determinaria a volta ao regime da saia curta e do cabelo cortado. A mulher de saia comprida de 1900 regressou, acaso, ao regime da saia-balão de 1885? Por que havia a mulher de saia curta de 1930 voltar ao regime da saia comprida de 1900? Seria uma confissão de inferioridade injustificável e, mesmo, incompreensível, quando ela afirma, hoje, por toda parte, as suas excepcionais qualidades de inteligência.

É Platão quem conta, se me não engano, que o traje da mulher ateniense reflete a mentalidade grega. É o vestuário leve,

unido ao corpo, oferecendo na intimidade do lar, a graça dos movimentos, e a que se adicionava apenas a caliptra, ou peplo, quando pretendia sair. Era vestuário, diz, pronto a cair para o banho, para a ginástica ou para o amor. O século XX deu à mulher, em todo o mundo civilizado, essa graça e essas facilidades. Por que, pois, abdicar vantagens tão lenta e merecidamente conquistadas?

Eu folheei, há pouco tempo, com o pensamento neste assunto, dois albuns: um de 1866, da Exposição de Paris, e outro de 1912. O primeiro apresenta as damas pelo braço dos seus maridos no recinto da Exposição. Trajam elas saia-balão, chapéu enorme, uma capa cobrindo o busto. A impressão que se tem é que todas elas se encontram com febre alta, submetidas a um suadouro. Os homens, de sobrecasaca pesada, calça estreita e chapéu alto. Lembram, na gravidade, os antigos bolieiros de carro funerário. Em 1912 os homens conseguiram já fixar a moda. As mulheres ainda pertencem, porém, mais ao século passado do que ao nosso. O vestido é comprido, com uma pequena cauda varrendo a rua. E à cabeça

um chapéu de casa de aves e ovos, cujo dono se tivesse associado ao quitandeiro da vizinhança: Flores, frutos, e, no meio do tabuleiro, penas de galinha e cabeças de rouxinol. Um chapéu daqueles mereceria, hoje, medalha de ouro do Ministério da Agricultura.

O ecletismo das modas, observado nas fotografias das festas mundanas tem, pois, a sua significação. Êle demonstra que a mulher está resistindo herôicamente ao industrialismo dos costureiros. Êles puxam a saia para baixo porque não podiam mais puxá-la para cima. A fixação prejudicahes o comércio. A inteligência feminina está, todavia, reagindo, conservando aquilo que lhe convém contra aquilo que lhe impõem, — decorrendo daí a evidente anarquia das modas, ou, melhor, a absoluta falta de modas predominantes, na hora presente.

Continue, pois, a mulher a reagir. Conserve a saia curta, consolidando a conquista feita. Vestido simples, em que a elegância dispense o luxo. Braços livres. Busto sem compressões para que o coração bata com liberdade. Cabelo cortado, que lhe deixe à mostra a beleza dos ombros.

Se os homens ainda são senhores da sua cabeça, — a ponto de haver uma cabeça de casal, — declarem-se elas senhoras absolutas do seu pé, proclamando a liberdade da perna, — do joelho para baixo.

“Padres, não me negueis, se estais em calma,
Um coração no pé, na perna uma alma!”

(José Bonifácio, o moço.)

Ser dona da sua perna e do seu pé é, consequentemente, na opinião de um Andrada, ser dona da sua alma e do seu coração.

ADESÕES MASCULINAS
ÀS ESPERANÇAS FEMININAS

POR ocasião da minha viagem em 1928 ao Maranhão, aonde fôra agradecer aos meus conterrâneos a sua parte na minha eleição para a Câmara, percorri alguns municípios do interior em visita àquela boa gente e, particularmente, ao seu eleitorado. Em uma das cidades mais prósperas do alto sertão ofereceram-me um banquete político. À mesa, de acôrdo com o protocolo, unicamente homens, individualidades de destaque na terra e no partido. Afabilidade brasileira; familiaridade maranhense. Bebido o "champagne" da cordialidade, levantámo-nos, e fomos para o salão aguardar o café; e, mesmo, para que as senhoras tomassem lugar à mesa sem que a sua alegria fosse perturbada pela presença do outro sexo.

Ao fim de meia hora um cavalheiro vai ao salão convidar-me para ir à sala do jantar, afim de ser saudado, em nome das senhoras e moças da cidade, por uma das con-

vidadas. Afendo com presteza. Mesa repleta. Trinta ou quarenta inimigas tocam as taças, riem e gracejam. Barulho de periquito maranhense em roça do Piauí. A senhora que se acha à cabeceira dá a palavra a uma senhorita. Esta, porém, se perturba, torna-se vermelha como uma pitanga da terra, e a transfere a outra. E esta a uma terceira; e a terceira à quarta; e assim consecutivamente, até que chegam a um acôrdo e delegam poderes ao promotor público, para que saude o deputado itinerante e, mais particularmente, ao escritor, em nome das senhoras e moças da cidade que o hospeda.

O promotor é um rapazola mestiço, miúdo, magro, espigadinho, com todos os defeitos e qualidades da profissão e da sub-raça: vivaz, verboso, pernóstico, simpático, inteligente. Calça de listras e jaquetão azul-marinho, aquela sem uma interrupção no vinco, êste sem um grão de poeira à superfície. Designado pela gentileza maliciosa das suas conterrâneas, dá um passo em frente, na minha direção, mete a mão esquerda no bolso da calça, empina o busto, e principia:

— Senhor deputado e acadêmico Humberto de Campos!

Tosse de leve, olha em tórno, e continua:

— Representante, que sou, aquí, do bello-sexo...

Acha-se reunido neste momento em Belo-Horizonte um Congresso Feminino regional, com o objetivo de coordenar esforços para defesa dos interêsses da Mulher, na organização política e social da Segunda República. Encontram-se naquela capital, há dois dias, dezenas ou centenas de senhoras e senhoritas, provenientes não só dos municípios mineiros como de outros Estados, e do Distrito Federal. E o que é mais interessante, e verdadeiramente imprevisto, é que, segundo referem os telegramas dali oriundos, as congressistas, na sua quasi totalidade, não são velhas nem feias, — o que constitui, já, uma garantia segura contra a possibilidade de uma campanha visando os seculares direitos do bicho Homem.

E todas são portadoras de idéias. O desenhista elegante que as fosse entrevistar, voltaria trazendo modêlos de sapatos

para um ano, de vestidos para um século, e de chapéus para uma eternidade.

Esse Congresso Feminino agora inaugurado em Belo-Horizonte, e que vem revelar ao país a mulher mineira sob um aspecto que êle ainda não conhecia, — e que não é mais o da matrona pacata ou da moça recolhida, desinteressadas dos destinos da sociedade e do mundo, — êsse Congresso Feminino foi honrado, dizem os telegramas, com a presença de alguns cavalheiros de alta representação social e política, os quais foram levar às gentís congressistas patricias, em discursos comovidos ou veementes, a sua solidariedade. As razões do certame foram expostas, mesmo, ao que parece, por um homem, ilustre e prestigioso político da geração nova, que o deu por inaugurado.

Leio o telegrama que traz essa informação. E sorrio. E' que vejo, de pé, novamente, o orador do sertão maranhense, exclamando, solene, a mão no bolso da calça:

— Representante, que sou, aquí, do bello-sexo...

OS MALES DO FEMINISMO

O recenseamento dos “sem trabalho” mandado proceder pelo govêrno na capital da República ofereceu um resultado que está reclamando a atenção não só dos poderes públicos mas, também, a dos homens de estudo, dentro e fora do país. As estatísticas levantadas mostraram que, para 16.000 homens desocupados, contavam-se nas mesmas condições apenas 54 mulheres. E êsses algarismos constituem, sob o ponto de vista social, um documento alarmante.

O feminismo nas camadas inferiores da sociedade acaba, na verdade, de soltar o seu grito de vitória. Argumentando com a sua fraqueza, a mulher terminou por triunfar sôbre o homem, nesse setor da atividade humana. Pouco a pouco foi ela penetrando nas fábricas, nos escritórios, nas oficinas, fazendo concorrência ao antigo chefe da família. Tomou lugar a seu lado em todas as colmeias das abelhas sem asas. Chegando, porém, o momento da crise, industriais e

comerciantes preferiram dispensar os homens, pois que as mulheres, em geral, têm salários menores. E Eva passou a ser, como dona do pão, a senhora efetiva do antigo dono da costela.

Esse regime representa, não obstante, um fator, e dos mais importantes, do desequilíbrio do trabalho, especialmente no Brasil. Se há alguma dona de casa que me esteja lendo, ela sabe que, ao mesmo tempo que se verifica um excesso de trabalhadores nas fábricas, é observada uma deficiência considerável de auxiliares femininos nos serviços domésticos. E a razão é simples: é que as mulheres, que se deviam estar ocupando dêsses misteres, se acham nas fábricas de tecidos, no lugar dos homens, os quais, todavia, não foram admitidos nos lugares delas como cozinheiros, arrumadores e amas de crianças. Os cavalheiros levantaram-se para que as damas se sentassem nos lugares dêles. E ficaram de pé, por se não poderem sentar nas cadeiras que elas anteriormente ocupavam e que, por isso, permanecem vazias.

Daí a agravação da crise, que se tornou dupla: uma, pelo excesso de braços nas fá-

bricas; outra, pela falta de mão nas cozinhas, nas copas, nas rouparias.

A observação dêsse fato dá-me a impressão de que a desorganização do mundo provém, não do excesso de criaturas, mas de se encontrarem elas, em grande número, fora dos lugares a que a ordem antiga as destinava. Uma casa desarrumada parece sempre que tem móveis demais. A ordem aumenta o espaço. E é a consequência da infração dessa lei que está determinando em grande parte o desequilíbrio da vida social. Restituam as mulheres os lugares que tomaram aos homens, e, talvez, tudo se concerta, ou, pelo menos, se torne menos premente a crise universal de trabalho.

Agrava essa situação não se terem modificado em relação à mulher, na mesma proporção, os direitos e os deveres. A mulher, em uma fábrica, produz, ordinariamente, tanto quanto o homem, pois que a sua função, como a dêle, é a simples vigilância sobre a máquina. Produzindo igualmente, ganha, entretanto, menos. E se se submete a ganhar menos do que êle, é porque não tem as mesmas obrigações civís, a mesma responsabilidade na manutenção da família.

Resultado: ser preferida nas fábricas quando o marido é despedido, desfalcando, assim, em proveito do patrão, a economia do casal.

A concorrência é, pois, desleal. O homem, individualmente, gasta mais consigo mesmo, do que a mulher. É conhecida a história do marido que, dando uma pensão mensal à espôsa, estranhava que ela lhe fosse pedir um refôrço de verba na segunda quinzena.

— Mas, filha, eu não compreendo em que é que tu gastas tanto dinheiro.

E julgando-a por si mesmo:

— Tu não fumas, tu não jogas, tu não bebes, tu não gastas com mulheres... Em que é, então, que se vai a tua mesada?

E' sabido que, entre os insetos, a fêmea é que tem a seu cargo a ordem e a providência na comunhão. No mundo das formigas o macho é quasi um elemento decorativo: as fêmeas carregam os fardos, fazem a guerra, provêem os celeiros, para os gastos do inverno. E toda a gente sabe o que é a organização social das abelhas. Êsses pequenos sêres têm se mostrado, por isso mesmo, mais capazes do que o homem, o qual,

consultando menos o bem-estar coletivo do que o sentimento individual, permanece, no que diz respeito à previsão social, em estado quasi rudimentar.

E o que nós estamos observando e sofrendo não é mais, em suma, do que uma demonstração da incapacidade do homem para dirigir-se a si mesmo, organizando-se socialmente com a necessária sabedoria.

Fôssemos nós formigas ou abelhas e estaríamos, já, há algumas centenas de milhares de anos, livres de todas estas difficuldades que hoje nos preocupam. Enquanto, porém, não é convidada uma missão de abelhas ou de formigas para pôr ordem em nossos negócios, resolvendo o problema do consumo e da produção, seria conveniente que o sr. ministro do Trabalho examinasse êsse caso da concorrência das mulheres aos homens nas fábricas, de modo que elas não abandonem misteres que êstes não podem exercer.

Deus fez o mundo direito, e êle estava em ordem. Por que, pois, dar às mulheres liberdade absoluta para entortá-lo?

O INCONVENIENTE
DAS MULHERES SEM FÉ

A primeira palestra do padre Coulet, no Rio de Janeiro, atraiu ao edifício da Academia Brasileira de Letras uma assistência como não a teve, jamais, aquí, nenhum outro conferencista, nacional ou estrangeiro. E de tal modo que a casa não comportou o auditório, e se fez mister a mudança do local para as demais conferências, a partir de ontem. O interêsse público era, aliás, explicável. Trata-se de um sociólogo e orador de grande fama, disposto a discutir uma enfermidade que dia a dia faz maior número de vítimas. Era tema da primeira palestra o casamento. E quem não desejava saber, e não deseja ainda, o motivo por que pouca gente, hoje, encontra a felicidade ou, pelo menos, o sossêgo de espírito ou de coração, nos limites do seu lar?

O problema do casamento é tão sério como o do câncer. Ninguém poderá contestar, sem violentar a própria consciência, que

a família é, em nossos dias, um instituto ameaçado. Reina em todo o mundo aflitiva inquietação sobre os destinos da sociedade, com a deturpação progressiva do casamento. E onde o remédio para essa inquietação?

Eu não tenho assistido às conferências do padre Coulet. Não mo têm consentido a saúde e os afazeres. Mas acredito na sensatez das suas idéias e, conseqüentemente, no sucesso da sua eloquência. O foco da desorganização do mundo, a glândula infectada que tem contaminado as demais, é o casamento: o casamento por interêsse, o casamento por paixão, o casamento em que se aliam os sentidos, os desejos, os impulsos da ambição ou da vaidade, mas a que a alma se conserva alheia e, mais alheio ainda, o coração.

O que tem comprometido, talvez, o casamento, e, com êle, a sociedade, é a sua sujeição às chamadas leis do amor, como hoje as compreendemos. E' sabido universalmente que os casamentos mais infelizes são os que obedecem a êsse precário sentimento. Em segundo lugar vêm as uniões por interêsse. Os únicos que resistem ao tempo, são

os realizados sob os auspícios da amizade, que é o fruto, sempre, de um conhecimento dilatado. De onde a conclusão de que se não devem casar as pessoas que se amam, mas as que se estimam, as que se tornaram tranquilamente amigas; as que se estudaram reciprocamente e que se aproximaram porque reciprocamente se conheceram. “Procura para espôsa a mulher que, se fosse homem, escolherias para amigo”, — recomendava o moralista. E essa recomendação se vai tornando dia a dia mais oportuna e preciosa.

E’ verdade que se diz, e os fatos não raro demonstram, que os noivados longos acabam sempre desmanchados. Mas êsses fatos constituem apenas a confirmação do argumento. Não será preferível um noivado desfeito a um casamento infeliz?

O padre Coulet entende que o casamento não pode prescindir da intervenção da Igreja. Êste é, sob o ponto de vista moral, um sacramento, e não um contrato. E tem razão. Os sentimentos não se podem subordinar aos contratos, mas aos sacramentos. O casamento civil é um ato destinado a preservar, apenas, os interêsses de ordem material. Um filósofo não tomará, jamais, em

consideração, para o desenvolvimento de uma tese moral, um simples contrato jurídico. E o padre Coulet é um filósofo.

Para que um sacramento religioso tenha validade é preciso, todavia, que aqueles que o contraem, e o consideram tal, tenham fé, e sejam sinceramente animados de sentimento religioso. E a falta de sentimento religioso no coração feminino é o grande mal do nosso tempo.

A mulher precisa de religião. Mulher sem religião deve ser proscrita do sexo. Que ela seja católica, protestante, maometana, budista, ou devota de "pai santo", mas que tenha fé, acredite em alguma cousa, e tema alguma cousa, neste mundo ou no outro. Para que haja mulheres religiosas é preciso, porém, que haja um clero, qualquer que seja o seu culto, capaz de satisfazer, pela inteligência aguda e perspicaz, as inquietações da alma feminina. Prepare-se êsse clero, para que existam êsses crentes.

E o casamento voltará a ser, como deseja o padre Coulet, a pedra fundamental da sociedade, restabelecendo a sua solidez comprometida.

X X V I I

JESÚS E O EGOÍSMO HUMANO

O público já está suficientemente informado do incidente ocorrido no Tribunal do Juri desta capital, e em que figuraram o juiz Magarinos Tôrres, o jurado Antônio Reis Carvalho e a imagem de Nosso Senhor Jesus Cristo. Positivista intransigente, o sr. Reis Carvalho estranhou que, no recinto do Tribunal de um país em que o Estado se acha separado da Igreja, fosse exibido o símbolo particular de uma religião, agravado com as particularidades do culto, isto é, cercado de velas acesas, como nos templos que lhe são consagrados. O caso, na sua opinião, denunciava parcialidade e êle, jurado, reclamava obediência à Constituição da República, — senhora falecida a 24 de outubro de 1930 mas de cujo óbito a Justiça ainda não tomou conhecimento.

Espírito escrupuloso, o magistrado sentiu-se assediado por todos os acúleos da dúvida. *To be or not to be.* O Cristo havia sido pôsto no Tribunal por uma procissão ca-

tólica, e com a tácita permissão do Govêrno. Mas o Estado é neutro, em matéria de credos religiosos. Logo, o protesto do jurado tinha e não tinha cabimento. E foi, então, quando, de repente; inspirado pela sabedoria de Salomão, o juiz sentenciou:

— O Cristo não sai; mas, para atender ao nobre jurado, vou privá-lo das homenagens do culto.

E mandou apagar as velas.

Conta Ateneu que Alcibíades, para relativa tranquilidade de sua vida, era mais voluptuoso do que os jônios na Jônia, mais beócio em Tebas do que os próprios tebanos, mais reservado em Esparta do que os próprios lacedemônios, mais esportivo do que os tessalianos na Tessália, e mais beerrão do que um trácio quando se encontrava entre êstes. E eu, em religião, sou como Alcibíades quanto aos costumes. Nada de discussões. Nada de conflitos. O Deus do meu culto é o da gente entre a qual me encontro na ocasião. Sou, na verdade, um homiem tão pobre que não posso dizer, sequer, que tenho um Deus que é “meu”.

E' com êsse espírito, com essa imparcialidade de homem sobejamente farto de lu-

tas nesta vida para desejar a sua continuação na outra, que examino, aquí, o incidente do Tribunal do Juri.

Não é, aliás, a primeira vez que se levanta no Brasil um protesto contra a presença do Cristo nas salas em que funciona a Justiça. E' Leonardo Mota quem narra, em um dos seus primeiros livros de folclore, o episódio de que foi testemunha em uma pequena cidade cearense do alto sertão. Respondia a processo uma pobre mulher do povo, que havia assassinado o marido. Formado o conselho de sentença, o juiz interpelou a cabocla:

— A acusada tem advogado?

— Não, senhor, “seu” doutor; ou por outra, tenho.

E indicando a imagem do Crucificado, que abria os braços na parede, sôbre a cabeça do magistrado:

— O meu advogado é aquele, que ali está!

A essas palavras, que puseram uma gota no canto dos olhos de alguns emotivos, um jurado, espécie de Reis Carvalho sertanejo, ergueu-se, e indagou:

— “Seu” doutor, peço a palavra para uma informação.

— Tem a palavra.

E o caboclo, apontando o Cristo:

— Eu queria que Vossa Senhoria me informasse se êsse advogado é provisionado aquí nesta comarca!

Eu não sei, nem quero saber, se o Cristo está satisfeito com o ato dos seus devotos pondo-o nos tribunais. É verdade que se trata de um local que êle conhece desde o tempo de Caifaz, quando andava por êste mundo exposto à fúria dos homens. E o que é curioso é que êstes, não contentes de tê-lo arrastado ao pretório, em pessoa, não se lembram dêle senão para pô-lo nas prisões, levá-lo aos hospitais, assistir aos moribundos, colocá-lo à cabeceira dos mortos, e conduzí-lo à frente dos enterros.

Para cousa boa ninguém o convida. Porque, pois, não lhe conceder o privilégio de ser testemunha das cousas tristes?

Voltando, porém, ao juiz Magarinos: andou bem, ou mal, deferindo em parte o requerimento do positivista Reis Carvalho? Eu, de mim, acho que o paciente magistrado encontraria a justificação do seu ato con-

ciliador dentro, mesmo, da história anedótica da Igreja. É conhecido o episódio ocorrido em um mosteiro cujo prior faleceu numa Sexta-feira da Paixão. Pelos estatutos que regiam a confraria, a morte do prior devia ser celebrada com o dobre fúnebre do sino grande do mosteiro, durante o dia todo. As regras gerais da Igreja proíbem, porém, que os sinos dobrem naquele grande dia do cristianismo. E estabeleceu-se o “impasse”.

Para resolver a dificuldade, reuniram-se os monges na grande sala do mosteiro. O sino devia dobrar, ou não?

— Devemos fazer dobrar o sino, de acôrdo com as regras da nossa Ordem — observa Frei Nicolau.

— Mas a Igreja estabelece que os sinos guardem silêncio no grande dia de hoje, — observa Frei Martinho.

E é quando, então, Frei Macário intervéem:

— Irmãos, a nossa Ordem manda que o sino grande dobre na morte do Prior. As instruções da Igreja são no sentido de ser guardado silêncio nos templos na Sexta-feira Santa. Ora, o nosso Prior morreu hoje,

que é Sexta-feira Santa. E eu apresento uma proposta, que conciliará as determinações da Igreja com as da nossa Ordem.

E pausadamente:

— Proponho que o sino dobre, mas sem badalo!

Foi o que fez o juiz Magarinos com o Cristo do Juri. Deixou o Cristo, mas sem vela.

Em outras palavras: o sino ficou dobrando, mas sem badalo.

XXVIII

QUO VADIS, DOMINE?

TODA gente que há trinta anos leu o *Quo Vadis?* lembra-se, ainda, do modo por que termina o famoso romance de Sienkiewicz. Solicitado pelos cristãos, que desejam salvar o seu pastor ameaçado pelos esbirros de César, abandona Pedro as catacumbas romanas em que os novos crentes se haviam refugiado, e pôs-se a caminho, com o seu bastão de peregrino, fugindo à cidade imensa e gentia. Ao aproximar-se, porém, de uma das portas de Roma, surge-lhe aos olhos, resplandecente e leve como um sonho, a figura magoada e meiga do Mestre.

— Aonde ides, Senhor? — pergunta o apóstolo, caindo de joelhos.

E Jesús, com a sua doçura triste:

— Vou a Roma para ser crucificado.

Pedro compreende a censura daquele exemplo. O nazareno desaparece, dissolvendo-se pouco a pouco na treva silenciosa. E Pedro retorna às catacumbas, para ser preso e crucificado, morrendo assim pelas suas

ovelhas, como Jesús, seu mestre, padecera e morrera por êle.

Foi essa mesma visão que eu, sem ser Pedro, nem apóstolo, nem mesmo cristão de boa têmpera, tive a ventura de encontrar, há poucos momentos, no meu caminho. O relógio da Catedral havia anunciado sonoramente, com as suas doze marteladas metálicas, a hora pressaga da meia-noite, quando eu, que ia dormir em Icaraí na casa de um amigo, me encontrei à rua da Misericórdia, entre o edifício da Caixa Econômica e o soturno palácio do Forum. De repente, uma claridade doce, como aquela que surpreendeu os dois discípulos no caminho de Emaús, se levanta diante de mim. Olho, espantado.

— Aonde ides, Senhor? — indago, comovido, caindo de joelhos, repetindo as palavras de Pedro.

E êle, com a sua bondade carinhosa e melancólica:

— Vou a Jerusalém, para ser novamente crucificado...

Ao contrário do que muita gente supõe, é mais fácil falar com Deus, na terra, do que com um Presidente da República, numa democracia. Daí a palestra com que o Senhor

dignificou a minha humildade pecadora, e que eu aquí transcrevo, transformada em entrevista despreziosa e profana.

EU — Senhor, abandonais, então, a Casa da Lei, onde fostes pôsto pelos que confiam na vossa misericórdia?

JESÚS — Em verdade te digo que é êsse o meu pensamento, e que assim me manda meu Pai, que está no Céu. Assim como a relva do campo que é pisada constantemente não renasce mais, o filho de Deus deve abandonar o pretório em que é exposto para ser insultado.

EU — E fostes insultado de novo, meu Senhor, nesta Casa da Lei?

JESÚS — Meu pai, que está no Céu, foi testemunha dos meus sofrimentos desta tarde. Um fariseu, vendo-me pregado na cruz no momento em que se julgava um neto de Barrabás, pediu ao magistrado que me mandasse retirar do local, tratando-me ignominiosamente, como já fizeram, há tempos, dois escribas de Israel.

EU — E que fez o magistrado, Senhor?

JESÚS — Um homem de Sichem pediu um pouco d'água a um samaritano. O samaritano foi buscar um cântaro e deu-lhe

do seu melhor vinho. O homem de Sichem derramou o vinho, exclamando: “Por que me dás vinho bom se eu te peço água imunda e servil?” O homem da Lei é como êsse filho de Sichem.

EU — Quereis dizer, Senhor, que os Homens da Lei se guiam mais pelas leis do que pela Verdade?

JESÚS — Assim é.

EU — Pretendeis, então, deixar o nosso Forum, a Casa da Lei e da Justiça Humana?

JESÚS — A cegonha faz o seu ninho no telhado em que lhe não lançam pedras. Como a cegonha é o filho de Deus.

EU — E que pedras foram essas, Senhor, que vos lançaram hoje?

JESÚS — O magistrado declarou ao fariseu que só não mandava derrubar o altar em que eu abria os braços na Cruz por não haver na ocasião um pedreiro, nem dinheiro para contratar o sacrilégio. E isso quer dizer que, se Judas Iscariote se achasse presente com a sua bolsa, o meu altar teria sido derrubado, e eu pôsto à porta, de novo, com o madeiro às costas, para a nova subida ao Calvário.

EU — Mas, se havia um fariseu, Senhor, que vos não queria, os demais julgadores eram cristãos, e queriam a vossa presença.

JESÚS — Pedro negou-me três vezes antes que o galo cantasse. Aqueles que se dizem cristãos testemunham as ofensas que me fazem, e não me defendem. Nenhum dêles puxa a espada da sua língua para proclamar a sua fé perante os que ofendem o seu Deus.

EU — Estais, então, Senhor, desgostoso com os que se dizem vossos crentes?

JESÚS — Assim é.

Jesús de Nazaré desapareceu ao longe, na rua da Misericórdia, sem um discípulo que o acompanhasse. Àquela hora mesmo corri à casa do juiz presidente do juri, e contei-lhe o ocorrido. Pedí que não desamparasse o Nazareno, e não consentisse mais que o desfeitassem em público, no Tribunal. Êsse magistrado é, porém, um inflexível cumpridor da lei. Entende que o Estado não tem religião, e está disposto a cumprir a Constituição, mesmo depois de morta. Se os jurados forem católicos, êle porá o Cristo no altar do seu Tribunal. Se forem positi-

vistas ou protestantes, a imagem e o altar sairão, bastando para isso um requerimento, verba, e um pedreiro, seja êle livre ou não.

— De modo, doutor, que não há remédio? — insistí.

— Remédio, há.

— Faça uma sugestão.

O magistrado olhou-me de frente:

— O senhor não conhece essas mesas pequenas, de rodas, de servir chá às visitas e que se vêem nas casas dos ricos?

— Conheço.

— Pois bem. Eu vou mandar fazer uns altares em mesas móveis, cada um consagrado a uma religião; uma com Maomé, outra com Moisés, outra com o Buda, outra com Augusto Comte. Quando o jurado reclamar, entra ou sai a mesa, com as imagens ou os símbolos do seu agrado ou do seu desagrado. O senhor não acha conveniente?

Eu me lembrei do que ouvira pouco antes de Jesús de Nazaré. Recordei-me da sua cordura, da sua paciência, da sua conformação com a vontade dos homens, que é apenas um reflexo da vontade de seu pai, que está no Céu. E respondi, quasi mecânicamente:

— Assim seja...

“EL SUEÑO DEL PELUDO”

O UTRA impressão que me deixou a platéia dos pequenos teatros de Buenos Aires foi a de indiferença ante o infortúnio político. O brasileiro e, em particular, o carioca, é impetuoso, violento e, não raro, injusto com os homens de govêrno. Se, porém, um dêstes rola por terra, difícilmente se encontrará quem seja capaz de atirar-lhe uma pedra, agravando-lhe as dôres da queda; e se aparece um coração rancoroso ou sacrílego, um braço que se erga para humilhar o vencido, não há quem, em voz alta ou na intimidade da alma, não censure e condene aquele que diz, ou faz, o que todos diziam e ameaçavam na véspera. Aí está, ainda agora, o silêncio que cerca os homens públicos apeados do poder pela Revolução de 1930. Em nenhum palco do Brasil, creio, se representou uma peça que os insultasse ou humilhasse. E se uma emprêsa a montasse, vê-la-ia apupada pela mesma multidão que

trovejava nas ruas na tarde de 24 de outubro.

Como Flora Tosca, a alma brasileira apunhala Scarpia mas ajoelha-se diante do corpo, e reza por êle.

Não foi, assim, com simpatia, que assistí, ainda no teatro "Apollo", de Buenos Aires, à representação da revista "El sueño del Peludo", em cuja confecção entram, segundo se lia nos próprios cartazes, quadros das peças do mesmo gênero, denominadas "Vamos llegando al disco" e "8 de noviembre, ay! ay! ay!". Autores destas últimas, os srs. Botta e de Bassi misturaram as duas, adicionaram dois quadros, deram novo título à composição e tiraram uma terceira. E essa terceira peça constituiu, durante meses, um dos maiores sucessos do teatro portenho.

"El sueño del Peludo" é, como fácilmente já se compreendeu, uma crítica ao ex-Presidente Irigoyen, que se encontra prisioneiro a bordo de um navio de guerra, segundo uns, ou, segundo outros, recolhido a um presídio em uma das ilhas do estuário do Prata. Na sua prisão, mãos cruzadas sôbre o ventre, topete negro arrepiado na

calva, o antigo ídolo das multidões argentinas sonha, os olhos fechados. Sonha que ainda é Presidente. Sonha que ainda tem um povo aos seus pés e o govêrno nas mãos. O subtítulo da peça é, mesmo, êsse: "Un monton de ilusiones que, como las golondrinas, no volverán".

Presidente da República, chefe supremo e absoluto da poderosa nação argentina, Irigoyen sonha, e sorrí. A seu lado, uma jovem secretária maneja a máquina, preparando a correspondência. O presidente levanta-se, aproxima-se, faz-lhe uma còcega-zinha no rosto, com um sorriso paternal e brejeiro. Nesse instante, o porteiro anuncia uma comissão de senhoras. Irigoyen endireita a gravata velha, empina o busto, e concerta a garganta, preparando-se para receber as damas. São partidárias suas, que vêm pedir emprêgo. E êle atende. Concede tudo o que elas querem. Para elas e para as irmãs que ficaram em casa. E pega-lhes no queixo, e dá-lhes palmadinhas na face, e acompanha com ar sorridente, quando se retiram, a graça felina do seu andar.

Despedidas as senhoras o Presidente manda entrar o Ministério. Ao dar, porém,

a ordem para a entrada dos seus secretários, Irigoyen fecha a cara, tira o cinto com que prende a calça, põe-no ao pescoço para tê-lo mais à mão no momento preciso, e senta-se à mesa de despacho. E penetram no palco, debaixo da gargalhada da platéia, as caricaturas dos srs. Oyhanarte, Claps, Elpídio e Santiago, antigos ministros do governo personalista, cujos originais sofrem, hoje, o castigo do exílio.

— Sentem-se! — grita Irigoyen.

Acovardados, torcendo as mãos, os secretários de Estado sentam-se, como crianças no primeiro dia de colégio.

— Elpídio! — grita o Presidente.

— Excelência...

— Levante-se!

O ministro põe-se de pé, atarantado. E o Presidente:

— Você vai ficar agora com duas pastas.

— Mas, Excelência... — aventura o ministro.

À menor objeção, porém, Irigoyen faz menção de puxar o cinto que tem ao pescoço, e logo o desgraçado aceita, trêmulo, o cargo que lhe é imposto, preferindo ser mi-

nistro de duas pastas em um tal govêrno, a levar uma surra com tira de couro, alí mesmo, diante dos colegas.

A parte mais delicada de toda a peça é, todavia, o fim do despacho, quando Irigoyen, prendendo novamente a calça com o cinto por não precisar mais dêle como instrumento de disciplina partidária, despede os seus auxiliares. Examinando-os com os olhos, afim de ver se lhe levam alguma cousa, nota que um dos ministros, o da Fazenda ou das Obras Públicas, esconde alguma cousa debaixo do paletó. Corre em sua perseguição, passa-lhe revista, e arranca-lhe do cós da calça um livro que se achava sôbre a mesa, e que o ilustre homem público lhe havia surripiado. Apanhando o seu auxiliar em flagrante, puxa-o Irigoyen pelo braço até o primeiro plano da cena, e, indo buscar à estante outro livro, entrega-o ao ministro escamoteador, dizendo-lhe:

— Leva êste.

E mostrando-lhe o título da obra, enquanto a platéia delira com a pilhéria:

— “Como eu aprendi a ser honrado!”

Segundo me informam em Buenos Aires, a ditadura argentina não se tem mos-

trado indiferente à sorte das emprêsas teatraes. Se os antigos romanos precisavam de pão e circo para deixarem em paz os césa-res, as massas populares de hoje não desprezam, nas horas graves da república, uma hora de recreio do espírito. O povo, em Buenos Aires, gosta de teatro. E a ditadura, para distrair o povo, tem subvencionado os teatros da capital, amparando-os no momento em que a crise ameaça, alí, como em todo o mundo, todas as artes e indústrias.

Para isso não tem êle, todavia, metido a mão nos cofres públicos, mas, apenas, canalizado para as emprêsas quantias clandestinamente arrecadadas que faziam a fortuna de advogados administrativos e de funcionários inescrupulosos. A Polícia argentina vem lutando há muitos anos mais que a nossa, contra o jôgo. Dezenas de clubes, recorrendo a todos os expedientes, vinham, todavia, resistindo à campanha, subornando políticos e autoridades, lançando mão, principalmente, de pavilhões estrangeiros, como se fossem associações destinadas à reunião das respectivas colônias. A ditadura, com a sem-cerimônia que é um dos attributos da fôrça, resolveu acabar com êsses dis-

farces cosmopolitas do vício, e, fazendo invadir as sedes d'esses grêmios de súbditos do Rei de Copas e da Rainha de Paus, fechou sumariamente, após o flagrante, o Clube Francês, o Clube Brasileiro, e outros acentuadamente suspeitos. Ao fim de pouco tempo êsses clubes reabriram, porém, as suas janelas e uma banda das suas portas. O dinheiro destinado aos advogados administrativos e às autoridades deshonestas havia sido recebido diretamente pela Polícia, a qual organizou com êle, segundo me informaram, uma caixa, cujo produto é empregado em obras de beneficência e de conveniência pública, entre as quais se encontram as emprêsas teatrais. Se o Vício é invençível com o seu ouro, que êsse ouro tenha, então, destino honrado, servindo ao povo, de cujo sangue se sustenta.

Dito isto, encerramos a palestra sôbre teatros. Antes que o leitor dê início à vaia, desça-se o pano.

UM HOMEM SERENO NA
TEMPESTADE

EU estive ontem na zona bancária, cujos limites se estendem da rua do Ouvidor à de São Pedro e da Avenida Central à Primeiro de Março. E a impressão que tive naquele bairro, fervilhante de homens de negócio, é que o navio de que eram marinheiros aqueles milhares de indivíduos aflitos e suarentos atravessava a hora mais crítica do seu dia de tempestade. Fisionomias preocupadas, corretores e banqueiros discutiam com os mesmos gestos de desespero. Lenços molhados recolhiam em suor o que não podia sair em pensamento. Cavalheiros habitualmente polidos transformavam-se, após uma noite de insônia e de uma grande manhã de emoções fortes, em inimigos rancorosos da civilidade comum. Um nervosismo intenso apossava-se dos homens e das cousas. Eram, todos, como indivíduos que olham, da rua, torcendo as mãos impo-

tentes, o avanço das chamas que lhes vai devorar súbitamente a fortuna.

A praça atravessava naquele instante uma das suas horas de terror.

Naquele tumulto de homens afanosos e atônitos, de almas que vinham espiar na janela dos olhos mostrando a sua inquietação e o seu pavor da miséria, um havia, talvez um só, visivelmente sereno. Esse homem era aquele que não possuía um níquel nos bancos, nem tinha contas a receber daqueles que possuem valores depositados. Esse homem era eu.

E foi então quando sentí toda a profunda verdade daquela fábula de Fedro, em que êle conta o episódio do naufrágio de Simônide. Assaltado no mar por uma tempestade, o navio rola nas ondas, sem velas e sem govêrno. Procurando salvar-se, os passageiros correm primeiramente ao lugar em que têm a bagagem, reúnem nos cinturões o seu ouro ou os seus objetos preciosos, e atiram-se às vagas em busca da terra distante.

— E tu, Simônide, não levas contigo o teu dinheiro? — perguntam alguns.

— A minha fortuna está comigo, — respondeu-lhes tranquilamente o poeta de Céus.

Os que se haviam sobrecarregado de moedas vão ao fundo, sob o pêso delas. Só escapa Simônide, porque se lançara às ondas levando apenas uma fortuna imponderável, e que era a do seu pensamento, isto é, a do seu talento poético.

Na iminência do naufrágio de ontem, eu vi em algumas fisionomias a aflição dos que se afogam. Só me não afogava eu, porque, de fortuna, possuo unicamente esta pena.

E toda pena é leve.

Vai para alguns anos, foi exibido no Rio de Janeiro um filme de Carlitos, em que o cômico inimitável aparece a bordo de um transatlântico, de viagem para a Europa. Alta noite, um torpedo sacode o navio, que principia a naufragar. Os marinheiros correm a avisar os passageiros adormecidos, pois que a água sobe vertiginosamente, e o transatlântico vai submergir. Um dêles bate à porta do camarote de Carlitos:

— Cavalheiro!... Cavalheiro!... O navio está indo ao fundo!

— O navio está indo ao fundo? — indaga o passageiro, intrigado.

E virando-se, displicente, para o outro lado, no beliche:

— Que é que eu tenho com isso?... O navio não é meu!

Foi essa a frase que me veio ao pensamento e à boca, ontem, ao ver a aflição dos marinheiros do Mar de Ouro, na zona bancária. O navio está com água nos porões e na casa das máquinas, e eu me encontro dentro dêle. No naufrágio, irei ao fundo, eu também. Mas tenho um consôlo, que os outros não têm: nem o navio é meu, nem eu tenho nada a bordo.

LENHA VERDE E GENTE NOVA

UM “amigo desconhecido” que leu desalentadamente, ou de espírito prevenido, a “nota” de ontem subscrita pelo “diarista” que abusivamente assina o “ponto” nesta secção, escreve-me à última hora perguntando se eu tomei partido na política de São Paulo, apoiando o interventor federal contra os democráticos, que com êle romperam. E indaga se não há nisto um pouco de regionalismo, por tratar-se de um soldado nordesta que conseguiu, em idade de estudante, governar o Estado mais rico do Brasil e que é, precisamente, aquele que reclama, para ser bem governado, maior soma de experiência e de cultura política. E completa a carta com algumas palavras de desconfiada amabilidade.

Eu estive em São Paulo há pouco mais de um ano, e não me limitei às perspectivas da sua civilização urbana. Percorri o interior, visitando os seus cafezais, os seus laranjais, os seus algodoais, as suas fazen-

das de criação, e as suas fábricas e institutos técnicos, fortuna, glória e esperança do Brasil inteiro. O seu Museu Industrial, o seu parque da Água Branca, o seu Horto Florestal, tiveram a minha viva admiração. E tal foi o espanto que me causaram as múltiplas manifestações do progresso e da vitalidade paulistas, que eu, de regresso, pensava, comigo mesmo:

— Na verdade, êste povo não pode ter grande interêsse em dar presidentes à República. Dirigir São Paulo, máquina em que todas as molas funcionam silenciosas, produtivas e harmônicas, deve ser contentamento maior do que administrar um conjunto de máquinas, a maior parte das quais atrapalham mais do que ajudam a obra coletiva da fábrica.

E melancòlicamente:

— São Paulo é um palácio, ao lado do qual nós, do norte, levantámos uma dúzia de palhoças!

O meu interêsse de brasileiro é, pois, que São Paulo seja bem governado, e continue em escala ascendente, em um regime de trabalho e de ordem, o seu progresso espantoso. Assegura-lhe o atual interventor

êsse destino? Acham-se os paulistas contentes com êle? Não sei. O que sei é que os democráticos, uma vez no poder pouco após a vitória da Revolução, prenderam ou perseguiram muitos dos seus concidadãos, que eram também paulistas, e alguns dêles eminentes, abusando, assim, da autoridade que as armas lhes conferira. Foi uma violência que deixou semente. Agora, alguns dos seus correligionários sofrem violência idêntica. E o que eu pretendí assinalar foi, apenas, que a espada da Justiça possui duas lâminas, e que será ferido com ferro aquele que com ferro feriu.

Registei unicamente o fato, porque havia, nele, uma grande lição proveitosa.

Pudesse eu dar conselhos ou emitir opiniões, e diria que o Brasil não está no caso de realizar experiências no domínio político, isto é, que a Revolução devia ter dado preferência, para a direção dos negócios públicos, a homens provados no exercício do govêrno. Ninguém entrega o doente grave a médicos recém-formados e, ainda menos, a acadêmicos de medicina. Sem recorrer ao padre Manuel Bernardes, que dizia não servir a lenha verde para fogo nem homens

nóvos para govêrno, e até pensando com Disraeli, que previa a morte dos partidos quando êles não tomavam em cada geração uma nova provisão de espíritos jovens, eu entendendo que havia chegado a hora dos velhos, daqueles que deixaram rastro seguro e profundo nos caminhos da política e da administração; a hora do sr. Venceslau Braz, a hora do sr. João Ribeiro de Sousa, a hora do sr. Borges de Medeiros, a hora dos homens moderados e sem entusiasmos bulhentos, mas de atos refletidos e cujo nome pudesse constituir lá fora a melhor fiança de um programa de govêrno. A gente nova pode ter excelentes idéias e vir animada de admiráveis intenções. Mas as palavras e os sonhos não são moeda corrente nos mercados financeiros do mundo. Uma tonelada de idealismo não vale, em Londres ou em Nova York, uma grama de bons atos de uma boa política passadista.

Isto é que eu diria, se fosse político militante. Mas não sou, hoje, senão um pobre jornalista que às vezes escreve cousas irreverentes, porém, que tem a impressão de que escreve para si mesmo. Por que, pois, opinar no caso paulista no momento mais gra-

ve da contenda? Os dois contendores são revolucionários, irmãos na ação e no ideal, e lá se entendem.

Toda a gente conhece a história dos dois boêmios que, saindo de um clube ao amanhecer, trazendo na cabeça o vapor de algumas garrafas de “champagne”, passaram a discutir a propósito do sol, que se levanta no horizonte.

— Aquilo é o sol; por Deus do céu que é o sol! — diz um, mal seguro nas pernas.

— Que sol, nada! — Aquilo é a lua! — assegura o outro.

— E' o sol!

— E' a lua!

De repente, encontram, os dois, um terceiro notívago que se recolhe nas mesmas condições, e resolvem interpelá-lo, tomando-o para árbitro:

— Camarada, diga-nos cá uma cousa: aquilo é o sol ou a lua?

O recém-chegado estaca, o corpo em oscilação, olha para o nascente, onde o sol irradia, e declara:

— Homem, eu mesmo não sei...

E numa guinada:

— Eu sou estrangeiro...

É o meu caso. Se eu sou estrangeiro, isto é, remanescente de uma República desaparecida, como é que posso saber quem é que está com a razão na política revolucionária de São Paulo?

O SÃO JOÃO BATISTA DA
REVOLUÇÃO

EM carta íntima a Eduardo Prado, data-
da de Lisboa em dezembro de 1887 e
que sòmente agora, 44 anos depois, o sr.
Paulo Prado veio divulgar, mandava-lhe
Ramalho Ortigão as suas impressões do
Rio de Janeiro, que acabava de visitar. Nes-
se documento reservado, em que a senten-
ça justa é suavizada pela ironia oportuna,
dava-lhe o escritor itinerante notícias do
que sentira e observara, no domínio dos ho-
mens e das coisas. “Um bem fino e simpá-
tico espírito é o senador Otaviano, — escre-
ve. — O barão de Cotegipe é um parlamen-
tar habilíssimo, espirituoso e maligno, no
gênero de Rodrigo da Fonseca, e ao qual não
temos ninguém comparável nos partidos
conservadores portuguezes. Belisário não
só é mais inteligente do que a mulher — o
que já constitue excepção no Brasil — mas
é em absoluto inteligente, dotado de uma
considerável fôrça de applicação e raciocínio.

Afonsinho Celso é esperto como um alho, e se não fizer grande coisa de per si, há de pelo menos dar bastante que fazer aos outros quando se lhe meter isso na cabeça, que êle tem rija e saudável”.

Afonso Celso foi, na verdade, uma das figuras mais interessantes que passaram pelo parlamento brasileiro. Deputado aos 22 anos, entrou na Câmara como em terreno conhecido, e tão confiante em si mesmo como Daví no campo dos filisteus. Quem manuseia os Anais parlamentares dos últimos oito anos da monarquia, descobre em todos os volumes os sinais da passagem dêsse maravilhoso esgrimista da palavra. Na sessão de 18 de agosto de 1822, encontrâmo-lo, já, quasi imberbe, a lançar aos adversários, figuras capitulares do partido conservador, atrevidos reptos dêste feitio:

— “Sr. presidente, já que v. ex. me chama tantas vezes à ordem, dizendo-me que não era esta a ocasião oportuna para discutir estas questões, que de resto já foram por mim aquí tratadas, creio que, de modo a não deixar dúvida nenhuma (*apoiados*), vou limitar-me a repetir o repto que já lancei ao nobre deputado da opposição: estou

disposto a aceitar qualquer discussão sôbre os atos do ministro da Fazenda de 1879, em toda e qualquer ocasião. (*Apoiados*). Venham os seus atos; estudem, esmerilhem; indaguem e eu, que não possuo ainda estudos financeiros baseados em exames sérios, tanta confiança deposito na justica, no patriotismo, na segurança dêsses atos, que estou pronto a discutí-los com qualquer de VV. EEx. (*Apoiados. Muito bem; muito bem*)”.

Republicano na Monarquia, fez-se Afonso Celso monarquista, após a proclamação da República. Não sabia êle, então, que a perfeição dos sistemas políticos é como aquella felicidade humana a que se referia Vicente de Carvalho no seu soneto camóneano, a qual

“Existe, sim; mas nós não a alcançamos,
Porque está sempre apenas onde a pomos
E nunca a pomos onde nós estamos”.

Viesse por aí, agora, a Monarquia com o sr. D. Pedro III, e Afonso Celso voltaria a ser republicano. Que êle é precisamente o contrário da quasi totalidade dos políticos do seu país, os quais aderem sempre ao go-

vêrno. Êle, elegante e altivo, é dos que adere sempre à opposição, pois que o poder, no Brasil, só tem servido até hoje para anular os homens, esmagando-os um a um, como formigas, sob o pêso dos problemas nacionais.

Há 50 anos, na data de hoje, defendia Afonso Celso a sua tese de doutoramento. O pai, nesse ano de 1881, era já grande homem, espírito conservador e severo, defensor da ordem, sentinela do regime. E a tese de Afonso Celso perante professores monarquistas versou sôbre a legitimidade dos movimentos revolucionários!

A Academia Brasileira de Letras vai prestar, hoje, a êsse brilhante homem de idéias, em que se fundem o poeta numeroso, o romancista perspicaz, o professor eminente, o jornalista sempre interessante e o orador de amplos recursos na palavra e no pensamento, uma afetuosa homenagem. E o Govêrno Provisório deve prestar-lhe outra. Afonso Celso foi, efetivamente, o João Batista, ou menos bíblicamente, o precursor intelectual da Revolução.

NOITE DE NATAL

ESTA manhã, quando os galos dos quintais vizinhos cantaram pela primeira vez, eu abandonei o livro que se achava aberto diante de mim e descí, sòzinho, a Praia do Flamengo, em direção à cidade. Automóveis passavam, rápidos, pelo asfalto molhado, arrancando sons semelhantes aos que soltam os fósforos riscados de súbito. Como perdí todos os meus amigos depois que deixei de ser deputado e os candidatos à Academia estejam agora dormindo cedo, de tanto se fatigarem durante o dia, não encontrei nenhum conhecido pelo caminho. Ao chegar, porém, ao jardim da Glória, notei que no meio de tanta cousa dinâmica, de tanto carro que se movia célere, um veículo havia, parado, junto ao gramado, que a chuva borrifara. Aproximei-me, e reconheci: era uma carroça da Limpeza Pública, puxada por um burro. E foi com êste que travei, enquanto o carroceiro dormia em um banco

próximo, êste diálogo proveitoso e melancólico.

EU — Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo, amigo burro!

ÊLE — Para sempre seja louvado, meu senhor... Como passa Vossa Excelência?

EU — Excelência, não; não me trate mais assim; eu não sou mais congressista...

ÊLE — Mas é da Academia... Os acadêmicos têm direito a êsse tratamento...

EU — Têm; mas, tratemo-nos como se eu fosse burro ou você fosse acadêmico: tratemo-nos por "você".

ÊLE — Está combinado. Mas que faz você por aqui, sozinho? Não sabe que hoje é noite de Natal, isto é, a noite mais feliz da cristandade?

EU — Noite feliz, para os felizes. E eu passei, já, a idade em que os homens têm paladar para o vinho da felicidade. Para ser feliz, preciso ser simples. E eu tenho o espírito emaranhado de dúvidas e o coração fervilhante de interrogações complicadas.

ÊLE — Você não sabe o que perde com isso. Eu, de mim, confesso que sou ainda o mesmo animal do tempo em que Jesus nasceu. Fui testemunha dêsse acontecimento,

em Nazaré. Escutei o primeiro vagido do Deus-menino, e vi-o sugar o primeiro gole de leite. Para que o seu leite fosse mais fôfo, e o seu sono mais doce, não toquei na minha ração de palha, na mangedoura. Vi chegar os camelos dos Reis Magos e, quando se soube da perseguição de Herodes, foi no meu dorso que Êle fugiu para o Egito, no colo materno. Deixei-o pequenino, e, quando o vi de novo, era homem, ou, melhor, era Deus. E foi ainda montado em mim que Êle, entre palmas e aleluias, entrou em Jerusalém.

EU — E', assim, um quadrúpede illustre. Tem o nome na História Sagrada...

ÊLE — Tenho, sim. Acompanhei Jesús do Presepe à cidade em que êle devia ser crucificado. Os outros animais — o camelo, o boi, o carneiro, — só apareceram no início da carreira do reformador do mundo. São companheiros das horas boas, na alvorada dos destinos. Viu você o que fez aquele nosso colega...

EU — Que colega?

ÊLE — O camelo.

EU — Ahn...

ÊLE — Apareceu quando havia ouro, incenso e mirra... Quando chegou, porém, a hora da adversidade, não se falou mais nele. Eu, não; eu fui, e sou, um animal de caráter.

EU — E' burro...

ÊLE — E, no entanto, como você sabe, não há notícia da existência de um burro no céu! Porque fui amigo d'Êle até a hora do martírio, sofri toda a sorte de humilhações. Sou o escárneo dos séculos, o quadrúpede irrisório e desprezível. Os outros, que o abandonaram na hora má, unindo-se aos fari-seus, viram-se premiados por êstes, que fecharam os olhos ao que êles foram. Mas, volte Jesús ao mundo, e verá você uma cousa: o carneiro, o camelo e o boi voltarão às suas boas graças, alegando que se achavam aliados ao inimigo por conveniência e disfarce, e porque não podiam viver sem o capim das estrebarias de Herodes; enquanto que eu, — coitado de mim! — continuarei o mesmo: não terei, sequer, um apêrto de pata!

EU — Sabe por que acontece isso?

ÊLE — Não.

EU — E' porque você é burro!

Nesse momento, despertado pela buzina de um automóvel, o carroceiro moveu-se do banco. O burro afilou as orelhas.

ÊLE — Você quer um conselho?

EU — Diga.

ÊLE — Nunca se faça de burro na vida. Não assista ao nascimento de Deus nenhum. Não o carregue às costas. Não se interponha entre êle e os que o perseguirem. Nem entre com êle em Jerusalém. Os Deuses são Deuses, mas...

EU — Diga o resto.

ÊLE — Acabam, como aquele que eu acompanhei, suando sangue, subindo o Calvário...

Um galo cantou longe, anunciando a manhã. E todos os galos da cidade, acordados de súbito, responderam numa apoteose sonora, saudando o Sol, que ia nascer...

A INDÚSTRIA QUE NASCE MORTA

OS jornais cariocas de sábado último publicaram, quasi todos, a seguinte notícia:

“O sr. José Tavares de Oliveira foi à Alemanha e adquiriu máquinas para instalação da primeira fábrica de penas no Brasil, ou melhor, na América do Sul. Chegou pelo *Cap Polonio*, trazendo, além das máquinas, um técnico contratado.

O sr. José Tavares de Oliveira é português, nascido nos Açores, vivendo no Brasil há 22 anos. E’ antigo comerciante de fazendas, casado com brasileira, tendo 4 filhos brasileiros, dos quais um já no Colégio Militar, e um na Escola Normal.

As penas estrangeiras pagam de impostos de 1\$800 a 2\$000 por caixa. O sr. Tavares vai vender as nacionais, que concorrerão, em qualidade, com as estrangeiras, por um preço que equivale ao imposto alfandegário!

A nova fábrica deverá começar a funcionar dentro de três meses”.

O homem de letras que leu essas linhas, teve, com certeza, um sorriso amá-

vel e inteligente, dêesses que são, aquí fora, a expressão elegante e silenciosa do pensamento. Uma fábrica de penas de escrever!... Mas, quem será êsse herói, êsse indivíduo curioso e excepcional? Fará êle parte daquele grupo de industriais que fundaram uma emprêsa para fabricação de grampos na terra das mulheres de cabelos cortados, um depósito de cobertores nos areais de Marrocos e uma fábrica de gêlo na Groenlândia? Ou terá êle fechado a sua oficina de ventiladores na Patagônia?

Efetivamente, não se pode imaginar maior temeridade em matéria de comércio, nem negócio mais inseguro.

À pena é, realmente, e no Brasil mais do que em qualquer outra parte da terra, um instrumento de trabalho prestes a desaparecer. Dentro de alguns anos, para conhecê-la, far-se-á mister, talvez, ao curioso de antiguidades, ir visitar um museu, onde a última pena de aço arreganhará o bico málfico na ponta da última caneta de pau. A estenografia e a máquina de escrever, que a hostilizaram por toda parte, terão encontrado aquí, neste pedaço da América, dois colaboradores prestimosos e consideráveis: a

morte da literatura, o desaparecimento daqueles homens abnegados e sonhadores que produziam romances e versos mordendo o cabo do instrumento com que escreviam; e a supressão das eleições diretas, em que o senador Mallat procurava derrotar, mergulhando-os em ondas de tinta, os eleitores do deputado Perry.

Poderá alguém imaginar, na verdade, quanto se gastou em pena de aço durante a República, unicamente com eleições simuladas? Uma investigação nos ministérios, no Tesouro dos Estados e no arquivo das municipalidades, apresentaria, certo, resultados espantosos. Se não se tivesse inventado a pena de aço, quantos patos teriam sido pelados de 1889 a 1930, para o serviço eleitoral da nação? E' verdade que, suprimida a pena de origem animal, os cofres públicos continuaram a pagar o pato. E quem nos dirá se, no futuro, consolidada a República sobre novos moldes, o dinheiro não continuará a "voar", mesmo sem pato e sem pena?

O pobre utensílio de uso literário de que o honrado industrial português pretende instalar uma fábrica no Brasil vem sendo,

aliás, objeto de perseguições há muito tempo. O seu desprestígio é crescente, e progressivas as hostilidades que lhe são movidas. Reformando a ortografia do idioma e estabelecendo diferenciação gráfica para as palavras homófonas, os filólogos não tiveram a menor consideração com a pena, não obstante o apôio que a história da língua lhe dava, e cortaram-lhe um dos “nn”, equiparando os filhos portugueses de “poena” e “penna”, nivelando-a a um dos vocábulos mais tristes da língua.

Essa equiparação eliminou, assim, dos Dicionários, o nome correspondente a um objeto que, pode-se dizer, deixou de existir. A expressão *viver da penna*, dos antigos, está reduzida, hoje a estoutra, dos modernos: *viver da pena*.

E de “pena” não se vive: morre-se.

“As tristezas me dão penas

“E as penas me dão cuidados...”

Os homens de letras que ainda vivem no Brasil, sêres quasi prehistóricos, representantes de uma raça que desapareceu ou tende a desaparecer com a despoetização da vida, estão no dever, pois, de prestar uma

comovida homenagem a êsse industrial que aqui vem fundar uma fábrica de penas de escrever.

Se a sua indústria der resultado, eu, dias depois, fundarei dois estabelecimentos ao lado: uma casa de modas para vender anquinhas, e uma fábrica de sapatos de elástico, para senhoras.

E mais não faço porque sou pobre.

A REHABILITAÇÃO DO COPO

COM a sua mentalidade original e bizarra, a que os sofrimentos e desastres de uma existência combativa e agitada tem dado relêvo, lançou Léon Daudet, há pouco, em París, o plano de uma Academia do Vinho. Recordando, por alto, essa lembrança imprevista, contava anteontem a United Press, em um comunicado do seu correspondente parisiense, que essa idéia se tornou realidade e que se está cogitando, já, nesse instituto em que a eloquência se manifesta por estalidos da língua, de criar, como dependência dêle, um "Salão de Gastronomia".

Ao ler essa notícia, ninguém, certamente, deu sinal de estranheza. A França é a pátria de Rabelais. Rabelais é o pai de Gargântua: "A ceia mata a metade de París, e o jantar mata a outra", dizia Montesquieu. "Só os imbecís não são gastrônomos", bradava Maupassant. E é conhecido o caso da-

quele magistrado, membro da Côrte de Casação, a que se refere René Bazin, o qual, à mesa, pôsto no prato um frango inteiro, e repleto o copo do melhor Borgonha da adega, cobria a cabeça com uma toalha para não perder a menor parcela do cheiro do frango e do perfume do vinho.

Alguns leigos terão estranhado, todavia, que essa lembrança gastronômica tivesse partido precisamente de um homem de pensamento e de ação política, nas condições de Léon Daudet. Mas o caso é explicável, máxime quando o desabusado polemista francês, que já se bateu 48 vezes e saiu vitorioso 43, não pretende vir ao Brasil e eu não tenho nenhuma probabilidade de ir à Europa.

Léon Daudet pode ser considerado, na verdade, na França, um dos cardeais da religião do copo e do garfo. Êle se bate por um bife à Chateaubriand como se bateria pelos Orléans. Na defesa da reputação de um bom prato francês êle vai até à descortesia brutal e pública, e dessa descortesia até o duelo sangrento. Em 1929, segundo se lê em *L'ami du Lettré*, 1929, pág. 268, uma fôlha parisiense abriu um inquérito sôbre gas-

tronomia, e mandou perguntar a Léon Daudet qual a mais triste recordação do seu estômago. E êle respondeu: “Sustento o que já escreví uma vez: a peor comida que já ingerí em París, foi à mesa de Mme. Buloz, espôsa do proprietário da *Revista dos Dois Mundos*, e em casa da Princesa Matilde, à rua de Berry”. E declarou, textualmente, que em uma, se bebia “urina de burro”, e na outra se comia “vômito de cachorro”. “En cherchant bien dans ma mémoire, — concluía, — je ne trouve rien de mieux que ces deux souvenirs gastro-sinistres”.

Êsse interêsse de Léon Daudet pela mesa constitue, aliás, e possivelmente, um caso de família. Alphonse Daudet, seu pai, mesmo durante a longa e terrível enfermidade da espinha, que o imobilizou em casa nos últimos anos da vida, nunca deixou de comparecer à mesa doméstica. Foi, mesmo, à mesa que o surpreendeu a crise final, que o matou em poucas horas. “Le soir au diner, à la dernière cuillerée de potage, — nota Barrès nos seus *Cahiers*. L'étranglement est revenu... Et Daudet foudroyé, expirait entre les bras des siens” (I, p. 234). Informa Léon Deffoux na sua *Chronique de l'Acadé-*

mie Goncourt (p. 16) que, se Alphonse Daudet tem vivido até à data em que se conseguiu pôr em execução o testamento de Edmond de Goncourt, a Academia de que Léon Daudet hoje faz parte, não teria êsse nome, mas, simplesmente, a denominação *Diners Goncourt*. E' sabido, aliás, que todas as deliberações dessa Academia são tomadas no correr de um jantar, entre o perfume dos bons pratos e os vapores do bom vinho.

Em una das suas crônicas modelares das *Notas Contemporâneas*, Eça de Queiroz lamenta que os escritores antigos não se tivessem preocupado de modo mais concreto com a literatura gastronômica. "Não basta afirmar doutoralmente, — diz êle, — que o imperador Maximino preferia o pato, que Alexandre Severo só se alimentava com lebre, que Augusto era um amador constante de pescadinhas, que Albino comia quatrocentas ostras, que Adriano tinha por prato favorito a empada de pavão, que Tibério se deleitava no pepino, que na mesa de Gordis II havia todo o ano maravilhosos melões e que Tácito amava mais a salada do que a verdade. O interessante seria conhecer o preparo e o sabor dêstes pratos diversos, e

reconstituir, com todos os seus condimentos, as pescadinhas de Augusto e o pepino de Tibério”.

E é êsse serviço, possivelmente, que Léon Daudet está prestando à posteridade.

Quanto à idéia da Academia do Vinho, esta não é nova. Em uma das notas de Felipe Barrès aos manuscritos do pai, conta êle que existia em París, à rua S. Jacques, desde o século XVIII, uma destilaria com 40 tonéis. No tempo de Musset, reunia-se aí a mocidade do tempo e, quando morria um membro da Academia Francesa, os poetas irreverentes e anti-acadêmicos aí compareciam para “chorar” o morto. E o choro consistia em cobrir de crepe um dos 40 tonéis, e meter-lhe a verruma, embriagando-se todos com o seu “espírito”. Os parnasianos tentaram restabelecer essa pilhéria sacrílega dos românticos. Dessas cerimônias ficou, porém e apenas, como memória na literatura, uma sátira de Raoul Ponchon.

O Brasil precisa, talvez, de uma Academia e de um Salão, em que sejam glorificados os seus pratos e o seu vinho. E quem sabe se algum de nós, depois de haver escri-

to tanto sôbre cousas graves, não irá, afinal, à posteridade, com uma página sôbre a feijoadá completa ou com uma simples receita de vatapá?

UM PERFIL DE ONTEM LEMBRADO
HOJE

O professor Plínio Casado, interventor no Estado do Rio de Janeiro, recebeu, anteontem, um brinde comovente: procuraram-no no palácio do Ingá, constituídos em comissão, sete pastores das igrejas evangélicas de Niterói, os quais lhe foram levar um exemplar da Bíblia, acompanhado de carta em que lhe expõem a utilidade do Livro dos Livros. “Aprendendo nas Sagradas Escrituras que o magistrado é o ministro de Deus para administração dos públicos negócios, — dizem êles na sua missiva, — os evangélicos desta cidade vêm, por seus representantes, deixar nas mãos de V. Ex. o volume a que Antônio José de Almeida, governando a República Portuguesa, denominou a “glória imortal da Humanidade”, e que Artur Alessandri, quando lhe pesava nos ombros a obra da reconstrução do Chile, tinha sempre à cabeceira”.

Em artigo publicado a 30 de abril do corrente ano, do qual constava uma página do meu *Diário íntimo*, relativa a 26 de junho de 1928, eu transcrevia, desta, o seguinte perfil do atual interventor no Estado do Rio: — “De estatura mediana, rosto comprido e escanhado, bôca de lábios finos e que mostram dentes bons em sorriso de fina ironia; vestido de preto, em consequência de luto recente na família; calvo até ao meio da cabeça, e daí para diante, com o cabelo cortado rente, a impressão que Plínio Casado nos dá é a de um pastor protestante que se tivesse feito deputado. Concorre ainda mais para acentuar essa impressão a sua voz: voz baixa, discreta, de quem dá conselhos ou faz confidências. Essa voz é mesmo uma espécie de *abat-jour*, quando êle tenta, na tribuna, que raramente frequenta, e em que é um mestre, proferir um discurso mais veemente”.

Lendo, agora, a notícia da visita dos pastores de Niterói ao meu antigo e brilhante companheiro de Câmara, vem-me à lembrança aquela observação de 1928, divulgada em abril dêste ano. E pergunto, naturalmente: os evangélicos fluminenses não

terão tido, diante do interventor, a mesma impressão que eu tivera diante do deputado? Não suporão êles que se encontram, para glória de Lutero, perante um companheiro de credo e de ministério?

De qualquer modo, sugerida pela figura do homem ou pelo aspecto dos acontecimentos, a verdade é que a lembrança dos pastores de Niterói foi feliz e oportuna. Em um país como o nosso, em que tudo tem falhado, é preciso que haja alguma coisa infalível. Duas entidades possuem na terra essa faculdade: a Bíblia e o Papa, e uma vez que nos é impossível termos um Papa, conformemo-nos com a posse da Bíblia. Contudo que não façamos com ela o que fazíamos com a Constituição, que acabou desaparecendo do mercado por falta absoluta de leitores.

A Bíblia mesmo deverá ser aceita sem restrição? Contava Renan que, certa vez, foi bater à sua porta um inglês, vindo expressamente de Londres para fazer-lhe uma consulta. Recebido pelo mestre orientalista, expôs o motivo da viagem e da visita.

— Senhor — começou — a Bíblia diz, mesmo, no seu original, que a lebre é um ruminante?

— Diz, sim, senhor.

— Então, senhor — tornou o inglês — a Bíblia não é um livro revelado por Deus, conforme se acredita na Inglaterra.

E explicou-lhe o seu caso:

— Eu sou naturalista, senhor. Nos meus estudos, verifiquei que a lebre não é um ruminante. Logo, ou a Bíblia está errada, ou a lebre. E como eu estou certo de que o êrro não é da lebre, vejo que está na Bíblia. Logo, a Bíblia não é um livro revelado.

E voltou para a Inglaterra, pronto a abandonar o protestantismo.

Mesmo assim, a Bíblia é o livro dos povos ricos. Régis Michaud observava, há pouco tempo, que era a América do Norte o único país do mundo em que se faz, ainda, impressão de Bíblias. E Chesterton adiantava, há quatro anos, dever a Inglaterra a sua organização econômica unicamente à Bíblia, isto é, à circunstância de adorar não um Deus, mas um livro, cuja esterilidade não dá lugar ao sentimento.

Que melhor brinde, pois, ao presidente de um Estado em que os problemas todos são de ordem puramente financeira?

Vá, assim, o sr. professor Plínio Casado lendo a Bíblia que os pastores lhe ofereceram. E ofereça, por sua vez, o Estado do Rio à guarda de Deus, nosso pai, pois que é possível que, com as dívidas que êle tem, o Diabo, nosso tio, não o queira.

APLICANDO "EL CUENTO"

E' um conto de Maupassant, conhecido nas cinco partes do mundo. Pobre, mas educada entre raparigas de fortuna, Matilde Loisel era espôsa de um pequeno funcionário do Ministério da Instrução. A sua condição social, não estava, de nenhum modo, de acôrdo com as aspirações que alimentara ao desabrochar para a vida. Ideara uma existência de luxo, de festas, de alta e apurada elegância, e alí estava no seu apartamento modesto, a serzir meias e a reforçar os botões do paletó de alpaca do marido. E enquanto a agulha ia e vinha, puxando a linha humilde e serviçal, o seu pensamento ia também pelo mundo, espalhando por êle os suspiros que lhe subiam, como valisnérias que rebentam a haste no fundo de um lago, das profundezas misteriosas do coração.

Um dia, Loisel aparece em casa com um envelope solene e largo, em que se destacam as armas da República. E' um convite para a recepção do Ministro. A espôsa de-

sejava tanto ir a uma festa de requintado cunho mundano que êle criara coragem e fôra pedir ao seu chefe de repartição a inclusão do seu nome obscuro na lista dos convidados. E alí estava, contente, com a sobrecarta entre os dedos, à semelhança de um menino que apanha um pássaro que nunca supusera apertar entre as mãos.

— Para que me serve isto, se eu não tenho vestido! — observa-lhe madame, com aquela acrimônia peculiar às mulheres que têm marido pobre e supõem ter nascido para casar com o noivo da *Bela adormecida no bosque*.

— Êsse mesmo com que vais ao teatro, filha. Concerta-se; melhora-se. Vê o que falta...

Matilde Loisel concerta o vestido, renova-o, ajusta-lhe enfeites modernos e de gosto. Moça e bonita, o vestido, no seu corpo, fica bonito e novo. Mas há uma falha na sua elegância, a qual lhe empana a alegria, e lhe tolda o contentamento no coração. Falta-lhe uma jóia!

— Ora, filha, isso é o menos! — retruca o marido. Mme. Forestier não é tua amiga? O marido é rico e ela foi tua companhei-

ra de colégio... Por que não vais pedir um colar emprestado a Mme. Forestier?

Mme. Forestier emprestou um colar à amiga. Um colar de diamantes, que parece a esta a oitava maravilha do mundo. E Matilde Loisel vai à festa, obtém um sucesso como não imaginara jamais, na sua vida. A alegria de encontrar-se ali põe-lhe um halo de beleza imprevista. O próprio ministro fica encantado. O despeito surge, diante daquela graça espontânea, nos olhos das mulheres de luxo.

Pela madrugada, ao chegarem em casa, marido e mulher abraçam-se, comovidos. Mas, nesse abraço, Loisel sente que à elegância da mulher falta alguma coisa.

— Guardaste o colar? — indaga.

— Ah!... — faz madame, branca de susto.

Matilde Loisel havia perdido na festa o colar de diamantes de Mme. Forestier.

Procuram a jóia por toda parte. Não a encontram. Confessar à amiga que tinha perdido seria correr o risco de não ser acreditada. Noites de insônia, de terror, de desespêro. Afinal, num arranco último, tomam os dois uma resolução heróica: utiliza-

riam todas as economias, que orçavam por 18 mil francos; pediriam emprestado o que faltasse, e comprariam outro colar de diamantes.

E assim fizeram. Adquiriram outro colar que lhes pareceu igual por 40 mil francos, assinando letras da importância que não tinham. Mudaram-se para uma água-furtada. Despediram a criada, ficando Matilde com todos os trabalhos domésticos: lavando, gomando, cozinhando, varrendo, e costurando para fora. Loisel sobrecarregou-se de ofícios novos, fazendo cópias à noite. E ao fim de dez anos de economias, de misérias, de privações inomináveis, foi que puderam respirar, e adquirir uma roupa de passeio. Mas estavam os dois, Loisel e Matilde, velhos, vencidos, alquebrados.

Tinha-lhes custado toda uma existência aquela faiscante hora de vaidade.

Um domingo, passeia Matilde pelos Campos-Elíseos, demorando os olhos tristes no espetáculo da alegria alheia, quando vê uma senhora linda e fresca. E' Mme. Forestier. Corre para ela, mas esta não a reconhece. Dá o seu nome.

— Matilde?... Será possível?... Mas como estás mudada!...

— Devo estar mudada, sim... Tenho passado muita miséria, sofrido muito... E tudo por tua causa.

— Por minha causa?...

Matilde Loisel conta-lhe o caso, por inteiro.

Mme. Forestier escuta-a e, ao fim, toma-lhe as mãos, comovida.

— Minha pobre Matilde!... Tudo isso, por um colar... Mas o meu colar, minha filha, o colar que te emprestei, e que perdeste...

Deu-lhe um beijo e completou:

— Era falso! Valia apenas uns quinhentos francos!...

O conto que aí está em resumo, tem talvez a sua aplicação na hora presente. A Revolução tomou ao antigo regime o colar do govêrno. E perdeu-o, porque só se considera govêrno constituído aquele que se funda na superstição da legalidade.

E agora, como a pobre Matilde Loisel, está recorrendo a economias desesperadas, fazendo sacrifícios inomináveis, para comprar, diz ela, um colar verdadeiro, afim de pagar o outro, que era falso!

XXXVIII

AS FÔRCAS DE BAIXO E AS FÔRCAS DE CIMA

NO primeiro quartel do século passado esteve na França, em viagem de estudos, um inglês de nome Frognall Dibdin, o qual foi hóspede, em París, do livreiro Georges-Adrien Crapelet. Chegando, de regresso, a Londres, publicou aquele viajante um livro sôbre a sua excursão, referindo-se, nele, à hospitalidade que recebera e acentuando que madame Crapelet era “uma das mais lindas mulheres de París”.

Traduzindo a obra do seu antigo hóspede, o livreiro parisiense irritou-se, e apõe-lhe esta nota de marido ciumento: “Comment Mr. Dibdin a-t-il pu oublier le respect que l'on doit aux lecteurs, jusqu'à leur faire le récit de diners qu'il a reçus chez les particuliers, comme s'il rendait compte de diners d'auberge? Comment n'a-t-il pas senti tout ce qu'il y avait d'inconvenant et de désobligeant à mettre en scène les personnes avec lesquelles il s'est trouvé, et même les maîtresses de maison?”

Espôso animado de zelos excessivos, Georges-Adrien Crapelet não admitia que lhe falassem na mulher, mesmo para louvá-la e achá-la bonita.

Entre os jornalistas que apoiam o Governo Provisório alguns há que, pelo ciúme com que desempenham as suas funções de revolucionários, estão recordando, já, êsse honrado e espinhadíssimo Crapelet. Na sua opinião, dêles, aos partidários do regime decaído não assiste o direito de comentar e, sequer, de elogiar qualquer dos atos das novas autoridades. O homem que, com a sua pena, ou com o seu voto, se manifestou contra as idéias que explodiram num choque de armas na tarde de 3 de outubro, deve ser eliminado da comunhão nacional, com um cadeado na boca, e duas argolas nos pulsos. Se comenta com reserva respeitosa um ato do governo, é um insolente. Se o louva, quer aderir. A cada movimento dêsses pobres romanos derrotados Breno atira-lhes com a espada à concha da balança, e ruge, de olhos injetados: "Vae victis!"

Essa opinião é, porém, ao que se me afigura, menos do governo do que de alguns dos jornalistas que adquiriram, em concor-

rência pública, o direito de julgar-lhe os atos e comentar-lhe as idéias. Ciumentos das suas atribuições, estes não consentem, absolutamente, que se faça qualquer referência, boa ou má, à nova ordem de cousas.

O Governo é dêles. Ou, melhor: êles são, para todos os efeitos, os maridos officiais da Revolução.

Anatole France conta um episódio que me agrada, às vezes, repetir. Acabava o pintor Harpignies de chegar a uma aldeia do Loiret, com o propósito de fixar na tela os grandes carvalhos da região, quando foi procurado por um jovem artista que se mostrava desolado com a sua presença. E a mágoa do obscuro manejador do pincel foi tão grande, que, dias depois, era Harpignies procurado por êle, que lhe pedia, com os olhos rasos d'água:

— Mestre, eu cheguei primeiro! Vá para outra província; estes carvalhos são meus!

E' o que alguns jornalistas pretendem fazer, parece, com a Revolução. O assunto é dêles, e de ninguém mais.

Há um epigrama de Lucilo, em que Diófanes, condenado à morte, morre mais

do apêto da inveja do que do arrôcho da corda ao ver que um companheiro de suplício tem uma fôrca mais alta do que a sua.

O Brasil é, hoje, uma floresta de enforcados. Todos nós, os que venceram e os que foram vencidos, estamos sofrendo as consequências de fenômenos sociais inevitáveis. Nenhum de nós se sente feliz e tranquilo. Nenhum dorme sem sonhos tristes. Por que, pois, nos entreolharmos com ódio quando somos, todos, primos nas culpas e mais ou menos irmãos na desgraça?

Eu, pelo menos, da minha fôrca à flor da terra, não invejo, — e juro por Deus! — os que estão padecendo na fôrca de cima...

A POLÍTICA E A RESIGNAÇÃO
QUE ELA RECLAMA

ENTRE os mártires e heróis da revolução espanhola que mais vivamente contribuíram para a implantação da República naquele país, está o aviador Ramon Franco. Desassombrado e cavalheiresco, foi êle a asa do novo regime. Cortando no espaço a linha das fronteiras da pátria, errou por terras estranhas, em busca de refúgio. E à semelhança das águias que esquecem o caminho aéreo da montanha e, perseguidas, voam incessantemente à procura de pouso, foi êle cair, um dia, em regiões longínquas e neutras, que lhe facultaram asilo precário, mas oportuno e consolador.

Passam-se alguns meses, e a causa política pela qual Ramon Franco se batera e sofrera se torna vitoriosa. Generais, almirantes, ministros do antigo regime, colunas, todos, da monarquia derrubada, repudiam as idéias da véspera e associam-se aos triun-

fadores. Ramon Franco retoma as asas, regressa à pátria. Procura o Partido Republicano e encontra-o formado pelos que eram monarquistas quando êle partira para o exílio. Irrita-se; protesta; revolta-se...

E é preso outra vez.

A política é uma profissão, ou uma indústria, que só devia ser explorada pelos filósofos. Para exercê-la com proveito e sem risco, é preciso que o indivíduo se tenha habituado a sorrir diante daquilo que outros, menos experimentados, responderiam com um insulto, um coice ou um tiro. Há um pequeno conto francês, que eu traduzi há uns vinte anos, no qual um cavalheiro de vergonha e de fortuna vai procurar o chefe de um partido e declara-se disposto a entrar na política e a disputar uma poltrona de deputado nas eleições que se vão travar.

— Muito bem — diz-lhe o chefe, homem encanecido nas campanhas públicas — é uma excelente idéia, a que teve. Apenas, como o senhor sabe, urge, para ser político, ter paciência e resignação de modo a suportar as injustiças dos amigos e as infâmias dos adversários. O senhor está com a alma preparada para todos os golpes?

— Absolutamente. Terei calma, e suportarei tudo.

O chefe simula manusear alguns papéis que tem na pasta, e voltando-se para o candidato:

— E' verdade... O senhor tem à mão, com certeza, documentos para defender-se da acusação, que lhe fazem, de se ter aposado do dinheiro de uns órfãos e de uma viúva...

— Eu? — exclama o candidato, dando um salto da cadeira, os olhos faiscantes de cólera. — Isso é uma infâmia! uma miséria! Eu nunca tive nas mãos dinheiro de órfão nenhum! E se houver um desgraçado que me atribua tal cousa, mato-o, como a um cão!

O chefe sorri:

— Calma, meu caro senhor; calma! E' assim, então, que o senhor pretende entrar para a política?

— Ah, perdôe-me! — desculpa-se o pretendente, com um sorriso amarelo. — Mas deixe estar que saberei ter serenidade no momento preciso...

— E deve ter mesmo — retruca o chefe — porque, se os nossos adversários conse-

guem descobrir o tal pacote de cartas da senhora sua mãe...

— Cartas de minha mãe?... Que diziam essas cartas?

— Ah, o senhor não sabe? Ignorava, então, que o senhor não é filho legítimo?

Outro pulo, com outros protestos, aos gritos:

— E' uma calúnia! Um insulto à memória duma santa! Qual foi o miserável que disse isso? Qual foi?

— Nenhum, meu prezado senhor; nenhum. Mas, em breve, quando estiver na política, encontrará quem espalhe isso, e até cousas peores... Atualmente, o que se diz, e infelizmente, é relativo apenas à honra da sua espôsa... Dizem que ela é amante de um banqueiro, e que o senhor sabe, e tira proveito...

— Mato o miserável que disse isso! Mato-o! Estrangulo-o! Em minha honra não se toca! E' sagrada! E' minha!

E o chefe:

— Isso honra muito os seus sentimentos, meu caro amigo; mas, aceite o meu conselho: não entre para a política, senão acabaria assassino.

No dia seguinte o candidato volta. O velho chefe alude às deshonestidades que lhe são atribuídas. Êle sorri. Fala-lhe no que se diz da sua mãe, que teria sido uma das cortesãs mais dissolutas do tempo. Êle sorri ainda. Refere-se às infidelidades da sua espôsa. Êle continua sorrindo, indifferente e superior.

— Agora, sim — diz-lhe o chefe, pondo-se de pé, e apertando-lhe a mão. — Agora, pode entrar para a política!

E inclue o seu nome na chapa do Partido.

Ramon Franco está ainda em estado bravo. Queria ser deputado nas eleições que hoje se travam na Espanha, sem estar com o couro e a alma convenientemente curtidos.

Daí o despacho que a sua prisão, ordenada ontem, representa, e que significa, apenas, isto:

“Amanse o pêlo, e volte, querendo”.

UMA ANEDOTA PORTUGUESA

A história talvez não seja muito limpa mas é rigorosamente oportuna. A imaginação popular chega, mesmo, a atribuí-la a Bocage, responsável por todas as anedotas mais ou menos suspeitas aparecidas em Portugal e no Brasil, e caídas no domínio público nestes últimos cento e vinte anos.

Certo dia, conta-se, ia o poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage por uma rua de Lisboa, — uma daquelas ruas ilustres em que ainda no seu tempo se sentia o cheiro dos gloriosos pés de “Albuquerque terrível, Castro, o forte, e outros em quem poder não teve a morte”, — quando sentiu uma cócega interior, e que não era mais do que um daqueles apelos imperiosos da Natureza a que se não pôde eximir, jamais, com toda a sua arrogância ou com toda a sua distinção, o príncipe mais poderoso ou a mais formosa entre as mulheres da terra. O sonetista olhou em torno e, humano como era, deu à Natureza todas as satisfações que lhe ela

pedia. Em seguida pôs o seu velho chapéu em cima dessas satisfações, e a sua fina mão em cima do chapéu. E ficou, nessa postura, à espera dos transeúntes.

Ao fim de alguns minutos passou o primeiro, que era, por sinal, e por graça de Deus, (e por falta de outro que me venha à memória) o desembargador da Relação dr. Antônio do Paço de Almeida e Arruda, pessoa do conhecimento do poeta. Quem não conhece em Lisboa o maior sonetista que é, ao mesmo tempo, o maior boêmio de Portugal?

— Que é isso, Bocage? Que é que escondes aí no chão, sob a copa do teu chapéu?

— E' um passarinho que apanhei aqui, e que não posso deixar fugir... Quer emprestar-me o seu chapéu, enquanto eu vou ali em casa, depressa, buscar uma gaiola?

O desembargador acede, atencioso e fidalgo; dá o seu chapéu a Bocage, e, acocorando-se no pavimento, segura o velho chapéu do poeta, sob o qual está o passarinho.

E Bocage, de chapéu novo, desaparece na esquina próxima.

Acocorado no pavimento, o desembargador Arruda, homem austero e de brilhantes letras jurídicas, aguarda o regresso do poeta com a gaiola. Espera uma hora. Espera duas. Vai-se fazendo tarde, e Bocage não vem. Afinal, desenganado, resolve o desembargador ir-se embora para o Tribunal, levando o passarinho prisioneiro. Para isso, mete cautelosamente a mão por baixo do chapéu, e... segura-o. Mas retira a mão, horrorizado. Faz um gesto de nojo, e, como precise de um chapéu, e principalmente de uma vingança, põe-se à espera de outro transeúnte, ao qual pregue a peça que lhe pregaram.

Instantes depois aproxima-se um. Vê o desembargador alí, indaga, como êste horas antes indagara de Bocage:

— Que é isso, sr. desembargador? Que é que esconde aí, com tanto cuidado, debaixo dêsse chapéu?

— E' um passarinho que eu apanhei aquí, e que não posso deixar fugir.. Quer emprestar-me o seu chapéu enquanto eu vou alí, depressa, buscar uma gaiola?

O tempo decorrido fez, porém, com que o “passarinho” denunciasse a espécie a que

pertencia. O transeúnte compreende o lôgro que o magistrado lhe quer pregar, e sorri:

— Infelizmente, não posso, sr. desembargador... Vou com muita pressa... Até logo... Alí atrás vem outro cavalheiro que talvez queira fazer a transação com Vossa Excelência...

Os transeúntes vão passando, assim, uns após outros, com o lenço ou a mão no nariz. E o desembargador, aflito, não encontra a quem passe o “passarinho”...

Meu querido e brilhante Plínio Casado! Não acharás tu, acaso, a quem faças a pilhéria que fizeram contigo entregando-te o govêrno do Estado do Rio? Essa gente toda já saberá, porventura, a qualidade do passarinho que encontraste debaixo do chapéu do Manuel Duarte?

A RESSURREIÇÃO DA ATLÂNTIDA

OS geólogos de todo o mundo estão, neste momento, com a atenção voltada para o Atlântico, especialmente para as vizinhanças do litoral brasileiro: navios da linha da Europa anunciam que o fundo do mar se está levantando alí rapidamente, e que já se divisa de longe, sob o manto verde das águas ondulantes, a sombra imensa das montanhas que vão emergir. De um instante para outro pode aparecer ao sol do século XX uma ilha vestida de limo e enfeitada de algas, carregando no dorso os restos de uma civilização prehistórica. E os homens dêste mundo em agonia, saberão, enfim, o que foi a vida polida, ou bárbara, do mundo que, há doze mil anos, as águas eternas repentinamente enguliram.

A terra que aí vem surgindo do mistério do mar, imaginam os geólogos e historiadores, é aquela Atlântida de Platão, de Estrabão, de Teopompo, de Herôdoto, e de ou-

tros antigos que vêm à memória conforme o interêsse que por ela tomaram. Nas suas planícies e montanhas desfilarão exércitos, travaram-se batalhas, floresceram impérios, cresceram e desfizeram-se civilizações. Poetas cantaram os seus vales; mulheres amaram os seus vergéis. Todas as grandezas e misérias humanas esplenderam ou se espojaram no seu solo tranquilo. Até que, um dia, a terra tremeu; os montes foram sacudidos; os ventos varreram as florestas; o mar espumou em ondas enormes e investiu contra a costa; e pouco a pouco, à semelhança de um navio que sossobra, o continente se foi afundando com os seus tesouros e as suas populações laboriosas ou guerreiras, deixando à superfície, apenas, os destroços leves de um mundo, que as vagas tempestuosas espalharam em todas as direções do planeta, como a brisa espalha, no alto de uma tórre, as anônimas cinzas de um morto...

Essa Atlântida, êsse mundo sepultado, vai, agora, emergir. Vai emergir, e é nosso. Os povos ricos e industriais cujos navios carregados de ouro naufragam, gastam somas enormes para fazê-los vir à superfície das águas, e raramente o conseguem. As

galeras do lago Nemi, contemporâneas de Calígula, repousam há quasi dois mil anos no seu leito de lama. Os galeões de Vigo permanecem há quatro séculos afundados no mar. O Brasil não possuía galeras nem galeões naufragados. O seu tesouro submarino era a Atlântida. E eis que esta, no momento propício, sem escafandros reveladores nem custosos aparelhos de emersão, sabendo-o em dificuldades, se põe de repente e espontâneamente a erguer-se, a levantar-se, no maior milagre telúrico da idade moderna!

E quem nos diz que a Atlântida não vai emergir do mar como Pompéia e Herculano surgiram da cinza, isto é, com os seus edificios, as suas arcas de mármore repletas de ouro e os seus palácios incrustados de pedras preciosas? Quem nos poderá dizer se não é Deus que, suspendendo um mundo na palma da sua mão poderosa mergulhada no mar, vem em socorro do seu povo tão ingrato mas tão amado, no momento em que êle mais precisa da sua misericórdia?

Que venha, pois, a Atlântida, a nova região brasileira, destinada a ser, como ou-

trora, a ponte entre o Velho e o Novo Mundo. Que venha, para orgulho e glória nossa.

E, a propósito: quem já estará trabalhando para ser, ali, o interventor?

X L I I

OS MORTOS ESQUECIDOS PELOS VIVOS

A Prefeitura Municipal de São Paulo acaba de indeferir uma proposta curiosa, e que dá idéia integral da crise financeira que vem trabalhando o país. Trata-se da concessão, pedida por uma firma daquela praça, para iluminação elétrica dos túmulos do cemitério do Araçá, ornamento fúnebre que seria pago pelas famílias dos finados. Em troca dêsse privilégio para iluminar defuntos, os concessionários calçariam 15.000 metros quadrados da superfície daquela casa dos mortos de modo que as almas dêstes, quando saíssem dos sepulcros, não pisassem na lama ou na areia. Araçá ficaria sendo, assim, um cemitério convidativo, calçado e iluminado a luz elétrica, oferecendo toda a comodidade possível às pessoas desgostosas dêste mundo. Quem se encontrasse fatigado do *struggle for life* não tinha senão que arrendar por cinco anos

um apartamento naquele tranquilo “ar-ranha-pedra”, e mudar-se para lá. O con-fôrto da morte havia de ser tão perfeito e completo quanto é perfeito e completo, ho-je, o confôrto da vida.

A lembrança era, no entanto, amável e generosa. Tudo, na terra, tem progredido, em matéria de bem-estar. Só o culto dos mortos tem decrescido, sendo êles degrada-dos na lembrança e no cuidado dos vivos. Os egípcios, para honrar a memória dos seus, erguiam-lhes pirâmides no Deserto, pondo no interior dessas edificações bizarras tudo que pudesse tornar agradável a permanên-cia, aí, dos seus eternos habitantes. Os as-sírios erguiam palácios para residência das grandes sombras humanas. Das sete mara-vilhas do mundo que a antiguidade celebrou, duas, pelo menos, eram monumentos fune-rários: a pirâmide de Chéops e o túmulo de Mausolo. A Via Ápia, em Roma, era consti-tuída toda ela de túmulos, por entre os quais desfilava a glória de Roma viva, para o con-sôlo e orgulho dos mortos. Os “columba-ria”, que eram senão miniaturas das habi-tações coletivas do nosso tempo, nas quais as famílias e os membros de uma associação

continuavam na morte os mesmos hábitos contraídos em vida? Entre os muçulmanos os cemitérios são, ainda hoje, logradouros alegres, em que os homens dêste mundo se vão regozijar na presença dos homens do outro. Edmundo d'Amicis, no seu livro sobre "*Constantinopla*", elogia êsse costume oriental, condenando o nosso hábito de considerar os cemitérios lugares de pavor e de assombração.

A proposta apresentada à Prefeitura de S. Paulo era talvez um primeiro passo em favor das idéias de d'Amicis. Os mortos, asseguram os que se entendem com êles, gostam de luz. É por isso que os cercam de círios antes de enterrados, e lhes levam velas, depois de se acharem no fundo da terra, no dia que lhes é consagrado. E tanta é a questão que êles fazem dêsse culto, isto é, que os vivos lhes dediquem chamas votivas, que muita gente conhece o caso ocorrido em uma aldeia de França e que vem narrado no "*Dicionário Infernal*", de Colin de Plancy. Tendo os habitantes dessa aldeia esquecido os seus mortos, de modo a não acenderem mais, sequer, um círio na igreja ou no cemitério, uma comissão de almas prejudicadas

procurou o vigário encomendando-lhe um sermão em que chamasse os vivos ao cumprimento do dever. O sermão foi feito, mas inútilmente. O descaso dos vivos pelos mortos continuou. E foi então quando se verificou o prodígio; achava-se a população dormindo quando o vigário a foi acordar para ver um espetáculo espantoso que estava ocorrendo no cemitério: as almas dos mortos, cada uma com uma vela acesa, erravam à superfície da terra pelas alamedas da necrópole, tentando algumas subir à altura das lousas, e correndo em todas as direções, numa farândula macabra e impressionante.

Nesta noite mesmo o sacerdote arrecadou entre os seus paroquianos que assistiram àquela cena apavorante algumas centenas de francos para círios e missas pelo descanso das almas do Purgatório. Mas, no dia seguinte, antes da primeira missa, o padre levava uma surra. É que tinha sido encontrada nas áleas e nas vizinhanças do cemitério grande quantidade de caranguejos, tendo cada um dêles um côto de vela pregado no casco.

Os bons negócios com os vivos estão cada vez mais raros, nos ingratos dias que

correm. E' preciso, para conseguir alguma cousa, ir explorar os mortos.

E êsse de fornecer-lhe luz elétrica em um tempo em que a eletricidade está pela hora da morte, é, na verdade, o que se pode chamar — um negócio do outro mundo.

A SANTA FOME DE OURO

OS estadistas franceses têm sido universalmente louvados, nestes últimos dois anos, pela sua prudência, entesourando nos subterrâneos do Banco da França todo o ouro sugado pelos mil tentáculos que o seu povo estendeu pela terra. A América do Norte constitue outro aneurisma de ouro, que perturba o aparelho circulatório do mundo. E êsses países são invejados, e elogiados, precisamente pelo mal que fazem, com essa retenção metálica, ao resto da humanidade.

Refere Montesquieu, na "*Grandeza e decadência dos Romanos*", que estes avaliavam a importância da vitória sôbre um inimigo, e o feito dos seus generais, pela quantidade de ouro e pelo volume dos despojos que êles traziam para a metrópole. Onde sabiam que havia riquezas, iam buscá-las, como conquistadores ou como aliados. E conta, como exemplo, com auxílio de Anius

Florus, o processo a que recorreram para apossar-se dos tesouros de Ptolomeu, tirano de Chipre.

É essa mesma política, de sucção de ouro, que, hoje, domina o mundo. É com os olhos de Midas que os homens de Estado olham a vida, na esperança de que tudo se transforme em ouro, em ouro, em ouro... esquecidos de que Midas ia morrendo de fome e de sede porque se transmudava em ouro, em ouro, em ouro, tudo que era tocado pelas suas mãos gulosas de ouro...

A posse de ouro, de muito ouro, é, assim, hoje, o problema capital de todos os povos. Em um epigrama da Antologia, Parménio lembra que o ouro é tão poderoso que o próprio Júpiter não prescindiu dêle para a conquista de Danae. E é Lope de Vega, ou Quevedo, quem conta, em dois versos que se me foram da memória, que, terminado o mundo, e vendo que o ouro era prejudicial à felicidade humana, Deus tomou-o novamente, e enterrou-o nos pontos mais profundos da terra. E é lá que o homem o vai buscar, perfurando poços imensos, até que o traz, de novo, à superfície do planeta, para motivo de discórdias, de pecados, e de guerras.

Pouco a pouco, porém, o ouro nativo, escondido nos meandros telúricos, se torna mais raro, mais difícil de ser encontrado. O ventre do planeta dia a dia se torna mais estéril, ou mais ciumento daquilo que Deus lhe confiou. E eis que o homem, voltando-se para o mar, para as profundidades onde dormem os velhos galeões, ou os poderosos navios modernos, naufragados com as riquezas que conduziam, desce a sondar os abismos equóreos, buscando ouro, ouro, sempre ouro e mais ouro, para alimento da sua eterna ambição!

Procede-se, neste momento, em diversos mares, a pesquisas submarinas, para emersão de carregamentos de ouro, de ouro, de ouro. A França trabalha na salvação do ouro que se encontra nos porões do "Egypt", naufragado na Mancha. A Rússia realiza sondagens ao largo da costa da Murmânia, em busca de navios torpedeados durante a guerra, e que allí sossobraram. A Itália tem esperança de encontrar ouro nas galeras afundadas no lago Nemi, e é possível que, qualquer dia, a Espanha republicana mergulhe, também, à cata dos galeões de

Vigo, abarrotados de ouro, do amarelo e abundante ouro da América.

E nós? Teremos nós, acaso, ouro no mar, uma vez que foram desfeitas as ilusões do tesouro do Castelo e têm sido baldados, até agora, os esforços para fixar os da ilha da Trindade?

E' sôbre isso que vamos conversar.

Conta Alfredo de Carvalho, no seu livro de publicação póstuma *Aventuras e Aventureiros no Brasil*, ter naufragado a 5 de dezembro de 1830, nas proximidades de Cabo Frio, no ponto da costa que êle descreve, a fragata inglesa "Thetis", carregada com 810.000 dólares, em ouro. O navio foi ao fundo, sem que se pudesse salvar o tesouro nele embarcado. Durante um ano, a sua tripulação, e os mergulhadores vindos da Inglaterra, desceram ao lugar em que a fragata desaparecera. A escuna "Lightning", da mesma nacionalidade, foi guardar a costa, para que os dólares não fugissem. E ao fim de ano e meio conseguiram trazer à tona 581.000 dólares. Em 1836 uma escuna, também inglesa, arrancou ao mar ainda uns 100.000 que os peixes honradamente restituíram. O resto, porém, cêrca de 200.000

dólares, ainda lá permanecem, segundo se afirma, até estes nossos dias de aflição e necessidades.

Dir-se-á, talvez, que 200.000 dólares são apenas 3.000 contos. Mas, os juros? Esse dinheiro não estará colocado, por lá, em algum Banco... de coral?

A SEMANA SANTA EM MERANO

UMA das agências telegráficas que servem a imprensa do Rio de Janeiro contava, há dias, o modo por que foi celebrada mais uma vez, em algumas cidades italianas, a paixão e morte de Nosso Senhor Jesus Cristo. E dava a seguinte descrição das solenidades levadas a efeito em Merano, conhecida estação de cura nas altas regiões do Tirol:

“As celebrações de Sexta-feira da Paixão, realizadas hoje nesta cidade da fronteira com a Áustria, duraram três horas. Todos os homens que tomaram parte na procissão carregavam pesadas cruzes de madeira, enquanto as mulheres levavam flores. As janelas de todas as casas da cidade estavam iluminadas, assim como se viam fogueiras nos morros que a circundam”.

A festa católica de que nos dá notícia êsse telegrama constitue, talvez, um dos mais belos e puros símbolos da vida, como a tínhamos antigamente: os homens carregan-

do cruzes, as mulheres conduzindo flores. Estas imaginaram, porém, que aqueles as estavam ludibriando, gemendo sob cruzes de papelão. Abandonaram as guirlandas leves que traziam nos braços, e, simulando a piedade de Cireneu, vieram tomar o pêso do madeiro. E como não sabem ao certo o suplício de quem o carrega todo e sòzinho, vivem hoje a disputá-lo àqueles que o traziam às costas, na suposição de que é um prazer aquilo que é, na realidade, um sacrifício.

O feminismo integral, a equiparação dos direitos e deveres da mulher aos do homem, não é, na realidade, senão a troca das flores pela cruz. As flores têm, sem dúvida, os seus espinhos. Mas o homem, rei dos Judeus, também tem os seus na própria coroa de soberano.

Há uma página de Anatole France a que me tenho reportado por mais de uma vez, que lembra a situação da mulher, antes do abandono das flores pela cruz. E' quando, em *Monsieur Bergeret à Paris*, Bergeret e a sua irmã Zoé vão procurar casa, e encontram aquela que lhes convém. Escolhidos o gabinete de estudo e os dormitórios, chega a vez dos aposentos da jovem Pauli-

na, sobrinha do filósofo. Designado o mais lindo quarto do apartamento, observa Bergeret:

— Paulina ficará contente; não é? Ela é feliz conosco.

— Sem dúvida, — responde-lhe a irmã; — Paulina nunca está contente, mas é feliz em nossa companhia.

E em voz baixa, como quem revela um dos profundos segredos da vida:

— Ela é feliz, mas não sabe...

São assim as mulheres que ainda carregam flores na procissão do Senhor Morto que é o trânsito por êste mundo, isto é, aquelas que ainda não experimentaram, em toda a sua intensidade, o que é a luta pelo pão, aquí fora. Elas são felizes, mas não sabem...

Entre as práticas da justiça medieval uma havia de que restam numerosos documentos nos anais eclesiásticos: era a que se chamava a “prova da Cruz”. Quando havia um caso duvidoso ou de apuração impossível, eram os demandantes conduzidos à igreja, na qual se plantavam duas cruzes. Encostados a ela os litigantes, como se estivessem realmente crucificados, permane-

ciam imóveis o tempo que lhes era possível, pois que, pela doutrina corrente, aquele que baixava primeiro os braços fatigados era o que perdia a demanda. Deus manifestava-se pela boa execução da justiça emprestando fôrças àquele que tinha razão.

E' isso que vamos ver, de futuro, na vida, quando homens e mulheres estiverem equiparados na procissão, isto é, quando todas estas tiverem substituído a sua braçada de rosas pelo áspero pêso do madeiro nefando. Demandando o Calvário, suando sangue, ferindo os pés na brutidão dos caminhos, elas poderão mostrar a mesma resistência no suplício.

Com uma diferença, apenas. É que o homem, após as dez "quedas" das Escrituras, continuará a ser o mesmo diante do mundo e do céu. E a mulher, de acôrdo com a tradição, será apedrejada logo na primeira...

“EL REY QUE NO RABIÓ”

— **A** FONSO XIII abdicou! — foi a exclamação que partiu ontem de milhares de bôcas, na cidade inteira, pondo uma faísca de alegria nas boas fisionomias republicanas.

E todos viam, já, a velha Espanha dos toureiros, das sevilhanas e do vinho de Málaga entregue a si mesma, e a população de Madrí, doida de contentamento, percorrendo as ruas da metrópole, agitando bandeiras, aos gritos roucos de:

— Viva a República!... Abaixo a monarquia!

Eu não tive, jamais, qualquer simpatia por êsse magro rei divertido, que vinha fazendo o milagre de sustentar um reino na ponta do mais avançado queixo da Europa. Achava-o mundano demais, e demasiadamente superficial para as responsabilidades políticas e sociais que lhe cabiam. Há investidas que reclamam, de quem as rece-

be, a mais austera compostura. Um rei que dança o tango perde oitenta por cento da sua respeitabilidade.

É verdade que o rei Daví dansou e pulou diante da Arca pelas ruas de Jerusalém. Mas é sabido, também, que Micol, sua mulher, ao vê-lo tomado de furor coreográfico, desatou a rir, fazendo-lhe sentir que êle estava alí fazendo papel de bobo diante dos seus súbditos. *Et David saltabat totis viribus ante Dominum*, diz o Livro de Samuel. Pulando estava, e pulando ficou.

Todos os erros de Afonso XIII acabam, entretanto, de ser elegantemente resgatados com essa renúncia do trono da Espanha. As rãs, fartas de serem governadas por um pedaço de pau que dansava na onda do lago, exigiram um grou, ou meia dúzia de grou republicanos. E agora vão experimentar o que é bom. Dentro de alguns meses, senão de algumas semanas, estarão elas a gritar pelo seu rei antigo, o tolerantíssimo rei que saiu, e “no rabió”. E Júpiter, a responder-lhes, pela bôca murcha e sábia de Lafontaine:

“Vous avez dû premièrement
Garder votre gouvernement ;

Mais ne l'ayant pas fait, il vous devait suffire
Que votre premier roi fût débonnaire et doux :

De celui-ci contentez-vous,
De peur de rencontrer un pire”.

Inconstantes como todos os povos, os macedônios levantam-se um dia contra Antígono, cercando-lhe o palácio e exigindo-lhe modificações no processo de governar. Estão certos, êles, da submissão do tirano; e excedem-se nos clamores quando aparece um vulto à janela do edifício real. E' Antígono que, sereno, superior, fisionomia enérgica, lhes pergunta :

— Macedônios, que desejais? Se quiserdes um rei que se deixe governar, que vos obedeça, ide procurá-lo. Aquí tendes o que é vosso!

E, num gesto súbito, toma a coroa, e atira-a à multidão.

O resultado dessa atitude é imediato. O povo, arrependido, passa do protesto à ovação, pedindo a Antígono que retome as insígnias reais, porque êle, só êle, é digno de governar os macedônios. Antígono acede, mas com a condição de lhe serem entregues os promotores da rebelião, que são, de pronto, enforcados.

Afonso XIII teve o bom-gôsto de não deixar que lhe arrancassem a coroa. As últimas eleições demonstraram que o eleitorado espanhol não o queria mais no trono. E êle saiu.

Saiu sòzinho. Não foi preciso cardeal, nem nada.

Mas o castigo do povo espanhol vem por aí, a cavallo. Porque, na verdade, os únicos governos bons são aqueles que jamais se constituem.

— Como a República era bela no tempo do Império! — a famosa legenda de Forain. E Paul Souday, que a comenta: “Toute réalisation, au sens où on l’entend d’ordinaire, est forcément une déchéance. La véritable réalité, souverainement belle et pure, est d’ordre intellectuel. L’application, la pratique, la réalité des prétendus réalistes, altère fatalement l’autre, la souille de mesquineries et de laideurs”. Os governos ideais são pura criação da imaginação. E está para ser encontrado o propagandista republicano que, proclamado o regime pelo qual se bateu, reconheça, nele, a “República dos seus sonhos”.

Aguarde, pois, Afonso XIII no seu exílio o arrependimento daqueles que promoveram a sua abdicação. Comentando a renúncia de Casimir Périer à Presidência da França, escrevia Eça de Queiroz: “Não é um vencido que se retira; é um enfastiado que se safá”. E lembrava que, em iguais circunstâncias, um homem sem espírito teria reagido contra a oposição, e, “cortando o ramo mais grosso da árvore da Liberdade, feito com êle um cacete” para cair em cima dos adversários.

A árvore da Liberdade ficou, agora, na Espanha, com todos os seus ramos viçosos. Mas dentro de duas semanas estará pelada, ou não existirá mais.

Toda ela terá sido, como sempre acontece quando se inaugura um regime de liberdade, desmanchada em cacetes para as costas dos liberais.

XLVI

A HORA DE DURGA DASS

“Até nas flores se encontra
A diferença da sorte:
Umam enfeitam a vida,
Outras enfeitam a morte”.

ÊSSES versos, tão populares e, sòmente por isso, aparentemente banais, são, talvez, em língua portugueza, os que contém maior soma de verdade e maior dose de sabedoria. Depende apenas da elasticidade que se lhes der. Os homens e as feras; as plantas e os deuses; as pedras e os astros, as aves do céu e os peixes do mar, — estão sujeitos, todos, àquela grande lei universal e eterna. As variações da sorte para os sêres da mesma espécie é que constituem a delicada e misteriosa legislação do Destino.

Por que, na verdade, há de haver um pássaro prisioneiro quando outros, que nasceram no mesmo ninho, ao embalo do mesmo ramo, são donos do firmamento largo? Por que há de haver pedras prisioneiras dos

muros, quando outras rolam livremente nas montanhas? Por que há de haver feras, senhoras da selva imensa, quando outras gemem surdamente nas jaulas? Refere Herôdoto que, ao chegarem a Delfos, os lídios, enviados de Cresos, perguntaram a Pítia se ela se não envergonhava de haver, com os seus oráculos, excitado o seu soberano à guerra contra os persas. E a resposta foi esta: “É impossível, mesmo a um deus, impedir o cumprimento das sentenças do Destino!”

Essas sentenças, pesadas ou leves, são irrecorríveis. Por isso, no dia em que o Anteu do epigrama de Antípater da Macedônia tenta escapar à morte pelo naufrágio, alcança a praia. Mas na praia há um leão à sua espera. E êsse leão o devorou.

Essas reflexões vêm a propósito, apenas, dêste telegrama, publicado anteontem pelos jornais cariocas:

“PAU, 23 — Um incêndio causou grandes prejuízos no lado espanhol da estação internacional em Confranc. O lado francês da estação ficou intacto. Acredita-se que o fogo se iniciou na cabine em que ficam os aparelhos de electricidade da estação”.

A Espanha encontra-se, neste momento, em luta com dificuldades de toda ordem. A situação interna fermenta, e irrompem por toda parte as rebeliões, os motins, as divergências, as mil enfermidades políticas de que são vítimas os países abalados por uma substituição de regime. A França está rica, próspera, e tranquila. Os subterrâneos do seu Banco oficial acham-se repletos de ouro. E os partidos entoam, em tórno dos mesmos homens e das mesmas idéias, o cântico bíblico de Simeão. Pois bem: pega fogo uma estação ferroviária de administração internacional. Podia ter sido devorada toda ela pelas chamas. A França está, porém, nesta hora, sob os auspícios de um destino feliz. A Espanha atravessa uma grande hora má. O incêndio lavra no edifício. E devora apenas a parte que cabe à Espanha!

Esse caso não é, contudo, senão a reprodução geográfica de um conto de Kipling, *Os gêmeos*. Ram Dass e Durga Dass são gêmeos. Gêmeos e parecidíssimos. Mas parecidos apenas de corpo, visto que, no moral, divergem inteiramente: cada um acha que é um homem de bem, e que o outro é um

canalha. Mas aí é que entra o Destino, sem que o escritor dê por êle, para maior interesse humano do conto. Um dia Ram Dass, que empresta dinheiro sob hipoteca, toma posse de uma propriedade de Moamed Shan, que lha dera em penhor. Ram Dass torna-se proprietário. Moamed jura, porém, vingar-se. Arma-se com os seus homens e vai aguardar o agiota em uma curva do caminho. Reconhece-o de longe. Precipita-se sobre êle com a sua gente. As pauladas chovem. A vítima grita qualquer cousa, mas não é atendida. Os agressores fogem.

E é então que se verifica, de modo positivo, que quem levou a surra não foi Ram Dass, o agiota, mas o seu irmão gêmeo, o seu sócia, o pobre Durga Dass!

Não podendo ficar impunemente com as pancadas que cabiam a outro, Durga Dass recorre à Justiça, para receber de Moamed Shan uma indenização. Procura testemunhas. Gasta dinheiro com o processo. Mas vence. O magistrado condena o agressor a pagar ao agredido quinhentas piastras. Tendo ingerido um narcótico violento no dia do julgamento, Durga Dass é informado, ao despertar, que a demanda ti-

vera solução feliz. Corre ao tribunal para receber o seu dinheiro, o dinheiro que lhe cabia por haver levado uma surra em lugar de Ram Dass. E tem aí a surpresa final: Ram Dass havia recebido as quinhentas piastras, e fugido. E Durga Dass ainda foi vaiado, porque supunham que êle, Durga Dass, é que fosse o agiota Ram Dass.

Em suma: eram dois irmãos. Provinham do mesmo ventre, e tinham o mesmo físico. Mas, quando se tratava de receber dinheiro, êste cabia a um; e quando se tratava de apanhar, a surra sempre cabia ao outro.

A Espanha está, neste momento, vivendo a hora de Durga Dass.

AS CARACTERÍSTICAS DA
CIVILIZAÇÃO NORTE-AMERICANA

POR um conjunto de circunstâncias étnicas e culturais, o americano do norte é o mais primitivo dos povos civilizados. Desprezando os exageros teóricos do espírito grego-latino, o luxo de intelectualismo, que vinha travando nestes últimos séculos a marcha da humanidade, conseguiu êle, pode-se dizer, uma civilização própria, simples e ingênua, baseada, como toda civilização nova, na razão e nas necessidades singelas da vida. Essa civilização irá, pouco a pouco, se cobrindo de enfeites, deturpando-se com o excesso de erudição e com a volúpia do sofisma. Enquanto, porém, ela se encontra ainda em estado virgem, cada um dos seus aspectos é, para quem a estuda, como um copo d'água pura para os paladares corrompidos por bebidas artificiais.

E o melhor dessa civilização, em que o espírito trabalha com a precisão da máquina, é o que nos oferecem os seus filósofos e

moralistas, libertos, uns e outros, da sobrecarga de erudição acumulada por nós no decurso de 3.000 anos. Seus reformadores são claros e amáveis. Pertencem ao ciclo simplista da evolução humana. Daí o encanto com que o nosso paladar viciado por três milênios de pensamento contínuo se abebera nesses mananciais em contacto com a Natureza, e a delícia que é, para qualquer de nós, a leitura de um livro como êsse *Contrassenso da Morte*, de Prentice Mulford, que acaba de ser traduzido para o português por M. Spann, com a colaboração gramatical de dois professores brasileiros.

Prentice Mulford não tem nome retumbante nas letras americanas. Pensador e jornalista, não se vê citado ao lado de Emerson, de Thoreau, ou de Mencken. Mas isso não diminue o mérito da sua obra. Jesús de Nazaré não figura na história da literatura do povo hebreu, e não há, entretanto, onda mais alta que a da sua palavra nas correntes do pensamento universal.

O prestígio do livro em que se acham consubstanciados os ensinamentos e as reflexões dêste apóstolo decorre da mesma circunstância. Prentice Mulford é um cate-

quista moderno, um evangelizador do homem do seu tempo, um revelador de caminhos novos, seguros, e, mesmo, floridos, na *selva selvaggia* da Vida. Professor de energia e criador de beleza, oferece-nos um oasis, em que a sombra é amena e a água é fresca, no deserto africano dêste século. Escutá-lo com os olhos, na leitura, é amá-lo com o espírito, na meditação. Sua religião não tem mistérios: é toda ao sol. “Prentice Mulford é um navegador dos oceanos espirituais, um daqueles que observam êste mundo com olhos de falcão”, — diz um dos seus biógrafos. E definindo-lhe a obra: “Sua sabedoria é original. Vegeta luxuriantemente, como o espinheiro: o espinheiro chamejante da sua sabedoria. Nunca aceitou um conhecimento em segunda mão. Se Nosso Senhor quisesse fazer-lhe, como intermediário de Deus, uma revelação divina, êle havia de recusá-la polida, mas decididamente, preferindo buscá-la diretamente com Deus”.

É daqueles que, como Musset, só bebem no seu copo. E o seu copo é grande, e do mais puro cristal.

A sua teoria, que apresenta afinidades com a de Swedenborg, pode ser resumida,

com uma pequena alteração, no axioma que Raspail extraiu de verso de Juvenal: *Mens sana, corpore sano*. Cuide-se do espírito, disciplinando-o e trazendo-o lépido, límpido e alegre, e a saúde estará no corpo. É o processo de arejar o espírito que êle ensina, prêga, recomenda. O pensamento triste entristece a fisionomia. O pensamento alegre ilumina-a. Eliminemos, pois, o pensamento triste, cultivando as rosas da alegria em nosso jardim interior. As preocupações e os cuidados não precipitam a solução dos problemas que os determinam. Por que, pois, cultivar os cuidados e as preocupações? Renovando as idéias de Lavater sôbre as relações entre o corpo e o espírito e os aforismos famosos do Barão de Feuchtersleben, dá-nos, finalmente, uma espécie de Bíblia para condução à existência feliz, e um fio de Ariadne que nos leve, de olhos contentes e altos, até o último ponto do labirinto da Vida.

Os deuses prosperam na razão direta das desgraças dos homens. Homem infeliz, homem religioso. Busca a felicidade no céu quem desespera de encontrá-la na terra. O cristianismo foi, inicialmente, em Roma, o

refúgio dos escravos e das espôsas patricias enganadas pelos maridos e desenganadas da mocidade. Prentice Mulford promete a alegria, que é o céu na terra. Guiados pela sua mão sadia e pela sua voz fraterna e jovial, podemos atravessar o pântano sem sentir a lama nos pés. A sua palavra, como a de um deus pagão, espalha saúde, graça, entusiasmo e alegria, isto é, enche-nos o caminho de flores, depois de lhes arrancar os espinhos.

A tradução portugueza de alguns ensaios dêste apóstolo novo, sob o título *O Contrassenso da Morte*, a que me referi, é, assim, a melhor medicina do tempo.

— *Venite post me, et faciam vos fieri piscatores hominum*, — diz Jesús à André e a Simão Pedro, na Galiléia.

Prentice Mulford, depois de morto, está convocando os homens para fundação do culto da Saúde, da Fôrça e da Alegria.

Se sois tristes, escutai-a, e ficareis alegres. E, se sois alegres, ireis com êle, porque é êle o vosso Mestre.

XLVIII

O CASO DE LITTLE ESTHER

EU possuía um relógio de algibeira que me dava mais trabalho à cabeça do que eu lhe dava à máquina complicada. Era um cronômetro que marcava as horas, os minutos e os segundos, e que, por isso, e para isso, dispunha de três ponteiros: o grande para os minutos, o médio, para as horas, e um pequenino, que fazia vida em separado e se ocupava exclusivamente da marcação dos segundos. O primeiro, andava aos pulinhos, como um sujeito muito alto, muito magro, muito comprido, que tivesse os pés amarrados e pulasse da trave de um minuto para a de outro minuto. O segundo, gordo, baixo, e tranquilo, marchava de modo insensível; parecia parado, mas, quando se fechava os olhos, e os abria de novo, já êle estava adiante; era lento, grave e misterioso na sua marcha, como o próprio Tempo. O terceiro, finalmente, era ligeiro, inquieto, barulhento, irritante e neurastênico, — ima-

gem viva e mecânica dessas mulherzinhas nevróticas e miúdas que saltam a todo instante, tremelicando os nervos, a língua e os dentes, com os punhos cerrados, diante do nariz do marido.

E, era êste que atrapalhava tudo. Êsse desgraçadinho devia fazer em um minuto e em sessenta pulinhos de pigmeu, o giro em tórno do pequenino círculo de que era prisioneiro. Ao chegar, porém, ao poste liliputiano n.º 42, parava de repente. E era um trabalho da nossa morte para desenganchá-lo, destravá-lo, afim de que êle continuasse o seu caminho, cumprindo a sua obrigação.

O segundo n.º 42 tinha, enfim, por missão, no trabalho do relógio, atrapalhar a vida do ponteiro pequeno.

Era nesse relógio, atualmente submetido a cura de repouso em uma casa de penhores, que eu tinha o pensamento saudoso quando li, ontem, em uma das fôlhas cariocas, o caso da bailarina negra Little Esther, impedida de dansar no Rio pelo excesso de zêlo do dr. Melo Matos, meretíssimo Juiz de Menores. Essa pretinha, compreendendo a impossibilidade de fazer fortuna limpando talheres em qualquer copa dos Estados Uni-

dos, preferiu limpar os pés no chão, e desandou a sapatear. Fez de um brinquedo uma arte, e de um passatempo um ganha-pão. E partiu pelo mundo, não a cantar como a cigarra, mas a pular dentro de certos ritmos como um pequeno gafanhoto negro.

Percorreu a terra civilizada. Vascolejou-se em París, remexeu-se em Londres, pôs o *delirium-tremens* dentro da música da sua raça na opulenta Buenos-Aires. O ponteirinho preto percorreu, em suma, aos pulinhos, sem obstáculos, o seu roteiro natural, formando um pecúlio de pobre com o que sobrava do pecúlio dos outros. Mas chegou ao Rio de Janeiro. Atingiu o segundo n.º 42. E enganhou.

— Aquí não dança! Cresça e apareça!
— grita-lhe o Dr. Juiz de Menores.

E o relógio parou, todo êle, com a retenção do ponteiro pequeno.

A atividade do ilustre Dr. Melo Matos, e a dedicação com que se êle consagra à sua magistratura, são dignas, evidentemente, de profunda simpatia e comovido respeito. Mas eu não acredito que a sua obra meritória venha a exercer qualquer influência nos destinos do Brasil. Em nosso relógio, o de-

feito não está nos ponteiros pequenos, mas nos grandes, cuja conformação, em virtude do metal inferior em que são trabalhados, tem perturbado todo o funcionamento da máquina.

Um instante de reflexão levará, sem dúvida, o ilustre Dr. Juiz de Menores, à convicção de que os seus tutelados não fizeram até hoje o menor mal à sociedade, ainda quando entregues a si mesmos. Dizem que os últimos governos constitucionais foram para o país uma calamidade. Admitamos. Mas êsses governos eram, porventura, formados pelos pequenos jornaleiros, que dormem às dezenas nos batentes das portas, nas proximidades das oficinas dos grandes matutinos? O Congresso, os membros do Supremo Tribunal, os ministros de Estado, haviam saído diretamente dos Jardins da Infância ou das nossas escolas primárias? A queda do câmbio foi promovida, acaso, pelos vendedores de amendoim?

Absolutamente, não. De onde se conclue que, no nosso relógio social e político, o que ainda há de melhor, ou de mais inofensivo, é precisamente a atividade do ponteiro pequeno.

Deixe, pois, o Dr. Melo Matos a pretinha dançar. Se os seus escrúpulos de magistrado consciencioso e refletido procedem da circunstância de viverem à custa da pequena dançarina os parentes que a acompanham, lembre-se que o seu pai, e o meu, para viver, fizeram dançar o preto debaixo do chicote dos feitores e nem por isso se sentiram deshonrados. O Brasil viveu três séculos comendo o pirão com o suor do rosto, ou de outra parte, dos antepassados de Little Esther, e nunca viveu tão contente nem tão feliz. Permitamos, pois, que êles se explorem uns aos outros.

São pretos, lá se entendem.

E tratemos, todos, de modificar o maquinismo do nosso relógio, preparando-o para a verdadeira *hora legal*. Demos mais liberdade aos ponteiros miúdos e instituímos obstáculos novos à excessiva autonomia dos grandes. Estes é que atrasam tudo com a sua política *adiantada*.

Criemos, enfim, no Brasil, um *Juízo de maiores*. São os *maiores*, e não os *menores*, que precisam de *Juízo*...

X L I X

COMO ACABARÁ O MUNDO

E' do serviço telegráfico dos jornais, publicado ontem, o seguinte telegrama, datado de Stambul, que é o nome turco de Constantinopla :

“STAMBUL, 27 — A população desta cidade tem se mostrado possuída de grande agitação nestes últimos dias devido à notícia de se achar próximo o fim do mundo. A noite passada uma grande multidão composta de turcos e de gregos permaneceu acordada a observar o céu, onde devia aparecer uma figura apocalíptica que anunciaria o juízo final.”

Não obstante essa aflição de gregos e troianos, quero dizer, de gregos e turcos, o fim do mundo é, ainda, uma incógnita. Ninguém sabe como êle virá, nem quando. Flammarion passou a vida a anunciá-lo, a prognosticá-lo, a organizar o programa da catástrofe, e quem se acabou não foi o mundo: foi Flammarion. Para êste famoso devasador da amplidão, o fim da humanidade se-

ria épico: verificar-se-ia pelo encontro da Terra com a parte sólida de um cometa. E o choque havia de ser de tal ordem que os continentes seriam deslocados da sua base, os mares seriam lançados por cima das montanhas, de modo que, ao fim de alguns minutos, não restaria do planeta em que vivemos senão alguns milhares de pedaços, que ficariam girando no espaço para a composição gradual de astros menores e solitários, ou de satélites dos planetas da constelação a que pertencemos. Flammarion assegurava, porém, que Deus seria misericordioso: antes de sermos despedaçados, nós seríamos mortos: os gases que constituem a atmosfera dos cometas são de tal maneira letais, que nós, as criaturas da Terra, seríamos envenenados com a sua simples aproximação.

Sábios há, entretanto, que prevêem para o homem um fim ainda mais espantoso. Segundo alguns geólogos e geógrafos do nosso tempo, está se acumulando no Polo Sul uma imensa montanha de gelo que se avoluma no sentido vertical. Um dia, — e esse dia pode ser hoje, amanhã, daqui a um ano, daqui a um século, ou daqui a alguns milênios, — essa grande massa de gelo se

despenhará sôbre o Atlântico Sul, promovendo vagalhões formidáveis, correspondentes ao volume sólido precipitado nas ondas. E êsses vagalhões, correndo do sul para o norte, varrerão os continentes, saltarão sôbre as cordilheiras, arrastando cidades e povos, não deixando, talvez, na sua passagem, uma honrada família de Noé para reconstituição da fauna humana. Isto, sem tomar em consideração a hipótese de Berthelot e de Anatole France, da extinção da humanidade por senectude, com o resfriamento progressivo da Terra, efeito, por sua vez, do resfriamento do Sol.

Todas essas profecias da ciência podem ser, todavia, tão inseguras como outras que já foram feitas e falharam. Pelos cálculos do Conde Monford, publicados em 1726, o mundo devia acabar-se em 1836. São Jerônimo, Santo Agostinho e São Cipriano, concediam ao mundo uma existência de 6.000 anos, a datar do aparecimento do Homem no Paraíso. Herôdoto dava-lhe 10.800 anos, a partir de Prometeu. Dion da Siracusa estipulava para a permanência da Humanidade à superfície da terra um total de 139 séculos, e mais 84 anos para liquidação total

do espólio. E Casander elevou êsses algarismos a um milhão e oitocentos mil anos, a contar de um período que êle não estabelece. Outros, tomando por base a ciência da Bíblia ou a bíblia da ciência, como o francês Arnaud de Villeneuve, o alemão João Hilten, o inglês Wistons, e a russa Maria Kranner, marcaram o fim dos homens, com absoluta precisão, para os anos de 1395, 1651, 1716 e 1819 da nossa era. Parece, entretanto, que os cálculos por êles feitos não estavam absolutamente certos. Pelo menos, se o mundo já se acabou a censura policial não consentiu que a notícia fosse divulgada pela imprensa.

Eu não sei, entretanto, se desta vez, Deus não estará no direito ou, antes, no dever de acabar definitivamente com o mundo. Se êle não fizer isso, está fora, absolutamente, do espírito revolucionário da época, e em desacôrdo com a mentalidade política vigorante no Brasil. Antigamente, quando os nossos negócios públicos e terrenos iam mal, operava-se uma reação dentro da ordem, para corrigir o defeito funcional da República. Isso correspondia, no ritmo da máquina universal, ao que o Supremo

Arquiteto fazia com o seu mundo: quando os homens deturpavam a obra, êle mandava uma pestezinha, uma guerrazinha, um terremotozinho, uma chuvinha de enxôfre, uma calamidadezinha correcional, e, nas faltas mais graves, um Dilúvio, que correspondia ao trabalho de Hércules nas estrebarias do rei Augias. Os homens estão a oferecer-lhe, porém, agora, o exemplo de medidas severas e radicais: quando uma primeira República está funcionando mal, não procuram concertá-la: destroem-na, e fazem a Segunda. Não aproveitam, para a nova obra, nem o material daquela que puseram abaixo.

Deus está, pois, no direito de fazer o mesmo. A sua Junta de Sanções, constituída por São Pedro, primeiro ministro; por São Jorge, seu secretário para os Negócios da Guerra; e por um antigo mártir romano, cristão do primeiro século, criador das legiões de Augusto que Varo perdeu nas Gálias, ordenou, segundo se diz, uma série de sindicâncias, e viu que tudo aquí pelo planeta estava errado.

E o Senhor, sancionando a resolução dos seus santos de confiança, determinou, talvez, a liquidação do mundo, para fazer

outro, obedecendo a plano ainda em estudos e empregando material inteiramente novo.

O mundo vai assim, possivelmente, acabar na Turquia. E, fora da Turquia, para os cristãos, que tiverem *cabeça de turco*...

JOAQUIM NABUCO E O RIO GRANDE

QUANDO, em julho de 1893, a Cruz Vermelha do Rio de Janeiro pediu a Joaquim Nabuco a sua participação na *kermesse* em favor dos revolucionários rio-grandenses que tombavam feridos nos campos do sul, o publicista eminente acorreu, altivo e desassombrado, a condenar a chacina que se praticava em nome da unidade nacional. “Não chegou o dia, — disse êle, naquela festa de caridade, — em que os políticos do antigo regime que não repudiaram o seu passado, possam manifestar-se em nenhuma questão sem prejudicar o lado que abraçaram. Essa é a verdadeira morte civil que pesa sôbre êle, porque nenhuma paralisia é mais invencível do que o receio de tornar suspeitos com a nossa simpatia a liberdade, o direito e a justiça”.

A atitude de Joaquim Nabuco em favor dos revolucionários rio-grandenses era, na realidade, temerária. O govêrno legal, ou

legalizado, de Floriano Peixoto, havia feito constar que o levante no Rio Grande tinha por objeto a restauração da monarquia. A justiça da causa era, porém, tão evidente e imperiosa, que o último ateniense do antigo regime pôde gritar a sua simpatia pelos adversários da ditadura sem que esta lhe quebrasse a pena ou lhe interrompesse a palavra, levantada com altivez patriótica diante, mesmo, dos adversários vitoriosos.

Servido, assim, um dia, pelo verbo de um cidadão de espírito autônomo, o Rio Grande do Sul deve compreender, mais do que nenhum outro Estado brasileiro, a significação da palavra dos homens livres. Com a responsabilidade dos destinos do Brasil neste momento, — pois que o Brasil está entregue nesta hora à direção exclusiva dos seus partidos congregados, — há de êle permitir a enunciação das opiniões alheias, isto é, a dos vencidos de ontem, com a mesma serenidade com que Floriano deixou que se erguesse, no Rio de Janeiro, a voz de um monarquista em favor do Rio Grande rebelado contra as armas da União.

E' a certeza dessa compreensão que leva o autor destas notas sem fel a estranhar

um ato do Govêrno Provisório publicado há pouco mais de duas semanas e, creio, já em vigor nas pastas militares. Trata-se do decreto em que se regula o afastamento dos officiais do Exército e da Marinha que não manifestaram antecipado entusiasmo pela Revolução e que, fiéis à disciplina, patrimônio da classe, deixaram que o país evoluísse de uma República para outra sem oferecer ou recusar a sua solidariedade.

Ninguém contestará, de boa-fé, ao novo govêrno o direito de garantir a sua estabilidade. Nada é mais indispensável ao Brasil, hoje, como ontem, do que a ordem; e nada mais justo do que o esfôrço no sentido de assegurá-la. A situação do país é a de um doente a que se tivesse recomendado repouso, e que houvesse caído da cama, conservando, todavia, o seu último alento de vida. Mexer com êle, mesmo para levantá-lo, será peor. Daí o interêsse em deixá-lo em sossego, mesmo no chão. A sua situação é aquella de Verlaine, que Barrès descreve, o qual, tendo rolado do leito no momento da morte, pediu às suas duas amantes e enfermeiras que o deixassem alí mesmo sôbre o tapete roído e miserável, pois que não suportaria

o abalo da mudança, mesmo para lugar melhor.

Para conservar o Brasil no lugar em que o colocou não precisa, entretanto, a Revolução cercar-se de inimigos novos, que podem ser, com o tempo e o exemplo, os melhores amigos de amanhã. Que necessidade tem ela, na verdade, de instituir pequenos tribunais de emergência para afastar elementos suspeitos ou indesejáveis? Não tem o Govêrno Provisório nas suas mãos a faculdade de eliminar do serviço ativo os oficiais que lhe não pareçam solidários com a causa revolucionária? Não vinha êle exercendo êsse *direito da fôrça* no Exército, com a instituição do *bilhete azul*? Por que, pois, estabelecer um regime especial como êsse a que se refere o decreto, e que consiste na formação de pequenas côrtes de justiça militar em que os oficiais passarão a julgar os próprios companheiros, criando dentro das respectivas classes uma perigosa situação de incompatibilidades pessoais?

A fórmula que vinha sendo praticada no Exército era, evidentemente, mais lógica, inteligente e corajosa. O ministro, ho-

mem de ação, assumia a responsabilidade da justiça ou da injustiça praticada, sem dividir com os subordinados a antipatia que os seus atos porventura acarretassem. Afastava os elementos que lhe não convinham, mas não estabelecia divisões entre companheiros, transformando o corpo de oficiais em um aglomerado de acusados, de juizes e de acusadores, anulando com isso, completamente, a eficiência das nossas instituições militares.

Quando a desordem política empolga um país ameaçando destruí-lo, e as suas classes armadas se encontram unidas e disciplinadas, êsse não está perdido, porque não foi atingido ainda na sua estrutura. Por isso mesmo, quando se dá um abalo social, a preocupação máxima dos chefes militares consiste na manutenção do espírito de solidariedade entre os seus comandados, afim de que reste, sempre, um ponto de apôio para a reconstituição nacional. Ao ser proclamada a República em 1889, nem todo o Exército, nem toda a Marinha, eram republicanos. E' conhecida a frase de Deodoro, registrada por Ernesto Sena, a um propagandista que foi procurá-lo no Itama-

ratí e que se dizia adversário da Monarquia desde 1875:

— Pois eu, meu caro senhor, — respondeu-lhe o Generalíssimo, — não dato de tão longe. Eu sou republicano de 15 de novembro, e meu irmão Hermes do dia 17!

E nem por isso a República deixou de fazer o seu caminho, apoiada e defendida por aqueles que a não tinham feito, mas que sabiam amá-la tanto ou mais do que os que a haviam proclamado. Que seria de Hindemburgo, se tivesse nascido no Brasil? Na Alemanha êle tem sido, entretanto, o escudo do novo regime, a segurança da ordem, a garantia da união nacional, no momento em que todas as paixões republicanas se entrecrocavam, arrastando o país para o abismo da guerra civil.

O espírito de disciplina não nasce da firmeza das convicções, ou das paixões tempestuosas, mas da educação e dos temperamentos. Eu não quero dizer que seria mais fácil ao Govêrno Provisório encontrar apôio e defesa amanhã, nos oficiais que se conservaram fiéis à legalidade do que naqueles que o auxiliaram a fazer a Revolução. Mas, é sabido que, quem conspira uma

vez por se não achar satisfeito, conspirará de novo, quando se apresentarem, ou entender que se apresentaram as mesmas circunstâncias. E tanto isso é verdade que, nas lutas contra os governos que se implantam pela fôrça, os que se sublevam não são, senão raramente, os que o combateram, mas os seus auxiliares da véspera, que lhe puseram nas mãos o poder e não conseguiram aquilo que haviam idealizado.

O Govêrno Provisório não teve tempo, ainda, para essas reflexões de filósofo. Os ministros da Guerra e da Marinha querem unicamente auxiliares temperados no fogo da Revolução. E é um êrro, cuja demonstração a História tem feito milhares de vezes. Desde, porém, que pretendem levar por diante êsse plano de reorganização política das fôrças armadas, por que não manter o regime anterior, de afastamento dos *indesejáveis* independentemente da humilhação que essas sindicâncias públicas constituem?

Conta o professor Mortignon no seu livro *Superstition, crime et misère en Chine*, que, antigamente, quando um dignitário da Côrte caía no desagrado do Imperador, lhe era enviado por êste, sem uma palavra de

explicação, um dêstes três presentes preciosos: uma palheta de ouro, um saquitol de veneno, ou uma corda de sêda amarela. O destinatário, recebido o brinde imperial, enforcava-se, envenenava-se, ou matava-se asfixiado, aspirando a lâmina de ouro flexível, que lhe tapava a glote. E morria abençoando o soberano que preferira a elegância daquele aviso a uma vergonhosa decapitação na praça pública.

Volte-se, pois, se preciso, ao regime do *bilhete azul*, — modalidade ocidental, parece, da graça, da discreção e da elegância chinesas. Elimine-se aquele que cair no desagrado da situação; mas dê-se-lhe, pelo menos, o consôlo de ser enforcado com uma corda de sêda...

ÍNDICE

	PÁG.
I — O patrono da imprensa	5
II — Ricos e pobres	11
III — As grandes heranças	17
IV — Um livro de Henry Rolin sôbre o comunismo	23
V — A última proeza de “Lampião”	29
VI — A expedição contra “Lampião”	35
VII — As audácias de um celerado . . .	41
VIII — As figuras curiosas da antigui- dade	45
IX — O caso de Píramo e Tisbe, contado a Ovídio	49
X — A candidatura de Santos Dumont à Academia Brasileira de Letras	55
XI — Acadêmico, para o resto da vida!	59
XII — O cajueiro e os seus amigos . . .	63
XIII — Um livro de João Ribeiro. . . .	71
XIV — Dois plágios, um discurso e um tabefe	79
XV — “Meu dicionário de coisas da Amazônia”	83
XVI — A atividade literária do sr. Afrân- nio Peixoto	89
XVII — Elogio da loucura	93
XVIII — Matemática... com açúcar . . .	99
XIX — O mistério dos três caixões de defunto	107
XX — Dois náufragos.	115
XXI — O homem mais livre do Brasil . .	119
XXII — A renovação da campanha femi- nista	123

	PÁG.
XXIII — A crise das modas femininas . . .	129
XXIV — Adesões masculinas às esperanças femininas	135
XXV — Os males do feminismo	139
XXVI — O inconveniente das mulheres sem fé.	145
XXVII — Jesús e o egoísmo humano	149
XXVIII — Quo Vadis, domine?	155
XXIX — “El sueño del peludo”.	161
XXX — Um homem sereno na tempestade	169
XXXI — Lenha verde e gente nova	173
XXXII — O São João Batista da revolução	179
XXXIII — Noite de natal	183
XXXIV — A indústria que nasce morta	189
XXXV — A reabilitação do copo	195
XXXVI — Um perfil de ontem lembrado hoje	201
XXXVII — Aplicando “el cuento”.	207
XXXVIII — As fôrcas de baixo e as fôrcas de cima	213
XXXIX — A política e a resignação que ela reclama	217
XL — Uma anedota portuguesa	223
XLI — A ressurreição da Atlântida	227
XLII — Os mortos esquecidos pelos vivos	231
XLIII — A santa fome de ouro	237
XLIV — A semana santa em Merano	243
XLV — “El rey que no rabió”.	247
XLVI — A hora de Durga Dass	253
XLVII — As características da civilização norte-americana	259
XLVIII — O caso de Little Esther	265
XLIX — Como acabará o mundo	271
L — Joaquim Nabuco e o Rio Grande	277

